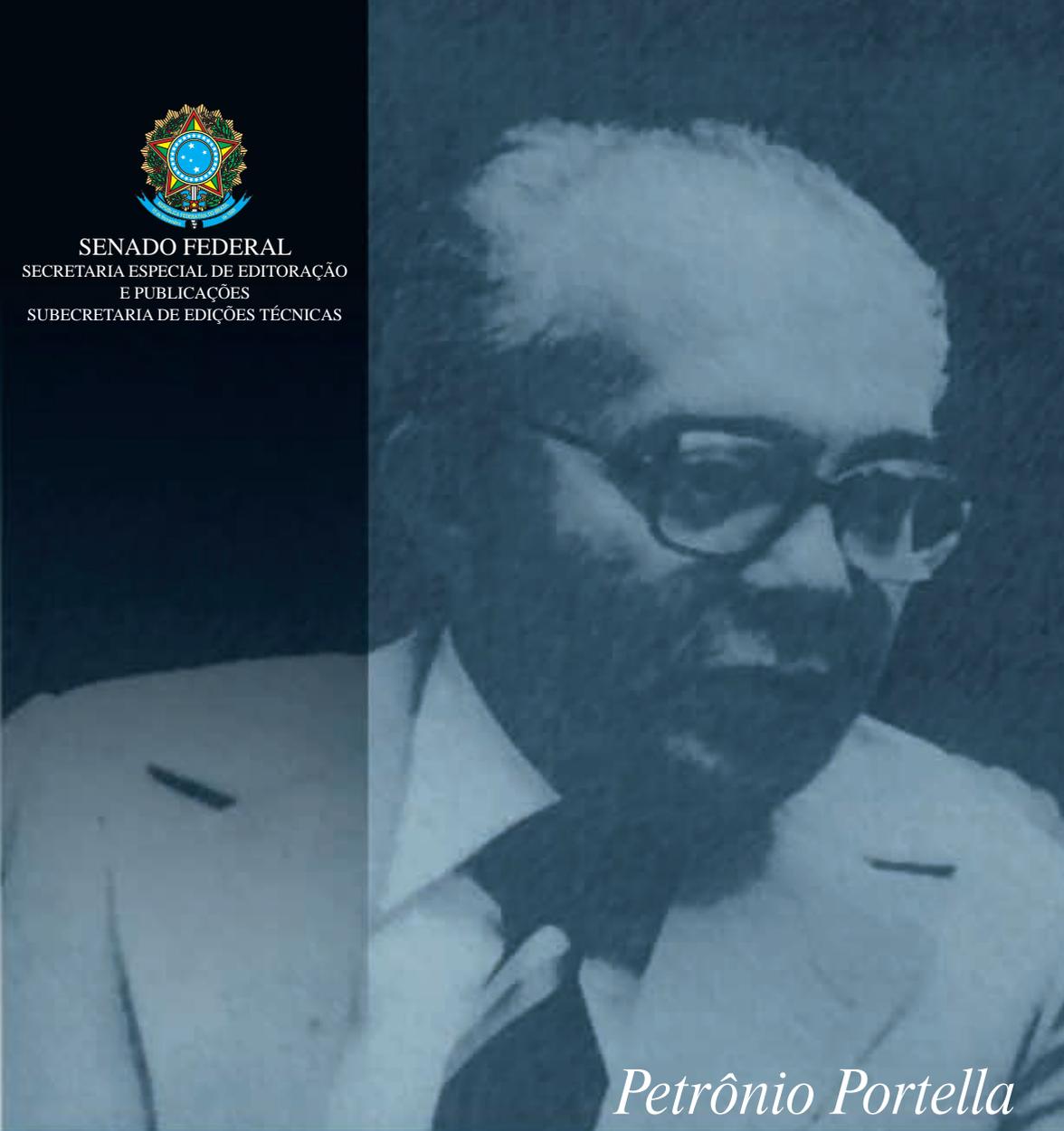




SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO
E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS



Petrônio Portella

GRANDES VULTOS

QUE HONRARAM O SENADO

Brasília
2010

Senado Federal
Mesa Diretora
Biênio 2009/2010

Senador José Sarney
PRESIDENTE

Senador Marconi Perillo
1º VICE-PRESIDENTE
Senadora Serys Slhessarenko
2ª VICE-PRESIDENTE
Senador Heráclito Fortes
1º SECRETÁRIO

Senador João Claudino
2º SECRETÁRIO
Senador Mão Santa
3º SECRETÁRIO
Senadora Patrícia Saboya
4ª SECRETÁRIA

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

Senador César Borges
Senador Adelmir Santana
Senador Cícero Lucena
Senador Gerson Camata

Haroldo Feitosa Tajra
DIRETOR-GERAL

Claudia Lyra Nascimento
SECRETÁRIA-GERAL DA MESA

**SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL
DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES**

DIRETOR
Florian Augusto Coutinho Madruga

DIRETOR DA SUBSECRETARIA INDUSTRIAL
José Farias Maranhão

DIRETOR DA SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SUPRIMENTO
DE MATÉRIAS-PRIMAS E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO
Luiz Carlos da Costa

DIRETORA DA SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS
Anna Maria de Lucena Rodrigues

DIRETOR DA SUBSECRETARIA DE ANAIS
Flávio Romero Cunha Lima

Petrônio Portella

GRANDES VULTOS

QUE HONRARAM O SENADO

VOL. 7



SENADO FEDERAL

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS

Petrônio Portella

GRANDES VULTOS
QUE HONRARAM O SENADO
VOL. 7

BRASÍLIA – DF

© 2010, Zózimo Tavares

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

DIRETOR

Florian Augusto Coutinho Madruga

DIRETOR DA SUBSECRETARIA INDUSTRIAL

José Farias Maranhão

DIRETOR DA SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SUPRIMENTO
DE MATÉRIAS-PRIMAS E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

Luiz Carlos da Costa

DIRETORA DA SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS

Anna Maria de Lucena Rodrigues

DIRETOR ADJUNTO

André Luiz Rodrigues Santana

PRODUZIDO NA SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS

EQUIPE EDITORIAL

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO: Eduardo Perácio / Paulo Moura

REVISÃO DE ORIGINAIS: M. Paulo Nunes

REVISÃO DE PROVAS: o autor

FICHA CATALOGRÁFICA: Larissa Nogueira Bello

CAPA: Cosme Rocha

FOTO DA CAPA: Acervo Memorial Petrônio Portella

IMPRESSÃO E ACABAMENTO: Secretaria Especial de Editoração e Publicações
(SEEP) do Senado Federal

ISBN 978-85-7018-310-1

Tavares, Zózimo.

Petrônio Portella / Zózimo Tavares. – Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010.

224 p. : il. – (Grandes vultos que honraram o Senado ; v. 7)

1. Senadores brasileiros – Biografia. 2. Políticos piauienses – Biografia. 3. Nunes, Petrônio Portella, 1925-1980. – Biografia. I. Título. II. Série.

CDD 923.281

“[...] Dizer-se, pois, que foi grande político, presta-se a interpretações amesquinhadoras de sua efetiva grandeza, uma vez que mestre o foi, exímio, em qualquer dos degraus da variada práxis política.”

Golbery do Couto e Silva,
sobre Petrônio Portella

Sumário

Apresentação à série / 9
Prefácio – Petrônio Portella e a arte do diálogo / 11
Introdução – De Aquiles a Petrônio / 13

CAPÍTULO 1 – O arquiteto da abertura

Os últimos dias de Petrônio / 21
Um perigoso jogo de cena / 28
A abertura sem Petrônio / 36
É proibido proibir / 43
A morte do AI-5 / 49
A sucessão antecipada / 50
Anistia ampla, geral e irrestrita / 53
A reforma partidária / 54
Greves e terrorismo / 55
Iconografia / 68

CAPÍTULO 2 – A Missão Portella

A abertura lenta e gradual / 87
Um passo para trás / 101
A mordada da Lei Falcão / 105
O “Pacote de Abril” / 106
Uma elegância irônica / 114
Uma lembrança de sábados passados / 118
Iconografia / 119

CAPÍTULO 3 – O gênio da raça

O Piauiense do Século /	135
O berço natal /	136
O menino que falava mal /	137
A mudança para a capital /	138
Derrota na estreia /	143
O caso Zezé Leão /	145
O líder da oposição casa-se com a filha do governador /	147
As Oposições Coligadas /	153
Acidente da Cruz do Cassaco /	153
A eleição para prefeito /	155
A cidade em chamas /	156
Juntando água e óleo para chegar ao governo /	159
A revolta da PM /	166
A aproximação com Jango /	168
Do interior aos Estados Unidos /	171
64: equilibrando-se no fio da navalha /	173
Discurso incendiário /	174
A imortalidade póstuma /	182
Homenagens /	184
A sobrevivência do esquema Portella /	185
Auto-retrato /	189
Estava escrito nas estrelas (?) /	192
Iconografia /	199
Bibliografia /	217

A

Apresentação à série

José Sarney

O Senado Federal, através da Resolução nº 84, de 19 de novembro de 1996, instituiu a Coleção *Grandes Vultos que Honraram o Senado*. Essa série, e é dito na Resolução, “destina-se a homenagear ex-Senadores que tenham se destacado como personalidades marcantes da nossa história cultural, política e parlamentar”.

Hoje há uma grande preocupação com a preservação da memória histórica das instituições. Quer pelo levantamento da memória oral, quer pela conservação de documentos e outras fontes escritas e iconográficas, todo um trabalho é realizado à intenção não só das gerações futuras, mas também para a manutenção de nossa própria identidade como Nação.

Nós instituímos, no Senado Federal, uma política de resgate da memória da instituição, e a publicação da presente série inscreve-se nessa orientação preservacionista.

A publicação de notas biográficas, dando-se ênfase à atividade parlamentar de Senadores da República, não é só uma honraria concedida pela instituição a que serviram como mandatários de seus estados, mas também um exemplo e um paradigma a balizar uma conduta de dignidade e competência, merecedora do reconhecimento de todos nós.

Petrônio Portella e a arte do diálogo

Petrônio Portella inspirou toda uma geração com seu gesto largo de fazer política. Ele figura como um dos principais personagens da história contemporânea do Brasil. Articulador político nato, lutou e venceu com apenas uma arma: a palavra.

Um mestre na arte do argumento. Seu poder de convencimento era impressionante, conforme avalizam os depoimentos de seus contemporâneos. Ele conquistava plenamente a confiança do interlocutor, fosse ele do governo, da oposição, da sociedade civil ou da imprensa.

Homem de cultura clássica, com sólida formação humanística. Sua razão de viver era a política, atividade que exercia com devoção. Teve uma carreira assinalada por uma linha ascendente. De deputado estadual, no Piauí, passou a prefeito de Teresina. Sua atuação na Prefeitura credenciou-lhe a ser eleito governador e o exercício desse cargo garantiu-lhe a eleição para o Senado.

Começou sua atividade parlamentar em Brasília contido na timidez provinciana, própria dos que chegam da planície. Aos poucos, foi-se revelando como hábil articulador e, sem muita demora, afirmou-se como um dos ícones do Senado.

Fez política em uma quadra particularmente difícil e delicada, o período do regime militar. Nesse cenário, mesmo afinado com os militares, ele sobressaiu-se como um defensor dos postulados democráticos. Com engenhosidade, paciência e persistência, abriu caminhos, pelo diálogo, para uma travessia, sem traumas, da ditadura para a democracia.

Na condição de coordenador político dos governos Geisel e Figueiredo, ele alinhavou e costurou importantes decisões para o país, como a revogação dos atos de exceção, a anistia e a reforma partidária.

Com o fim dos Atos Institucionais, o Brasil retomou o caminho da democracia. A anistia, da forma como foi operada, não causou constrangimento aos punidos e nem reações às forças representativas do regime militar. Com a reformulação partidária, extinguiu-se o bipartidarismo, em vigor desde 1964, com a Arena (governo) e o MDB (oposição). O novo quadro partidário ofereceu às diversas tendências políticas opções para se agruparem em partidos de ideias homogêneas. Nasceu, assim, o pluripartidarismo.

A ascensão política de Petrônio, no plano nacional, foi importante para o Piauí. Ele sempre vinculou seu nome ao seu Estado, que passou a ser citado como a terra do senador. Mesmo entronizado nos mais altos pedestais da República, ele sempre fazia questão de ressaltar, até em tom de exaltação, a sua condição de piauiense. Com seu talento pessoal como homem público e seu sentimento telúrico, ele contribuiu também para tiar o Piauí da obscuridade.

A presente publicação é uma homenagem do Senado para marcar a passagem dos 30 anos do prematuro falecimento daquele que, como seu Presidente, modernizou a instituição e exerceu com honra e espírito público o seu papel de protagonista da história recente da redemocratização do Brasil, elevando ao mais alto nível o conceito da Casa.

A homenagem foi proposta, inicialmente, pelo Senador Freitas Neto, através do Requerimento nº 174, de 1997, e nós temos a felicidade de concretizá-la. Que a publicação deste livro seja um primeiro passo para o estudo e o resgate do legado político e histórico de Petrônio Portella, na dimensão que sua rica e exemplar biografia precisa e merece.

Senador João Vicente Claudino

INTRODUÇÃO

D

e Aquiles a Petrônio

.....

A mitologia grega conta que a deusa Tétis, a mãe de Aquiles, fez insistentes recomendações a seu filho: a sua vida seria tanto mais longa quanto mais obscura e quieta ele a mantivesse. Mas Aquiles recusou os conselhos maternos. Com a impetuosidade característica dos jovens, bateu o pé: ele queria lutar muito, ainda que vivesse pouco. Nada lhe importava mais que o brilho da glória.

Assim, por mais que os oráculos previssem a sua morte em Tróia, como castigo por ter matado um filho de Apolo, Troilo, ele não sossegou enquanto não foi para a guerra. Mesmo pagando com a vida o preço de sua irreverência e de sua bravura, na Guerra de Tróia o invicto herói grego teve seu nome imortalizado como o seu principal guerreiro e, desde então, sua história vem sendo contada em verso e prosa.

Guardadas as devidas proporções, Petrônio Portella optou por viver como Aquiles: pouco, intensa e perigosamente. Desde a infância pobre, no interior do Piauí, sua vida é uma história de riscos, lutas e superações. Por mais de uma vez, desafiou a morte, até que dela recebeu o golpe traiçoeiro e fatal aos 54 anos, no auge de sua carreira, quando seu nome era dado como certo para ser o futuro presidente da República.

1980. Começava a noite de domingo, 6 de janeiro, Dia de Santos Reis. Eu, estudante em Teresina, estava passando as férias na casa de meus pais, em minha cidade, Água Branca, a 100 quilômetros da capital. Naquele horário, via televisão. De repente, a emissora interrompe a sua programação: “A TV Rádio Clube de Teresina cumpre o doloroso dever de comunicar o falecimento, ocorrido agora à tarde, em Brasília, do Exmo. Sr. Ministro da Jus-

tiça, Senador Petrônio Portella”. É o que guardo, hoje, daquela data, em lembranças difusas, passados 30 anos.

Embora ainda um garoto imberbe, a caminho de meus 18 anos, já cultivava algum interesse pela política. E, curiosamente, o que atraía a minha atenção para esta atividade não era a cruzada cívica que o então ministro da Justiça fazia pelo país inteiro, em busca da redemocratização. Eu pouco ou quase nada sabia disso. O que animava o meu interesse pela política era o duro combate movido contra o senador pelos seus adversários, no Piauí.

A oposição ao senador Petrônio Portella e a seu esquema político era comandada no Estado pelo também senador Alberto Silva, através do jornal semanário *Tribuna do Povo*. Sempre que podia, eu cuidava de adquirir um exemplar do combativo jornal, que saía em Teresina no começo da tarde das segunda-feiras. O periódico tinha como editor o jornalista Tomaz Teixeira e agregava em seus quadros de redadores e colaboradores nomes de peso da oposição estadual.

Na semana da morte de Petrônio, o jornal deixou de circular e explicava, na edição seguinte, que se tratava de um gesto de respeito à memória do ministro da Justiça. Por aí eu já começava a entender a importância política de Petrônio. Mas levei algum tempo, ainda, para entender que Alberto Silva – que eu imaginava ser um opositor convicto – e ele faziam parte do mesmo governo!

Naquele fatídico 6 de janeiro de 1980, o Piauí se enlutava pela perda de um filho ilustre, na verdade seu político de maior projeção no cenário nacional. Petrônio Portella morria inesperadamente no melhor momento de sua extraordinária carreira política.

Era o segundo abalo que o Estado sofria em menos de um ano, por conta da morte de um político importante. No dia 16 de março de 1979, o Piauí perdia, também em Brasília, o senador Dirceu Arcoverde. Ele morreu após sofrer um Acidente Vascular Cerebral quando fazia seu discurso de estreia na tribuna do Senado. Por ironia do destino, o senador – que era médico – discursava justamente sobre saúde.

Sua morte repentina provocou comoção pública no Piauí, que ele governara antes de se eleger senador, nas eleições de 1978. Mal os piauienses se refaziam desse choque violento e perdiam outro filho ilustre, outra vez em circunstâncias inesperadas e dolorosas – o também senador Petrônio Portella, o maior líder da política estadual.

O Piauí estaria em pouco tempo diante de uma sucessão de tragédias que alterariam irremediavelmente o seu destino, atingindo uma mesma geração de homens públicos que estudaram juntos no mesmo colégio interno e que foram amigos por toda a vida. E que também, por uma estranha coincidência, teriam a coroação de suas brilhantes carreiras interrompida pela morte.

Se, um ano antes de Petrônio, morria Dirceu Arcoverde, um ano depois faleceria Espedito Rezende, então embaixador do Brasil no Vaticano. O embaixador piauiense morreu no dia 21 de fevereiro de 1981, vítima de um infarto fulminante. Sua morte se dava um mês depois de ele saber que seria nomeado chanceler (ministro das Relações Exteriores), o que seria o ápice de sua vitoriosa carreira diplomática.

Sem dúvida, um estranho capricho do destino.

Não conheci Petrônio Portella. Dei meus primeiros passos no jornalismo depois de seu silêncio. Mais tarde, no contato profissional com seus contemporâneos, nasceu em mim uma curiosidade e – mais que esta – uma admiração crescente pela figura do senador. Seus amigos e correligionários – e mesmo os adversários – sempre tinham uma palavra de exaltação ao líder falecido.

No início dos anos 90, pouco mais de dez anos após a morte do ministro, cogitei escrever um livro sobre ele. Para tanto, convidei o jornalista João Emílio Falcão, piauiense que à época trabalhava como cronista político do *Correio Braziliense*. Ele escreveria sobre a atuação de Petrônio em Brasília. Eu escreveria sobre a presença dele na província.

Assim ficamos acertados, eu e Falcão. Mas, da mesma forma que levou inesperadamente Petrônio, o destino, também sem avi-

so prévio, retirou de nosso convívio o jornalista amigo, na madrugada de 29 de março de 1995. O projeto da publicação do livro ficou irremediavelmente comprometido. Mas não parei de juntar em meus guardados material que, aqui e ali, vem saindo esparsamente sobre Petrônio. São, essencialmente, artigos e matérias especiais em jornais e revistas, discursos parlamentares e entrevistas.

É desse material, mais anotações, variada bibliografia sobre o período e matérias que publiquei na imprensa do Piauí, ao longo dos últimos 20 anos, que me socorro para produzir, na pressa que caracteriza a atividade jornalística, este trabalho que rememora Petrônio Portella, nos 30 anos de seu falecimento.

Trata-se de uma iniciativa feliz e louvável do senador João Vicente Claudino, que também não conheceu Petrônio pessoalmente, mas é um admirador confesso de sua história. Através de seu gabinete, recebi também do Senado subsídios que enriqueceram a pesquisa. Quero destacar e agradecer, também, a pronta e sempre atenciosa colaboração recebida da família do ministro.

Antes de tudo, faz-se oportuno e necessário reconhecer: Petrônio Portella, essa figura emblemática e fascinante que tinha luz própria, ainda não recebeu a homenagem que merece pela sua grandiosa contribuição política ao Brasil, sobretudo pelo seu destacado papel no processo de institucionalização do país.

Ao pesquisar sua vida pessoal e sua carreira política, ambas flagrantemente acidentadas, concluí que poucos lutaram tanto contra as adversidades, articuladas não só pelos adversários, mas tramadas também pelo próprio destino.

Como a morte física, a morte política esteve à sua porta por mais de uma vez. Em 1964, por exemplo, não hesitou em levantar a voz em apoio ao presidente João Goulart, derrubado pelos militares. Governador do Piauí, Petrônio declarava que iria se empenhar intransigentemente na defesa da Constituição e da legalidade. Sua atitude ficaria atravessada na garganta de muitos chefes militares, que não conseguiam entender, logo em seguida, a sua fulgurante recuperação.

Por diversas vezes, cópias de seu pronunciamento foram deramadas sorratamente pelos corredores e gabinetes do Congresso Nacional, numa tentativa de intimidar o já então poderoso presidente da Arena e do Senado. Ele desprezava essa manobra dos inimigos ocultos, afinal era um líder curtido nos muitos embates políticos e eleitorais.

Outra vez esteve ameaçado de morrer politicamente com a derrocada da Arena, em 1974. Mais uma iminente morte política esteve à sua frente com a decretação do “Pacote de Abril”, que fechou o Congresso quando ele era o seu presidente. A medida foi considerada um desprestígio irreparável para ele.

Com pertinácia, correu todos os riscos, conseguiu sobreviver a todas as ameaças e assumiu o posto de líder civil do governo militar, alcançando o cargo de ministro da Justiça, onde continuava a trabalhar incansavelmente pela democracia. Era um dos primeiros a chegar ao Ministério e um dos últimos a sair. Disciplinado e obstinado, só não conseguia dominar um vício: o do cigarro. Ele continuava a fumar mesmo depois de sofrer com o câncer em um dos pulmões.

Este livro sobre a sua trajetória política está dividido em três partes. E começa pelo fim, ou seja, pelo falecimento inesperado do senador, quando o país muito ainda esperava dele e também muito ainda ele poderia oferecer à nação. Assim, no *primeiro capítulo*, descrevem-se os últimos dias de Petrônio e o momento histórico vivido pelo Brasil. Sua morte súbita, além de tirar-lhe a chance de ser o primeiro presidente civil, no encerramento do ciclo do poder militar, jogou o país num caminho incerto para a democracia.

Aqui se reconstrói o processo de abertura política, iniciado no governo Geisel e que teve em Petrônio o seu principal articulador. Nesta fase, o país caminhou sobre o gume da navalha, em clima tenso, ante as esperanças do restabelecimento das liberdades democráticas e o risco assombroso de recrudescimento do arbítrio. Enquanto o presidente levava adiante o seu projeto de distensão política lenta e gradual, um núcleo duro do governo se mexia furiosamente em direção oposta. O capítulo mostra como Petrônio se movimentou nesse terreno minado.

Como interlocutor do governo junto à oposição e à sociedade civil, ele chegou a se encontrar, entre outros, com o então emergente líder sindical Luiz Inácio da Silva, o Lula, que, pouco mais de 20 anos depois, com o país já plenamente redemocratizado, encontraria as condições de chegar à Presidência da República.

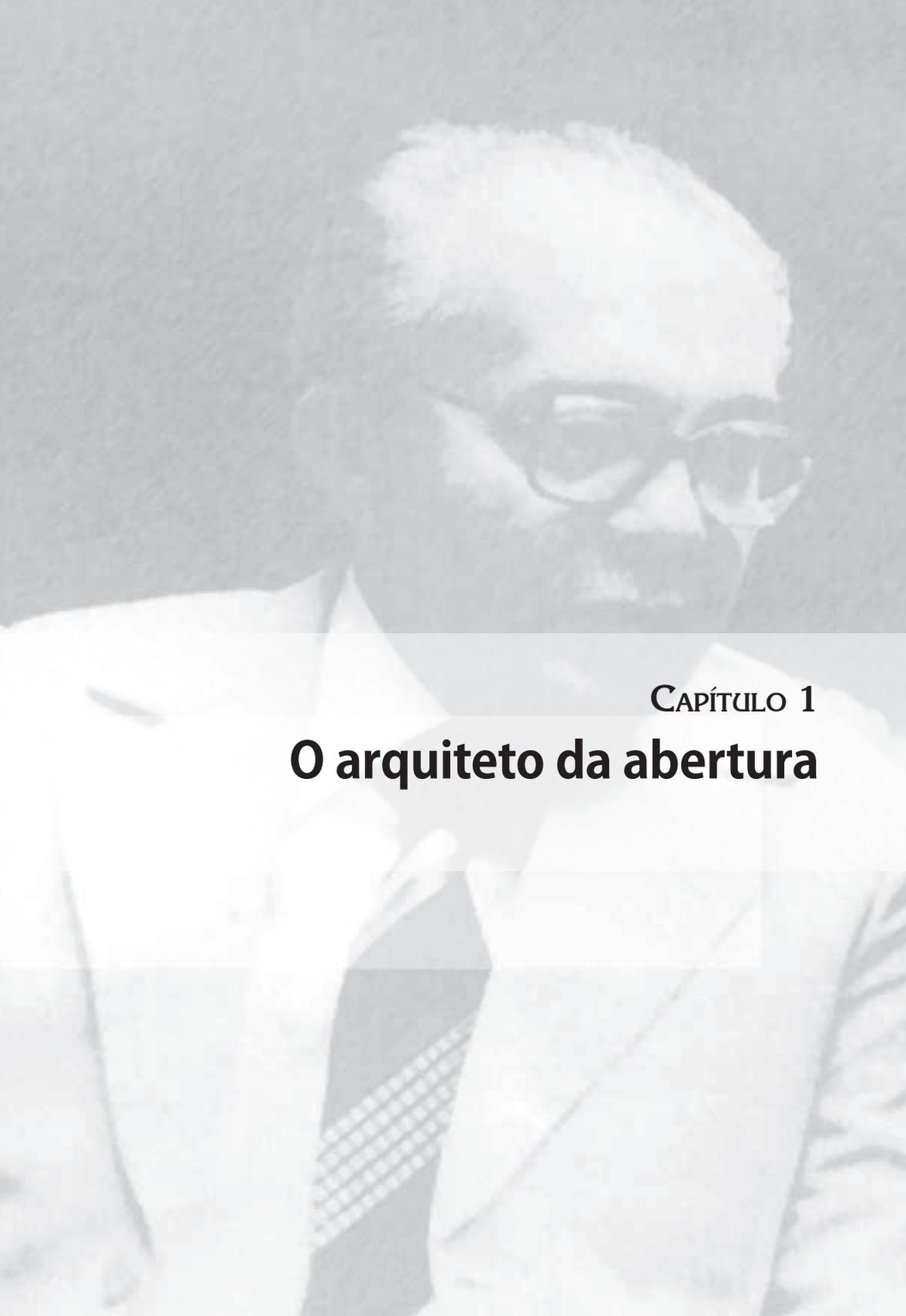
O *segundo capítulo* remonta à chamada “Missão Portella” e seus reveses. Aqui conta-se também como o senador abriu espaços e galgou posições em Brasília. Outro tópico do capítulo aborda o fechamento do Congresso Nacional, por imposição do “Pacote de Abril”, na segunda gestão de Petrônio como seu presidente. Também cuida de sua habilidade como gestor, uma faceta pouco explorada de rica biografia de homem público.

O *terceiro capítulo* narra a atuação de Petrônio Portella no Piauí, onde costurou arranjos políticos inimagináveis. Também conta-se como ele se salvou da cassação de seu mandato de governador, em 64, após declarar apoio ao presidente deposto João Goulart, e se transformou, depois, em um homem de confiança dos militares, assumindo o papel de um dos políticos mais influentes do regime. Aqui são feitas ainda revelações surpreendentes sobre a sua vida pessoal.

Nosso propósito, com este trabalho, é traçar um perfil biográfico do ex-ministro, conjugando-o com uma reportagem histórica, a fim de subsidiar, e mesmo instigar, as novas gerações a que aprofundem a pesquisa, conheçam a história desse brasileiro incomum e possam reconhecê-lo como uma das grandes personalidades do passado e um modelo exemplar para todos.

Teresina, janeiro de 2010

Zózimo Tavares



CAPÍTULO 1

O arquiteto da abertura

O s últimos dias de Petrônio

Da justiça, foi cultor,
Da democracia, um astro;
Da luta, o próprio mastro,
Da liberdade, um doutor;
Da honestidade, um pastor,
Da lealdade, um guerreiro,
Do respeito, um timoneiro,
Da nação, um baluarte,
Do dever, um estandarte
E do crime, um justiceiro.

(Ribeiro, Pedro, in *A Morte de Um Líder – Petrônio Portella*, Teresina, 1980)

O ministro Petrônio Portella começou a passar mal após o almoço de 1º de janeiro de 1980. Sentia enjoo. Amanheceu o dia 2 vomitando. Foi piorando ao longo dos dias. Tudo o que ele comia, fazia mal. Então, tomou a decisão de entrar em jejum, recusando alimentos sólidos. Enquanto ele se queixava de problemas no estômago, sua hérnia de hiato doía insuportavelmente.

Não obstante o mal-estar, decidiu cumprir o programa de viagem a Santa Catarina, onde o presidente João Figueiredo fora vaiado no dia 30 de novembro por estudantes. Nesse protesto, organizado pelo DCE da Universidade Federal de Santa Catarina, os manifestantes gritavam palavras de ordem que passariam a atuzigar os ouvidos do regime dali para a frente, como “abaixo a ditadura”, “chega de sofrer, o povo quer comer”, “abaixo a exploração, mais arroz e mais feijão”.

A manifestação ocorreu em Florianópolis, em frente ao Palácio Cruz e Souza, sede do governo catarinense, onde estavam

o presidente e sua comitiva, e acabou em quebra-quebra, com intervenção da polícia. O episódio ganhou repercussão nacional, através da imprensa, provocando desconforto ao governo, e ficou conhecido entre os catarinenses como a “novembrada”.

O ministro da Justiça, coordenador da abertura política, avaliou intimamente que o desconforto político diante daquele fato certamente era maior do que a sua indisposição física. Manteve a viagem. E justificou-se:

— Como posso deixar de ir depois disso? Vão achar que é represália do governo.

E, na tarde da quinta-feira, dia 3, embarcou para Laguna, no Sul catarinense.

Petrônio retornou para Brasília na tarde de sábado, dia 5. Estava abatido e muito pálido. Seu mal-estar continuara durante a viagem. Desde a véspera do embarque, estava sem comer nada. Por sua conta, como costumava fazer, suspendeu a medicação para seu diabetes. Suas taxas de açúcar estavam altíssimas.

Seu médico, dr. Luciano Vieira, o levou até o Hospital Santa Lúcia, de Brasília. Mas o ministro passou apenas quatro horas no hospital. Submeteu-se a exames, ficou em observação, recebeu alta e foi para casa, na condição de continuar a medicação. Lá, começou a melhorar. Recebeu visitas e ficou conversando durante horas.

Continuava tomando soro, já que recusava, sistematicamente, alimentos. Temia vomitar e, com isso, provocar as dores de sua hérnia. No início da tarde de domingo, voltou a se sentir mal. De repente, o doutor olhou para o paciente e sobressaltou-se:

— Está tendo um choque!

Naquele momento, Petrônio Portella tremia tanto que balançava violentamente a cama. Sua mulher, dona Iracema, seu filho Petrônio e a filha Patrícia tentavam acalmá-lo. Em meio à agonia, o ministro perguntou, assustado:

— O que está acontecendo comigo?

Dona Iracema, à sua cabeceira, respondeu-lhe, nervosa:

— Já vai passar, meu bem. Tenha calma!

O choque durou cerca de infindáveis e terríveis 15 minutos. O ministro estava exausto e queixou-se:

— Não aguento mais. Estou cansado!

A respiração tornou-se difícil, até que pareceu parar.

— Acho que ele morreu naquela hora, avaliou dona Iracema, em entrevista que concedeu três anos depois ao *Jornal do Brasil*.

Após sofrer o choque anafilático, o ministro foi reconduzido de ambulância para o setor de emergência do Hospital Santa Lúcia, onde deu entrada às 15h35m. Os médicos passaram aproximadamente uma hora tentando reanimá-lo. A família ficou em salas separadas, aguardando com ansiedade. Finalmente, o dr. Luciano Vieira entrou na sala onde estavam dona Iracema e o filho Petrônio e, com voz embargada, enunciou as palavras que ele jamais pensou em pronunciar e a família jamais quisera ouvir:

— Infelizmente, perdemos o paciente.

Em seguida, o ministro do Gabinete Militar, general Danilo Venturini, amigo de Petrônio, entrou na outra sala de espera e comunicou a Patrícia e ao namorado dela:

— Infelizmente, nós o perdemos.

A morte do ministro foi anunciada oficialmente no início da noite de 6 de janeiro de 1980, surpreendendo o país e chocando o mundo político.

Em sua primeira edição após a morte do ministro da Justiça, a revista *Veja*, numa reportagem intitulada “A vida pela política”, escrevia:

“Petrônio Portella morreu porque, como político competente, sabia que um candidato à Presidência da República não podia de-

notar saúde débil”. E acrescentava: “Fumante inveterado, aos 54 anos ele sofria de diabetes, glaucoma, hipertensão arterial e já extraíra um pulmão canceroso, em 1961. Assim, procurou assegurar as aparências até o último momento”.

A revista apurou que, no sábado à tarde, quando desembarcou no aeroporto de Brasília, retornando de Santa Catarina, Petrônio caminhou ao encontro do ministro Saïd Farhat (das Comunicações) esforçando-se para que seu rosto não traísse uma inevitável palidez. Da mesma forma, sempre com sua concordância, não foi cercado por cuidados médicos compatíveis com o que exigia a sua saúde e também com a sua condição de ministro de Estado.

“Em seus três últimos dias de vida – publicou a revista – pelo menos por três vezes descuidou do tratamento médico para atender à política”. Conforme a publicação, o primeiro descuido foi a própria viagem a Santa Catarina. Na véspera, mesmo sentindo-se indisposto, ele não quis cancelar a viagem, para evitar eventuais especulações da imprensa e de políticos.

O cuidado do ministro era para que não associassem a suspensão de sua visita com o episódio ocorrido entre o presidente João Figueiredo e o grupo de estudantes, em Florianópolis, em novembro do ano anterior. Assim, viajou doente. Ao chegar ao Laguna Tourist Hotel, sua primeira providência foi pedir um comprimido de Engov e outro de Alka Seltzer, ambos digestivos.

Em conversa, pelo telefone, pouco antes de morrer, com o deputado Thales Ramalho (MDB), seu amigo, Petrônio informou-lhe que sua indisposição estava relacionada com um copo de vinho e duas mangas que comera ainda em sua residência oficial.

A revista apurou que o ministro chegou ao hotel de Laguna já demonstrando visivelmente um mal-estar. Entrou abatido, pálido, parecia estar muito cansado, segundo relato do gerente do hotel, Dolor Danúbio da Silva:

— Quando fui cumprimentá-lo, ele estendeu a mão trêmula, mas procurava sorrir – assinalou.

Durante o tempo em que permaneceu em Laguna, a 100 quilômetros de Florianópolis, o ministro não saiu uma só vez da suíte do hotel. Os políticos locais que tinham audiência já marcada foram barrados no *hall* de entrada. Apenas o governador de Santa Catarina, Jorge Bornhausen, teve acesso ao apartamento.

A propósito, foi o governador quem convenceu o ministro a não viajar naquela mesma noite para Criciúma, a 100 quilômetros de Laguna, para participar de um baile na cidade.

Quando o governador, pouco antes das 21 horas, lhe disse que não iria à festa comemorativa do centenário da exploração carbonífera de Criciúma para ficar na companhia de Petrônio, o ministro chegou a levantar-se da cama, determinado:

— Você vai me representar. Se não for, eu vou.

Nessa atitude, o ministro procurou demonstrar seu apreço pelo governador, buscando provar também que não restava, no governo federal, qualquer estremecimento resultante do episódio do final de novembro, envolvendo o presidente Figueiredo e um grupo de estudantes.

Como ele mesmo havia explicado ao desembarcar em Florianópolis, a doença não o seguraria num momento em que sua ausência poderia levar a conclusões precipitadas e injustas contra Santa Catarina.

O ministro insistia em comparecer à festa, alegando que sua indisposição era passageira.

Mas não foi essa a impressão que transmitiu, às 21 horas, ao *maitre* Archimedes de Souza, que lhe serviu o jantar no quarto do hotel:

— Quando entrei na suíte, o ministro estava deitado de bruços, na cama de casal. Ele levantou, tomou *consommé* de galinha e mal tocou no filé. Bebeu água mineral e disse-me que estava com um pequeno mal-estar. Ele parecia muito cansado – lembrou.

Durante o resto da noite e a madrugada seguinte, o telefone da suíte não voltou a tocar. A mulher do ministro diria mais tarde

que pensara em chamar um médico de madrugada, mas ele não permitiu:

— Não quero causar incômodo – desculpou-se.

Na madrugada de sábado, contudo, não havia mais como fugir do problema. Aldo Ferro, assessor do ministro que o acompanhava na viagem, ligou para o médico Oscar Pinho, clínico geral de 37 anos, nascido e residente em Laguna. Ao telefone, explicou ao médico:

— O ministro, aqui, é seu. Está com um pequeno mal-estar e pede que o senhor venha ao hotel tirar-lhe a pressão.

Ao médico, Petrônio confessou que passara a noite “nada bem”. Sentira dor no peito e vomitara algumas vezes. A pressão estava normal. Só que, no caso do ministro, como informou o médico, “o normal mostrou que algo estava errado, pois ele era hipertenso e diabético”.

Ou seja, naquele momento, a pressão já estava caindo. Somando isso às ânsias de vômito e às dores no peito – sintomas clássicos de cardiopatias – o dr. Oscar Pinho suspeitou da ocorrência de algum problema no coração. Mas o médico não demorou a constatar que estava diante de um “paciente rebelde”.

Na verdade, o articulador das reformas políticas tinha um relacionamento singular com a vida. Ao escapar milagrosamente de um câncer, em 1962, quando lhe retiraram um terço de um dos pulmões, passou a considerar “lucro” cada dia a mais que vivesse – e assim se comportava, até mesmo em suas últimas horas de vida.

Quando, por exemplo, o médico de Santa Catarina o advertiu de que não deveria fumar um cigarro que se preparava para acender, o ministro concordou, com uma ressalva:

— Meu médico mandou várias vezes que eu parasse de fumar. Mas prefiro viver cinco anos fumando do que dez sem fumar.

Para *Veja*, “a relação estabelecida entre Petrônio Portella e a

morte iminente quando teve câncer explica não apenas essa sua frieza diante da vida, mas até mesmo sua audácia política e sua capacidade de correr riscos”. A propósito desse seu comportamento destemido frente aos obstáculos, o senador Helvídio Nunes, seu correligionário e seu amigo de longas datas no Piauí, dizia:

— Poucos, talvez, tivessem a coragem e a grandeza que ele soube esbanjar, às vezes perdulariamente.

Disposto a dissipar os temores do médico catarinense, o ministro assegurou que estava bem e que, há dois dias, fizera em Brasília um eletrocardiograma, com resultados normais.

— Essa informação quase me derruba – relatou o médico à *Veja*.

Ele estava convencido, afinal, de que o ministro sofria uma “crise anginóide”.

O médico chamou uma enfermeira e aplicou no ministro duas injeções – Buscopan, um antiespasmódico, no músculo, e Vogalene, um antiemético, na veia. “Ao sair do quarto, não tinha dúvidas: o homem estava infartando”, concluiu a revista.

Ainda no hotel, foi dada ao paciente uma nova medicação: um comprimido de Ezordil, um vasodilatador que se coloca debaixo da língua. O eletrocardiograma feito às 10h30 pelo médico catarinense e por um cardiologista de Laguna, João Romão do Nascimento, mostrava “alterações antigas e novas de coronárias, compatíveis com coronariopatia”.

À tarde, o ministro pareceu melhor, reagindo aos efeitos da dose de Ezordil.

— Essa melhora foi a prova terapêutica da doença – assegurou o médico, à revista *Veja*.

— Fazendo efeito positivo, tinha-se certeza do mal do ministro: ele estava com uma coronariopatia aguda – completou.

A revista relatou que foi aí que, pela segunda vez, o ministro da Justiça colocou a política acima de sua saúde. Os dois médicos

o aconselharam a embarcar imediatamente para São Paulo, onde já o esperava o cirurgião Euryclides Zerbini, alertado para a necessidade de exame geral. Há pouco tempo, o Dr. Zerbini havia feito uma cirurgia cardíaca no irmão mais velho de Petrônio, Nathan Portella, médico e professor universitário. Mas o ministro não quis ir encontrá-lo. E argumentou:

— Se eu for, amanhã os jornais vão estampar em manchete: “Ministro da Justiça viaja doente para São Paulo”.

Ele alegava que, além disso, tinha importantes compromissos em Brasília, na segunda-feira.

De fato, estava marcada para aquele dia a primeira reunião para a organização do PDS, o novo partido do governo.

Um perigoso jogo de cena

Começaria aí, então, o que o médico de Santa Catarina mais tarde classificaria de “perigosa encenação”. Com a ajuda do próprio ministro, tudo se fez para mostrar que ele sofrera apenas distúrbios gastrointestinais. Assim, às 13 horas de sábado, antes do embarque para Brasília, recebeu um telefonema do ministro Saïd Farhat, pedindo informações.

O ministro das Comunicações tranquilizou-se, depois de ouvir de Petrônio que tudo corria bem. Farhat conversou com o médico Antônio Paulo Filomeno, que trabalhava em Brasília e também estava em Santa Catarina – justamente em Laguna, onde visitava familiares. Ele ofereceu-se para acompanhar a comitiva ministerial até Brasília.

O ministro foi removido de Laguna para Florianópolis de helicóptero. Na capital de Santa Catarina, tomou o jatinho e regressou para Brasília.

A revista *Veja* publicou, na mesma reportagem, que as informações que Filomeno forneceu ao ministro Saïd Farhat, também tranquilizadoras, conflitavam com o diagnóstico do médico de Santa Catarina. Apesar de reconhecer manifestações de “dor an-

ginóide”, ele garantiu que Petrônio não apresentava problema coronário mais grave.

Segundo o médico de Brasília, o mal do ministro era apenas de “ordem digestiva”. A revista apontou mais contradições. O médico catarinense garantiu que a medicação com Ezordil provocara reação. Filomeno, num telefonema para o dr. Luciano Vieira, em Brasília, disse que não. O catarinense informou que, em nenhum momento, durante todo o tempo em que esteve em Laguna, Petrônio queixou-se de distúrbios digestivos.

“Ninguém acreditava”, descreve a revista. Tão logo o ministro chegou a Brasília, a EBN (Empresa Brasileira de Notícias, hoje Agência Brasil), subordinada à Secom, distribuiu à imprensa uma foto do ministro sendo recebido alegremente por Farhat no aeroporto – prova de que tudo estava bem.

A revista acentuou que, normalmente, a chegada do ministro a Brasília não chamaria tanta atenção a ponto de merecer uma fotografia. A foto da Secom acabaria sendo a última de Petrônio ainda em vida. Reforçando esse jogo de aparências, a revista registrou que o médico Filomeno garantira a jornalistas que a viagem correria sem qualquer problema.

O médico informou que durante o voo tirara a pressão do ministro e, diante dos resultados, brincou:

— Pressão de broto!

No domingo à noite, contudo, o jovem cardiologista telefonou à sua esposa, Lúcia, que ficara em Laguna, informando-a de que fizera “uma viagem terrível”.

Em Brasília, o esforço para demonstrar que o ministro estava bem prosseguiu durante o resto do dia. Petrônio concordou em passar na Casa de Saúde Santa Lúcia, onde já tinha um apartamento reservado, para fazer exames. Mas recusou-se a ficar internado. Ele alegou ao médico Luciano Vieira que não pretendia dar

motivos para a imprensa especular que o estado de sua saúde era grave.

Veja relatou, ainda, que, sem opções, o médico permitiu que o ministro fosse para sua residência, onde lhe seriam ministrados quatro frascos de soro, para combater os efeitos da desidratação. O ministro dormiu bem a noite de sábado para domingo. Acordou, tomou café moderadamente e leu os jornais da manhã. Continuava, entretanto, a tomar soro, pois não se alimentava desde o meio da semana.

A revista *Veja* apontou que, ao abandonar a clínica no fim da tarde de sábado, o ministro, pela terceira e última vez, valorizou mais a política que a vida. Na saída, não só permitiu que a TV Globo o filmasse como ofereceu-se para falar ao jornalista Álvaro Pereira, repórter político da emissora. Foi sua última entrevista. Nela, repetiu que estava bem e que na segunda-feira compareceria a uma reunião com o presidente João Figueiredo, no Palácio do Planalto.

Depois de uma tranquila noite de sono, o ministro começou a piorar na manhã de domingo. A partir das 9 horas, a ambulância do Senado fazia cinco viagens para levar medicamentos à sua casa. Seu estado de saúde agravou-se repentinamente a partir das 14h30, quando o médico constatou que o medicamento ministrado com o soro – o médico não revelou qual era – provocara, de forma inesperada, sensível elevação da temperatura do paciente, que já estava quase sem condições de respirar, com edemas da glote e do pulmão.

As duas horas e meia seguintes foram dramáticas, na residência e na clínica para onde o ministro fora transferido, às pressas. A insuficiência respiratória agravou-se, com repercussões sobre a atividade cerebral, que cessou completamente e culminou com a parada do coração. Os médicos tentaram massagem torácica e respiração boca a boca. Não adiantou. Às 18 horas, o ministro da Justiça morria.

A nota oficial divulgada a seguir pelo governo apontou como *causa mortis* um choque anafilático. Insistia nos distúrbios intestinais e talvez em hérnia diafragmática. O diagnóstico, contudo,

causou controvérsia em Brasília, a exemplo da qualidade do tratamento recebido pelo ministro.

O deputado federal Magalhães Pinto produziu, então, ferina observação sobre os profissionais que clinicavam na capital:

— Os melhores médicos de Brasília são a Varig, a Vasp e a Transbrasil.

Ou seja, de acordo com o veterano parlamentar mineiro, quando alguém ficava doente em Brasília, a melhor coisa que tinha a fazer era sair de lá, e depressa, de avião.

O fato de o ministro da Justiça não ter sido imediatamente internado mereceu ácidas críticas em Brasília. Também foi reprovado o atendimento dele em uma clínica particular. A praxe manda que as autoridades no nível de ministro de estado sejam atendidas em hospitais como o das Forças Armadas, do Servidor ou da Fundação do Distrito Federal, todos públicos e mais bem equipados do que a Clínica Santa Lúcia.

Na mesma semana, o presidente da Sociedade Brasileira de Alergia, do Rio de Janeiro, dr. João Bosco Magalhães Rios, definiu e caracterizava, através da imprensa, um choque anafilático. Ele informava que se trata de uma dilatação aguda, de pequenas veias e artérias, causando a retenção de sangue e impedindo a circulação cerebral, o que provoca o estado de choque do paciente, motivado pela falta de oxigênio, levando-o à morte.

O médico informava, também, que o choque anafilático é muito raro, chegando mesmo a ser considerado excepcional, sendo mais comum em pacientes que abusam do uso da penicilina, que estatisticamente é o medicamento que dá mais choque anafilático em todo o mundo. Ele pode ser evitado, porém, caso médico e paciente saibam a que medicamento o doente é alérgico, e evite o seu uso.

A abordagem que a revista *Veja* deu à doença e à morte do ministro Petrônio Portella magoou profundamente a sua família, especialmente quanto à ênfase dada à negligência dele com a sua

saúde e sobre sua ambição política. Três anos depois do falecimento do ministro, seu filho mais velho, Petrônio Portella Filho, então com 27 anos, reagiu com veemência, em entrevista à revista *Manchete*:

Uma revista cita papai como exemplo do homem que morreu do coração, porque não quis se tratar, devido à ambição desmesurada para querer ser o próximo presidente da República. E isso é um absurdo. Ele nunca teve essa ambição. Ele não lutava por isso. Ele lutava era para a abertura democrática, para a normalidade constitucional do país e pelo desenvolvimento do Piauí. (OLIVEIRA, 1993, p.218)

Sua filha Patrícia, que o acompanhou juntamente com a mãe na viagem a Santa Catarina, conta, em *e-mail* que me passou recentemente, quando lhe solicitei informações sobre a viagem, que todos os cuidados com a saúde do ministro foram tomados, e a tempo:

Fomos para Santa Catarina, no dia 3 de janeiro de 1980, meu pai, minha mãe, eu e o Antonio Carlos, meu marido (na época, meu namorado). Antes da viagem, meu pai já sentiu uma indisposição, que foi diagnosticada como um problema gástrico. Foi medicado e nós viajamos. Fomos a Florianópolis e, depois, de carro, para Laguna (o nosso destino era Criciúma, mas, por falta de um bom hotel na cidade, ficamos hospedados em Laguna). No dia seguinte, o mal-estar voltou e meu pai não conseguiu ir à festa, à noite, em Criciúma. Fomos apenas, representando-o, eu e o Antonio Carlos. Na manhã do dia 5, quando acordei, já havia um médico com o meu pai. Foi feito um eletro e o resultado passado para o médico dele em Brasília, Dr. Luciano. Aparentemente, o eletro nada havia demonstrado de anormal, mas acharam melhor levá-lo para Brasília. Ele foi levado de helicóptero até Florianópolis e, de lá para Brasília, num aviãozinho, acompanhado pela minha mãe e por um médico, Dr. Filomeno. Já em Brasília, foi levado para o Hospital Santa Lúcia, onde fez todos os exames necessários. Nada foi detectado. Voltou para casa e ficou tomando soro e uns medicamentos.

A filha do ministro relata que a equipe médica que assistiu seu pai não considerou a internação dele como uma providência indispensável ao tratamento:

É de se ressaltar que em nenhum momento houve por parte de nenhum dos três médicos que o assistiam (Dr. Luciano, um médico do Ministério da Justiça - cujo nome não me lembro - e um outro cardiologista do Senado, que chegou a dormir lá em casa na noite do dia 5 para o dia 6), recomendação para que meu pai fosse internado. Pelo contrário, todos eram unânimes em dizer que não era nada gra-

ve. Inclusive meus tios médicos, irmãos do meu pai, que estavam em contato permanente com a equipe médica. Portanto, foi totalmente improcedente a exploração feita pela mídia, à época, de que ele recusara a internação para não expor publicamente uma fragilidade. A necessidade de internação sequer foi mencionada.

O exame frio desses fatos, 30 anos depois – um distanciamento histórico considerável –, conduz a ponderações a favor da versão da família do ex-ministro da Justiça. O sinal mais evidente de que ele tomava cuidados com sua saúde era o exame de eletrocardiograma a que havia se submetido, em Brasília, naquela mesma semana, antes da viagem a Santa Catarina, com resultados normais.

O médico de Santa Catarina, fonte principal da reportagem da revista *Veja*, teve participação relâmpago no seu tratamento. Ainda no início da profissão e atraído para os flashes sedutores da mídia, ele não resistiu à tentação de seus fugazes 15 minutos de fama. A esposa de Petrônio estava presente ao quarto do hotel durante os poucos minutos em que o médico tratou dele. O eletro constatou as alterações de sempre, típica de um paciente cardíaco há vários anos. As alterações foram atribuídas a problemas antigos.

Petrônio Portella Filho sustenta, também em *e-mails* que me passou, em resposta a informações que lhe solicitei sobre o tratamento do ministro:

Em nenhum momento, o médico catarinense mencionou a palavra infarto, em nenhum momento ele tentou convencer meu pai a se deslocar para São Paulo. O médico catarinense não soou nenhum alarme, não alertou o paciente, não alertou a família do paciente.

Se o médico de Santa Catarina alguma vez achou que meu pai estava infartado, ele guardou o diagnóstico para si. Minha mãe e minha irmã, presentes ao local, não tomaram conhecimento da notícia. Se nós o criticamos é porque ele não nos disse o que pensa ter dito. Qual a atitude típica de um médico que tem paciente rebelde correndo risco de vida? Ele alerta a família. O médico catarinense não o fez, provavelmente porque não tinha certeza do diagnóstico. Se ele o tivesse feito, a família teria insistido na internação.

Ele contesta peremptoriamente a versão sobre o infarto do ministro:

O infarto aconteceu ou não? Bem, meu pai tinha em sua cabeceira, três médicos, que o acompanharam durante todo o tratamento. Nenhum dos três médicos - que o examinaram ao longo de vários dias - achou que meu pai estivesse infartado ou que tivesse morrido de infarto. Chegando de Santa Catarina, meu pai foi ao Santa Lúcia fazer uma bateria de exames. Fez vários exames e não foi constatado infarto. Nenhum dos médicos presentes levantou a hipótese de infarto. Nenhum dos exames realizados constatou a ocorrência de infarto. Nenhum dos familiares ouviu a palavra infarto ser mencionada. Os sintomas clínicos de um choque anafilático são semelhantes aos sintomas clínicos de um infarto? Não. Longe disso.

O filho do ministro aponta erros e precipitação no diagnóstico do médico de Santa Catarina:

Existem contradições no depoimento do médico catarinense. Meu pai estava em total jejum, recusava todo tipo de alimento sólido. No entanto, ele afirmou que papai “não se queixava de problemas digestivos”. Se não se queixava de problemas digestivos, por que se recusava a comer? A própria evolução do quadro médico do paciente mostrava que ele tinha motivos de sobra para suspeitar de problemas digestivos. As doenças nunca são fáceis de decifrar.

Meu pai não queria morrer. Ele não era suicida. Ainda que o fosse, minha mãe e minha irmã, presentes ao local, não o apoiariam na decisão absurda de evitar uma internação no caso de um infarto. Meu pai, de fato, tinha receio de expor aos jornais a fragilidade de sua saúde, a exemplo de outros políticos. Mas ele jamais deixaria de se tratar se soubesse que estava infartado e corria risco de vida.

O histórico sobre a frágil saúde do ministro e a sua maneira incomum de viver, sem temer a morte, deram, todavia, munição suficiente à *Veja* para apresentar versão mais compatível com as expectativas da revista, naquele momento. Tratava-se, afinal, de uma personalidade pública importante, uma celebridade, que tinha também a fama de paciente indisciplinado.

Como a revista *Veja* era e continua sendo a mais influente do Brasil, a versão do médico catarinense foi a que passou para a história: Petrônio Portella morreu após sofrer um infarto que tentou ocultar. Um médico que teve participação relâmpago no tratamento do ministro foi considerado o dono da verdade. E ponto final.

Afastada, porém, a possibilidade do infarto, e levando-se em conta a precariedade da saúde de Petrônio, seria injustificável, no

entanto, sua relutância em ficar internado em Brasília. A decisão se revelaria um trágico erro. Quando ocorreu o choque, inexistiam os meios para o socorro, como remédios ou aparelhos adequados para o tratamento. O ministro estava em casa, quando deveria estar em um hospital.

Mesmo assim, não custa lembrar: cinco anos depois, às vésperas de sua posse, marcada para 15 de março de 1985, o presidente eleito Tancredo Neves repentinamente começou a sentir fortes dores no abdôme. Foi internado às pressas, para ser examinado convenientemente, e submeteu-se a uma cirurgia de urgência.

O resultado funesto daquela inevitável internação todos sabem: o presidente eleito teve que ser levado pela segunda vez para a mesa de operação. Dias depois, quando Tancredo parecia melhor, um fotógrafo passou 10 minutos fazendo fotos dele e da equipe médica, em companhia ainda de dona Risoleta Neves, dentro do hospital. As fotos mostravam o presidente em franca recuperação. Mas tudo não passava de aparências. O estado de Tancredo se tornara gravíssimo. Ele fora vítima de uma infecção e estava com hemorragia. Foi removido para o Instituto do Coração do Hospital das Clíncias, em São Paulo, onde submeteu-se a mais sete cirurgias, vindo a falecer no dia 21 de abril, como um mártir.

Em resumo: mesmo com todos os cuidados que prontamente recebeu desde o primeiro momento, no Hospital de Base de Brasília – para onde se reivindicava que Petrônio Portella deveria ter sido levado, quando adoeceu –, ainda assim Tancredo Neves não sobreviveu...

Petrônio Portella dizia à mulher e aos filhos que ia morrer cedo. Aos amigos mais próximos, dizia ter pressa justamente por não confiar que a vida lhe pudesse ser longa. Como se sentia sempre ameaçado, procurou dar, a cada instante, o maior vigor possível. Era assim que se comportava desde que saltara a fogueira do câncer. Naquela amarga ocasião, os médicos lhe deram poucos meses de vida. Ele viveria mais 18 anos. E morreria de outro mal.

Apesar de procurar viver com maior intensidade, Petrônio não

se tratava adequadamente. Diante disso, a família o via como uma pessoa frágil e temia enormemente pela sua saúde.

Mas a discussão sobre o estilo de vida do senador e sobre as causas de sua morte não é a razão deste livro. O que nos interessa é a sua contribuição à vida pública, à qual se entregou de corpo e alma durante 30 anos de sua curta existência, sempre procurando dar o melhor de si.

Petrônio Portella está, afinal, entre aquelas personalidades que devem ser lembradas não propriamente pelo modo como morreram, mas como viveram.

A abertura sem Petrônio

Tarde de 7 de janeiro de 1980, segunda-feira. Cemitério Campo da Esperança. Brasília. Soldados eretos portavam, ao som da marcha fúnebre, o esquife com o corpo do ministro Petrônio Portella, falecido na véspera. O Presidente da República, ministros de Estado, parlamentares, familiares e populares acompanhavam, sentidos e estupefatos. O céu chorava. Na terra natal, o comércio cerrou as portas. O Brasil e, particularmente, o Piauí, perdiam um grande filho, aquele que estava tecendo o processo de abertura política do país. (NAPOLEÃO, 2000, p.3)

A descrição comovida e comovente do sepultamento do ministro Petrônio Portella, feita pelo senador Hugo Napoleão, dá bem a dimensão do choque que aquele infausto acontecimento provocou. Se o Brasil estava chocado, o Piauí estava enlutado. Teresina praticamente parou naquela segunda-feira: repartições públicas federais, estaduais e municipais, bancos, comércio, a indústria não funcionaram, em sinal de luto pela morte do ministro.

Os maiores jornais do Piauí – *O Dia* e *O Estado* – circularam com edições extras, batendo todos os recordes de venda. Tamanha foi a procura que o jornal *O Estado* ficou sem um único exemplar para seu arquivo.

Durante as 18 horas do velório de Petrônio, no Salão Negro do Congresso Nacional, as conversas dos políticos giravam em torno de três assuntos: a possibilidade de falha médica no atendimento

ao ministro, a sua sucessão e as consequências de sua morte para o processo de redemocratização do país.

À dor de sua esposa, dona Iracema, e de seus filhos Petrônio, Patrícia e Sônia, somavam-se agora a angústia, a apreensão e as muitas dúvidas do Brasil sobre os rumos incertos de sua democracia, que então despontava no horizonte político. Ela seria efetivamente alcançada? Ela seria alcançada sem sobressaltos?

Os temores e recuos tinham razão. Petrônio Portella era o condutor seguro e confiável desse processo e, com a sua morte inesperada, o projeto de abertura política dava um salto no escuro. Quando morreu, ele já havia se transformado naturalmente no articulador político do governo. Além disso, conquistara a confiança da nação, ao travar um diálogo aberto e franco com líderes dos mais diversos segmentos, com vistas à redemocratização.

O papel de Petrônio na retomada da democracia começa bem antes daquele momento, mais precisamente no governo Geisel. Desde então, ele já estava profundamente afinado com a estratégia política do general Golbery do Couto e Silva, de quem se tornara um aliado incondicional. Ao seu lado, era o executor da distensão do sistema. Petrônio foi, aliás, um dos primeiros ministros que o presidente João Figueiredo escolheu.

Quando ele morreu, dedicava-se ao trabalho de obter o maior número possível de adesões para o novo partido governista, o PDS, sucessor da Arena. Seu argumento era o de que o presidente Figueiredo necessitava de um amplo apoio partidário para consumir a sua obra de redemocratização do país.

Com seu prematuro falecimento, paralisaram-se todas as articulações entre a cúpula do futuro PDS e o Palácio do Planalto para a formação do novo partido. Isso porque o ministro era o canal de acesso de todos os políticos ao Planalto. O processo de abertura entraria, assim, numa rotação mais lenta.

No governo, na oposição, na sociedade civil e na imprensa, todos lamentavam o desaparecimento do ministro e buscavam forças para levar adiante o processo de abertura.

O presidente João Figueiredo lamentava, emocionado, no velório:

— Além de um auxiliar, perdi um amigo.

E continuava:

— À enorme perda pessoal que todos experimentamos, junta-se, também, a falta irreparável do grande servidor público, do democrata sincero, do político exemplar.

Figueiredo referiu-se, também, ao desfalque que a morte de Petrônio causava ao seu governo e ao país:

— Seu falecimento prematuro priva a Nação dos continuados serviços que vinha prestando, especialmente neste momento em que lhe cabia parte da maior importância na condução do processo de redemocratização do país. Fica-nos, entretanto, o seu exemplo de dignidade e superior dedicação à causa pública.

O senador Teotônio Vilela, que de dissidente do governo tornara-se opositor, testemunhava:

— Apesar das divergências, nunca nos afastamos do respeito mútuo e da cordialidade. Era uma figura excepcional de homem público, sabia sofrer e em tudo usava a sua aguçada inteligência.

O senador Jarbas Passarinho, ministro em vários governos e companheiro de lutas, referendava o testemunho do opositor:

— Petrônio soube ser o líder de todos os líderes, quando enfrentou o diálogo no tempo da recessão, sem se deixar intimidar pelas adversidades. Foi em frente e, com destemor, conseguiu a maior vitória que um homem público poderia desejar, que é a volta do país à democracia.

O presidente da Câmara Federal, deputado Flávio Márcilio, também destacava o seu espírito de homem público:

— Petrônio Portella desempenhou com proeminência um grande papel no processo de redemocratização. Deixa a democracia em nossos corações, esta democracia que viveu em seu sangue, durante sua trajetória de homem probo, inteligente e humano.

O ministro da Marinha, Maximiniano Fonseca, destacava os esforços sobre-humanos do seu colega na condução da política do governo :

— Estou tremendamente chocado com o desaparecimento do ministro Petrônio Portella e não é preciso dizer que talvez ele seja uma vítima do enorme esforço que vinha fazendo nesta fase de transição política.

O ministro da Educação, Eduardo Portella, indicava a dimensão da perda:

— O governo perdeu um grande ministro e o Brasil perdeu um dos grandes construtores de sua nova democracia.

O senador Tancredo Neves, que se dedicava à coordenação do PP, dava o seu prognóstico:

— Não será fácil ao presidente da República escolher um substituto capaz de angariar, como acontecia com o senador piauiense, o grau de confiabilidade de todo o governo.

E justificava:

— Petrônio era um homem talhado para o desempenho político, acessível, de diálogo fácil, de espírito público, de grande vocação política. Tivemos sempre excelentes conversas, apesar de muitas discordâncias.

Por fim, arrematava:

— Por mais paradoxal que possa parecer, dentro do governo, Petrônio era a voz liberalizante de luta pelos ideais democráticos.

O arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, também lamentava a morte do ministro da Justiça, destacando que ele vinha tentando sempre nova abertura para o Brasil:

— Talvez tenha sido o homem-chave do momento de transição e muitos, quem sabe, não entenderam o alcance de todos os seus esforços e de certas declarações, sempre voltadas para a abertura política.

Para o cardeal, um dos primeiros a se empenhar no processo de redemocratização, Petrônio fazia história:

— O Brasil não vai esquecer a contribuição desse grande homem para a nossa história.

E, destacando o sentimento religioso do ministro:

— Eu estimava muito Petrônio Portella por causa desse sentimento, que me dava segurança de sua orientação cívica.

A gestão de Petrônio Portella como ministro da Justiça foi extremamente fecunda, apesar de breve (de março de 1979 a janeiro de 1980). Ele deu novo *status* político e novos ares ao Ministério.

O *Jornal do Brasil* publicou, a propósito, em texto assinado pela jornalista Dilze Teixeira, que “a diferença entre Petrônio e seu antecessor, Armando Falcão (*autor da famosa frase “Nada a declarar”, que bem traduzia a sua intolerância e sua aversão à imprensa*), notou-se já no dia seguinte ao da sua posse”. E explicava: “As portas do gabinete do ministro, antes inacessíveis à imprensa, foram abertas a todos os jornalistas ou a quem pedisse uma audiência”.

A jornalista contava também: a primeira providência de Petrônio como ministro foi dispensar o grande número de agentes da Polícia Federal designados para sua segurança.

— Para acompanhar-me basta meu secretário, o Antônio. Assim, quem nos vê vai pensar que o segurança sou eu – brincava o ministro, referindo-se a Antônio Araújo, um piauiense baixinho e magrinho, que desde 1967 era seu secretário particular no Senado.

Advogado, no Ministério da Justiça Petrônio se tornou arquiteto – arquiteto da abertura política.

Foram de sua autoria os textos de que resultaram os projetos remetidos ao Congresso Nacional para concessão da anistia e para a reforma dos partidos políticos.

Já após a sua posse, começou a trabalhar a favor do pluripartidarismo. Daí nasceram o PDS, o PMDB, o PP, o PT, o PTB e, depois, o PDT.

Mas o ponto culminante de sua ação no Ministério foi, sem dúvida, a anistia. A oposição reclamava que ela fosse “ampla, geral e irrestrita”. Na prática, acabou sendo.

Também dependeriam de sua inspiração as demais etapas do projeto político do governo: o adiamento do pleito municipal de 1980, a adoção do voto distrital misto, o restabelecimento da eleição direta para governador, em 1982, e a manutenção do processo indireto para escolha do sucessor de Figueiredo, em 1984.

O ministro sabia perfeitamente o quanto de trabalho tinha pela frente, a fim de viabilizar o projeto de abertura do governo. Para tanto, mantinha bem abertos todos os canais de comunicação com os diversos líderes políticos, inclusive com o senador Tancredo Neves e o deputado federal Thales Ramalho, aos quais estimulou bastante no trabalho de fundação do Partido Popular (PP).

Em matéria especial sobre a morte de Petrônio, intitulada “Morreu Petrônio Portella. E a abertura, agora?”, publicada na revista *Manchete* de 19 de janeiro de 1980, o jornalista Murilo Melo Filho destaca que foi devido a esses contatos que ele obteve sempre vitórias parlamentares de grande alcance para o governo, como nos casos da aprovação dos projetos da anistia e da reforma partidária.

No fundo, o ministro Petrônio Portella era um vitorioso, que estava atingindo, um a um, todos os objetivos traçados:

- 1) Com a anistia, 4.650 brasileiros punidos por atos de exceção, desde o início dos governos militares, estavam sendo beneficiados. Eram pessoas que haviam sido cassadas, banidas, exiladas ou mesmo destituídas de seus empregos. A anistia trouxera de volta ao Brasil dezenas de exilados, que perderam a aura do exílio e voltaram ao terra-a-terra político no seu próprio país. Entre eles

estavam Leonel Brizola, Miguel Arraes, Darcy Ribeiro e Márcio Moreira Alves, além dos dirigentes comunistas Luís Carlos Prestes e Gregório Bezerra e do ex-guerrilheiro Fernando Gabeira.

2) Com a reforma partidária, manteve praticamente intactas as bancadas do governo na Câmara dos Deputados e no Senado, enquanto implodia o MDB, dividindo-o em três facções distintas e isolando os radicais que então obedeciam à liderança do ex-governador Miguel Arraes, de Pernambuco;

3) Com o adiamento das eleições municipais de 1980, faria a coincidência geral dos mandatos em 1982 e pouparia o governo das incertezas de um pleito realizado em cima de uma inflação de quase 80%.

4) Com o voto distrital misto, neutralizaria a influência dos candidatos oposicionistas, que nos grandes centros iriam obter voções suficientemente maciças para produzirem sobras e elegem vários outros candidatos da mesma legenda;

5) Com a eleição direta para governador, sabia que a futura legenda partidária do governo se exporia à derrota em alguns estados, mas admitia essa alternância em governos estaduais, desde que os governadores oposicionistas fossem confiáveis ao regime;

6) Com a eleição indireta do sucessor do presidente Figueiredo, garantiria a escolha de um nome do sistema que governava o país, tirando da oposição a possibilidade de subir a rampa do Palácio do Planalto, pelo menos no mandato seguinte;

Nessa eleição indireta, admitindo-se que o candidato fosse um civil, ele surgia como um dos nomes mais prováveis e mais fortes. Todos os que se dedicaram à análise daquele cenário chegaram ao consenso de que Petrônio tinha capacidade de articulação e suficiente trânsito em todos os partidos para autorizar as especulações, das quais não gostava de ouvir:

— Só me interessa ser um bom ministro da Justiça. Acho que já recebi da vida mais do que merecia ou esperava.

É proibido proibir

Em sua breve passagem pelo Ministério da Justiça, Petrônio instalou o Conselho Superior de Censura, para liberar livros, músicas, peças teatrais, novelas e filmes até então proibidos, e instituiu a censura classificatória por idade.

Criado em 1968, na gestão do ministro Gama e Silva, o Conselho Superior de Censura passou mais de dez anos engavetado, em virtude do AI-5. Sua regulamentação data de 13 de setembro de 1979, com Petrônio Portella encabeçando o Ministério da Justiça. O Conselho transformou-se em uma instância de recursos para obras vetadas pela Divisão de Censura e Diversões Públicas.

Ativado, o CSC foi composto por governistas e personalidades da sociedade civil, entre os quais o jornalista e produtor cultural Ricardo Cravo Albin (representante da Abert – Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão). Em entrevista ao site censuramusical.com, Cravo Albin declarou, recentemente:

Integrei o Conselho atendendo a um pedido pessoal do Boni (*José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, na época, diretor de programação da TV Globo*). Importantíssimo lembrar que o Conselho sempre foi contra a censura. Ele foi criado pelo ministro da Justiça, Petrônio Portella, para melhorar toda a “guerra” entre o fim do governo militar e os artistas. O Conselho abrigava metade de pessoas do governo e metade da sociedade civil organizada. Os principais representantes da chamada “ala liberal” foram Pompeu de Souza, pela ABI (Associação Brasileira de Imprensa), Daniel Rocha, presidente da Sbat (Sociedade Brasileira de Autores Teatrais), Geraldo Sobral Rocha, representante da Abraci (Associação Brasileira dos Críticos de Cinema), e por mim, representante dos autores de rádio e televisão, a Abert, e mais alguns outros companheiros que lutaram contra a censura.

O ex-membro do Conselho Superior de Censura destaca o papel de Petrônio Portella no processo de pulverização da censura, cujo fim se daria completamente a partir da Constituição de 1988:

O governo percebeu (*a partir de 1979*) que, com o Conselho, tinha entrado numa arapuca, preparada pelo gênio Petrônio Portella, que evidentemente, embora servindo ao governo militar, era um homem de estratégia, pois previa que o governo militar e a censura deveriam acabar em breves tempos.

Quando a liberdade começava outra vez a raiar no “horizonte do Brasil”, os ventos da democracia, sussurrada “em versos e trovas”, davam nova inspiração aos artistas. Chico Buarque de Hollanda cantava:

Oi, coração
 Não dá pra falar muito não
 Espera passar o avião
 Assim que o inverno passar
 Eu acho que vou te buscar
 Aqui tá fazendo calor (...)
 (*Bye Bye, Brasil* – 1979)

Mas a canção que explodiria nas paradas de sucesso, naquele ano, era esta:

Caía a tarde feito um viaduto
 E um bêbado trajando luto
 Me lembrou Carlitos
 A lua, tal qual a dona do bordel,
 Pedia a cada estrela fria
 Um brilho de aluguel
 E nuvens, lá no mata-borrão do céu,
 Chupavam manchas torturadas, que sufoco!
 Louco, o bêbado com chapéu-coco
 Fazia irreverências mil pra noite do Brasil.
 Meu Brasil.
 Que sonha com a volta do irmão do Henfil.
 Com tanta gente que partiu num rabo de foguete.
 Chora a nossa pátria mãe gentil,
 Choram Marias e Clarisses no solo do Brasil.
 Mas sei que uma dor assim pungente
 Não há de ser inutilmente, a esperança
 Dança na corda bamba de sombrinha
 E em cada passo dessa linha pode se machucar
 Asas, a esperança equilibrista
 Sabe que o show de todo artista
 Tem que continuar...

“O Bêbado e o Equilibrista”, composta por João Bosco e Aldir Blanc, sacudia o Brasil na voz de Elis Regina. A canção se tornaria um símbolo na luta pela anistia, pela volta dos exilados e pela abertura política do regime militar. Em sua letra, Carlitos,

personagem mais famoso de Charles Chaplin, representa a população oprimida, mas que ainda consegue manter o bom-humor. A canção denunciava, pois, as injustiças sociais de forma inteligente e engraçada. A Equilibrista dançando na corda bamba, de sombrinha, é a esperança de todo um povo.

Henrique de Sousa Filho, conhecido como Henfil, foi um cartunista, quadrinista, jornalista e escritor brasileiro. Seu irmão, Herbert José de Sousa, conhecido como Betinho, foi um sociólogo e ativista dos direitos humanos; concebeu e dedicou-se ao projeto *Ação da Cidadania contra a Miséria e Pela Vida*. Com o golpe militar, em 1964, mobilizou-se contra a ditadura, sem nunca esquecer as causas sociais. Mas, com o aumento da repressão, foi obrigado a se exilar no Chile, em 1971.

Maria era mãe de Betinho (irmão de Henfil) e Clarice, a mulher do jornalista Vladimir Herzog, assassinado na ditadura militar. Mas Marias e Clarisses, no plural, fazem referência às mães, talvez irmãs ou mulheres de pessoas que se foram, ou mesmo deixaram o Brasil, lutando por um ideal, um sonho, de ver o país livre para a informação e para a expressão das artes.

Petrônio Portella, mestre das metáforas, encarava o novo alvorecer da democracia com pensamentos, palavras e gestos. O comediante Jô Soares lotava o *Canecão*, no Rio de Janeiro, com sua peça “Viva o Gordo, Abaixo o Regime”. O ministro foi ao espetáculo. Era um aceno ao mundo artístico para os novos tempos de abertura política.

Sagaz, o comediante entendeu o gesto e registrou a presença do ministro da Justiça na plateia, que o saudou com uma calorosa salva de palmas.

Mais adiante, a peça se transformaria em programa humorístico de sucesso da Rede Globo.

Ainda no Governo Geisel, logo após o *Pacote de Abril*, de que falaremos mais adiante, Petrônio retomou a missão que levou seu nome (veja o Capítulo 2), com o objetivo de articular entendimen-

tos com as lideranças oposicionistas e representantes da sociedade civil para o prosseguimento da abertura. A retomada do diálogo foi saudada pela *Folha de S. Paulo*, em 17 de maio de 1977:

É dentro desse quadro de desarmamento de espíritos e de inclinação firme para a busca de alternativas políticas para resolver a situação que o presidente do Congresso Nacional, o senador Petrônio Portella, voltou a contactar representantes da Oposição, na Câmara e no Senado. (MOTTA, 1996, p.129)

Como um paciente tecelão, Petrônio iniciava aí, na verdade, o trabalho de costura da Emenda Constitucional número 11, que desaguardaria na extinção do AI-5. Sua atuação, na condição de interlocutor do governo, extrapolava, então, os espaços do Congresso Nacional e dos demais Poderes da República – Executivo e Judiciário.

A partir de junho de 1978, tramitaria no Congresso uma proposta de reforma institucional, ou seja, um conjunto de medidas envidado pelo governo com o objetivo de garantir a continuação da abertura dentro de limites bem definidos.

Como um evangelista, Petrônio saiu conversando também com representantes da sociedade civil, em busca de entendimento. Assim, esteve com o então presidente da OAB, Raymundo Faoro, para restabelecer o *habeas corpus* e outras garantias constitucionais. Desse diálogo desapareceram, mais tarde, as penas de morte e de prisão perpétua para crimes políticos, assim como a figura do banimento.

Com o emergente líder sindical Luiz Inácio da Silva, o Lula, tratou da admissão de novos critérios da reforma sindical. Ao presidente da Arena do Piauí, empresário Jesus Tajra, suplente de senador, Petrônio confidenciaria, em uma de suas viagens ao Estado, o motivo do assédio ao líder sindical que despontava no Grande ABC Paulista:

— Esse rapaz é muito talentoso. Se a gente não encostar, a esquerda toma conta dele.

Era Petrônio de olho no futuro.

Também conversou com a Igreja Católica, através do presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), dom Aloisio Lorscheider. Outros interlocutores seus na Igreja foram os arcebispos do Rio, dom Eugênio Sales, e de Porto Alegre, dom Vicente Scherer. Com as principais lideranças do Clero brasileiro, Petrônio tratou do novo relacionamento entre o Estado e a Igreja.

A CNBB afirmou-se como uma das vozes mais ativas em favor da redemocratização brasileira. Através dela, a Igreja marcou presença pela sua atuação firme e decidida nas denúncias contra a tortura, na defesa da anistia e no apoio ao movimento sindical, transformando-se em uma peça-chave do processo de abertura.

A Igreja tinha ainda outra forma de inserção na vida social e política brasileira, através das Comunidades de Base, cuja presença foi decisiva no surgimento e posterior desenvolvimento dos movimentos sociais nos anos 70 e 80 do século passado. Isso provocou, claro, sérios problemas com o regime militar. Religiosos foram mortos, torturados e expulsos do Brasil no período.

Petrônio também dialogou com a ABI (Associação Brasileira de Imprensa), através de seu presidente, jornalista Barbosa Lima Sobrinho. Ele procurou ainda a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), a CNI (Confederação Nacional da Indústria), a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), a CNA (Confederação Nacional da Agricultura) e muitas outras entidades representativas da sociedade civil organizada.

Ele explicava:

— O presidente Geisel não fixou limites para a minha missão. Conversarei com todos os que estejam em condição de ajudar-me a carregar esse difícil andar.

Assim, com extrema paciência e perseverança, ele conseguiu restabelecer a confiança na distensão e no diálogo políticos, dos quais foi a maior estrela.

O presidente da OAB, Raymundo Faoro, diria, mais tarde, de Petrônio:

Foi o único político que teve talento para eliminar o arbítrio e iniciar o caminho para a construção democrática da nação (...) a pedra angular para viabilizar o processo de transição do regime autoritário para a normalidade democrática. (NAPOLEÃO, 2000, p.8)

O senador Marco Maciel, que exercia a presidência da Câmara dos Deputados à época da peregrinação de Petrônio em busca da aprovação da Emenda nº 11 – o projeto de reformas políticas do governo Geisel que alterou a Constituição Federal de 1967 –, aponta o seu esforço para viabilizar a mudança e enfatiza a sua importância:

Desejo destacar, especialmente, algo que ele teceu, paciente e perseverantemente, e que se constituiu em instrumento preliminar para a abertura política. Refiro-me à Emenda Constitucional nº 11, de 1978, da qual tive o ensejo de participar, a seu chamado, quando ocupava as funções de presidente da Câmara dos Deputados. A Emenda Constitucional nº 11 permitiu que o País voltasse ao Estado de Direito pela revogação dos atos de exceção – os atos institucionais e os complementares; pelo fim do bipartidarismo; pela volta da liberdade de organização sindical; pela possibilidade de concessão da anistia, entre outros instrumentos fundamentais. (MACIEL, 2005, p.11)

Na avaliação do senador, que foi também vice-presidente da República nos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a Emenda nº 11 foi a ponte para o restabelecimento da democracia:

É indubitável que, sem tal passo, não teríamos condições de operar a construção da Aliança Democrática em 1984, pacto político que viabilizou a convocação da Constituinte em 1986 e, por conseguinte, a Carta de 1988, denominada por Ulysses Guimarães de “Constituição Cidadã” (MACIEL, 2005, p.11)

A nova emenda foi aprovada em setembro de 1978 e entrou em vigor no *revèillon* de 1979. Ela expurgou da Constituição de 67 todos os Atos Institucionais, entre eles o famigerado AI-5, que decepcionou durante dez anos de vigência seis mandatos de senadores, 110 de deputados federais ou seus suplentes, 161 de deputados estaduais ou suplentes, 23 de prefeitos e 22 de vereadores.

Além disso, sedento de arbítrio, o AI-5 levou à demissão de 1.255 servidores públicos, deixando atrás de si um saldo de 1.607

cidadãos punidos, dos quais 322 cassados, representando 6 milhões 353 mil 974 votos tornados sem efeito. A nervosa votação da Emenda nº 11 ocorreu durante três dias, em clima de debates acirrados, tumultos, marchas e contramarchas.

O senador Freitas Neto teve a mesma compreensão de Marco Maciel sobre aquele momento e o papel desempenhado por Petrônio Portella, então presidente do Congresso Nacional, na condução da proposta. E acrescentou:

Mais tarde, já como ministro da Justiça, assumiria de público o papel de artífice dos sucessivos instrumentos de abertura política, como o pluripartidarismo, a anistia, a retomada das eleições diretas para cargos executivos. Foi dentro desse quadro institucional, vale a pena insistir, que se pode dar, ainda que com alguns e previsíveis sobresaltos, a devolução da legitimidade ao exercício do poder. (FREITAS NETO, 2000, p.8)

A morte do AI-5

O presidente Geisel anunciou a morte próxima do AI-5 no dia 1º de dezembro de 1977. Em discurso saudado pelo analista político Villas-Bôas Corrêa, no jornal *O Estado de S. Paulo*, em sua edição do dia seguinte, como “o mais importante, mais denso e o mais direto e abrangente pronunciamento político dirigido ao país”, o presidente prometia:

(...) pôr um termo às leis de exceção, necessárias em algumas fases de nossa transição revolucionária, mas que, com a evolução pacífica da vida nacional, já podem se tornar dispensáveis, substituindo-as por adequadas salvaguardas constitucionais que permitam a manutenção e o melhor funcionamento do regime democrático e a ordem” (MOTTA, 1996, p.144)

Motta (1996) conta que o entusiasmo pelo “saldo extraordinariamente positivo” desse discurso tomou conta do jornalista Carlos Chagas, “contumaz crítico do regime militar”. Em artigo publicado também no *Estadão*, na mesma edição, sob o título “Retificações, críticas e um triunfo pessoal”, ele escrevia

Se valesse a comparação mitológica, dir-se-ia que nessa batalha da Guerra de Tróia todos os louros ficaram para o rei Menelau, cuja espada ofuscou inclusive o bravo Aquiles, no caso o senador Petrônio Portella (...) Do pronunciamento presidencial, importa extrair o mais importante, o mais objetivo, e este repousa, sem sombra de dúvida, no reconhecimento unânime de arenistas e emedebistas, nos trechos em que Geisel, de forma clara e precisa, define o *animus* de acabar com as leis de exceção (MOTTA, 1996, p.144)

Nas eleições de 1978, do total de votos diretos para senador em todo o país, o MDB ficara com 52%, a Arena com 34% e 14% haviam sido em branco ou anulados. A votação emedebista se concentrava nas regiões Sudeste e Sul, conferindo à legenda uma franca expansão.

Apesar disso, por força das determinações do “Pacote de Abril”, a Arena manteve a maioria no Senado, com a indicação dos 21 senadores “biônicos”. Na Câmara dos Deputados, a legenda oposicionista conquistara mais 24 cadeiras, atingindo o montante de 189, mas ainda estava longe da maioria governista, que perferia o total de 231.

Se não ganhava o controle do Congresso, a oposição ganhava, contudo, novo gás para levar adiante sua luta em favor das eleições diretas e da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte.

A sucessão antecipada

A sucessão presidencial, prevista para o início de 1978, foi antecipada. O governo tomou esta decisão devido à intensa movimentação do ministro do Exército, general Silvio Frota, com o objetivo de garantir apoios para a sua aspiração de suceder o presidente Geisel.

O ministro do Exército tinha um discurso violentamente anticomunista, o que o tornava um dos principais representantes da ala mais conservadora das Forças Armadas. Sua pretensão de ser presidente não era vista, pois, com bons olhos por Geisel.

A reação do presidente ao lançamento da candidatura de Sílvio Frota, à sua revelia, se deu no estilo habitual.

Numa demonstração de que não havia espaço para manifestações “de esquerda”, ou ainda, para expressões de cobrança dos excessos do aparelho de repressão, Geisel usou o AI-5 para atingir os deputados Marcos Tito (MDB-MG) e Alencar Furtado (MDB-PR), este último líder do partido na Câmara. O primeiro foi cassado no início de junho, acusado de fundamentar seu discurso na Câmara em artigo do jornal *Voz Operária*, do Partido Comunista Brasileiro. Já a cassação do líder emedebista, em 30 de junho, deveu-se a referências, feitas em programa de televisão, aos cidadãos que haviam sofrido repressão política. (MOTTA, 1996, p.133)

Ao tempo em que adotava essas medidas repressivas, Geisel acionava a “Missão Portella 2”, com o objetivo de isolar a candidatura Sílvio Frota de possíveis alianças no seio da sociedade civil. Com autorização do presidente, o senador Petrônio Portella ouvia, além do MDB, setores representativos da sociedade civil, como juristas, autoridades da Igreja Católica, empresários e sindicalistas, mostrando a todos eles a necessidade de um entendimento capaz de viabilizar a transição para a normalidade democrática.

O lançamento da candidatura do general João Figueiredo à sucessão do presidente Geisel deu-se em meados de julho de 1977, através de uma entrevista do presidente da Caixa Econômica Federal, Humberto Barreto, à revista *Veja*. O presidente da Caixa era um dos auxiliares mais próximos do presidente Geisel.

À época, o general Figueiredo era ministro-chefe do SNI (Serviço Nacional de Informações). O general fizera boa parte de sua carreira militar dentro dos órgãos de informação. Em 1964, como coronel, fora encarregado de chefiar a agência do SNI no Rio de Janeiro, sob as ordens de Golbery do Couto e Silva.

Após uma rápida passagem pelo comando da Força Pública de São Paulo (1966), foi promovido a general em 1969 e tornou-se chefe do Estado Maior do III Exército, então comandado pelo general Emílio Garrastazu Médici. Ao ser indicado, em 1969, para assumir a presidência da República, Médici nomeou Figueiredo para a chefia da Casa Militar.

Mesmo com o lançamento de Figueiredo, o ministro do Exército não recuou em seu projeto de ser presidente da República. Em meio a essa movimentação, o Brasil se preparava para receber a visita do novo presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, eleito em novembro de 1976 e empossado em janeiro de 1977.

No início de outubro, o senador Petrônio Portella procurou sigilosamente o presidente da OAB, Raimundo Faoro, e avisou:

— Dr. Faoro, prepare-se para a possibilidade de deixar o país a qualquer momento. Algo muito grave pode acontecer, e, se acontecer, eu e o senhor seremos os primeiros a ser presos.

Não dava explicações, apenas a advertência. Dali a poucos dias, o presidente demitiria o ministro do Exército, enterrando a conspiração golpista que ele armava contra o processo de abertura em andamento.

Geisel comunicou, no dia 10 de outubro, aos seus auxiliares mais próximos, que iria demitir Sílvio Frota no dia 12, um feriado. Avisado pessoalmente pelo presidente de sua exoneração, o ministro tentou transmitir, em vão, um vigoroso manifesto contra a “complacência criminosa” com a “infiltração comunista” no governo.

Não satisfeito, o general demissionário convocou uma reunião em Brasília do Alto Comando do Exército para discutir a situação. Mais ágil, Geisel despachou carros da Presidência da República para buscar os generais no aeroporto, esvaziando por completo a manobra de seu ex-ministro. No mesmo dia da exoneração de Sílvio Frota, 12 de outubro, o presidente nomeou para o Ministério do Exército o general Fernando Bethlem.

Ao discursar pela primeira vez depois da crise com o general Sílvio Frota, Geisel preocupou-se em avalizar oficialmente o diálogo conduzido pelo senador Petrônio Portella:

O alevantado ideal democrático que, nesta quadra promissora da dinâmica nacional, inspira vontades e reanima corações, exige definição mais realista de seus contornos, para que se venha a alcançar a base do consenso indispensável à melhor construção do modelo adequado e atual das instituições políticas do país (MOTTA, 1996, p.142)

A convenção da Arena que homologou a candidatura do general Figueiredo à presidência foi realizada em abril de 1978.

Anistia ampla, geral e irrestrita

O presidente Figueiredo assumiu o poder, em 15 de março de 1979, comprometido com o projeto de abertura iniciado pelo seu antecessor. A escolha do senador Petrônio Portella para o Ministério da Justiça e a manutenção do general Golbery do Couto e Silva na chefia do Gabinete Civil eram indicativos seguros de que a orientação política do regime não seria mudada.

Embora o processo de abertura promettesse se acelerar mais, nesta nova fase, ainda assim ele teria um ritmo próprio. Ou seja, pela estratégia gradualista do governo, estava fora de cogitação a “anistia ampla, geral e irrestrita” pedida em adesivos colados nos carros ou em faixas estendidas em campos de futebol.

O projeto de Petrônio Portella excluiria da anistia os condenados por atos concretos de violência, sequestro e assalto a bancos. Com isso, ficavam fora do benefício quase 100 pessoas que se encontravam na situação de condenados por esses crimes.

Todos os que estavam sendo processados com base na Lei de Segurança Nacional teriam seus processos extintos, exceto aqueles cujos delitos se incluíssem no conceito de ato terrorista.

Em relação aos servidores civis e militares que foram aposentados ou reformados, os anos de punição passariam a ser contados para efeito de pagamento de aposentadoria. Quanto à reintegração aos órgãos em que trabalhavam anteriormente, a decisão seria deixada às comissões que deveriam se formar nos ministérios e secretarias estaduais e municipais. Não seriam pagos atrasados a qualquer servidor reintegrado.

A revista *Veja* fez e publicou, em 27 de junho de 1979, um balanço dos efeitos que seriam provocados pela anistia. Pelo seu levantamento, 166 brasileiros, como os ex-deputados Marcos Tito e Alencar Furtado, que estavam com seus direitos políticos suspensos, recuperariam integralmente a cidadania.

Para outras 960 pessoas que, como o ex-presidente Jânio Quadros, já haviam cumprido o período de dez anos de suspensão dos direitos políticos, a anistia garantia o apagamento das punições. A revista informou que, nas Forças Armadas, foram catalogados 1.261 militares punidos pelos Atos Institucionais. Com a anistia, eles deixariam a condição de “mortos” e reverteriam à de reformados, passando a receber o soldo mensal.

Os condenados pela Lei de Segurança Nacional, que totalizavam 2.429, desde abril de 1964, estavam classificados em duas categorias para efeito de anistia. O grupo maior, de 1.729 pessoas, era composto de punidos por crimes que a Procuradoria da Justiça Militar chamava de “políticos”. Estes teriam seus prontuários anulados. Restavam os condenados nos crimes de “segurança nacional”.

Como consequência do processo de anistia, a volta dos exilados provocou, como já era esperado, um forte impacto no bipartidarismo então vigente. Tornou-se difícil para a legenda do MDB, cuja unidade já se encontrava bastante comprometida pelas dissensões internas, abrigar nomes do porte de Leonel Brizola e Miguel Arraes.

Além disso, o restabelecimento do pluripartidarismo era um dos principais pilares do projeto Petrônio Portella. Ao fragmentar o bloco oposicionista, ele pretendia fortalecer a sigla governista que se originaria da Arena, no caso o PDS (Partido Democrático Social).

A reforma partidária

Depois da aprovação da Lei da Anistia (Lei nº 6.683, sancionada pelo presidente Figueiredo no dia 28 de agosto de 1979), o Congresso se dedicou a outro debate nacional: a reforma partidária, afinal aprovada em 29 de novembro de 1979. Estavam extintos a Arena e o MDB, este atingido em cheio com a mudança, pois era uma legenda que havia conquistado identificação popular.

Com o fim do bipartidarismo, outras legendas foram criadas.

O PDS (Partido Democrático Social) abrigava a maioria governista, ávida por se livrar da incômoda legenda da Arena.

O MDB virava PMDB, sob a liderança do deputado federal Ulysses Guimarães e de outros líderes da resistência ao regime.

A ala moderada do MDB saiu para formar o PP (Partido Popular), organizado pelo senador Tancredo Neves.

A sigla do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) foi arduamente disputada por dois herdeiros do getulismo e do trabalhismo: Leonel Brizola e Ivete Vargas. O Tribunal Superior Eleitoral entregou a legenda à sobrinha-neta de Getúlio Vargas. A decisão do TSE coincide com a vontade do governo. Ao ex-governador do Rio Grande do Sul não restou outra opção a não ser criar a sua própria sigla, o PDT (Partido Democrático Trabalhista).

Mas a grande novidade no panorama político partidário brasileiro era o PT (Partido dos Trabalhadores), formado principalmente por sindicalistas e operários da região industrial do ABC Paulista, à frente o metalúrgico Luiz Inácio da Silva, o Lula.

Greves e terrorismo

O deputado Paes Landim, do PTB do Piauí, foi amigo do senador Petrônio Portella em Brasília e deu, em discurso na Câmara Federal, na sessão de 4 de junho de 2009, um depoimento interessante sobre o Brasil de 1979, quando se iniciava um processo forte de abertura política no País, e a independência sindical começou a se fazer presente nos estertores do regime autoritário:

Não posso deixar de lembrar um fato relatado pelo Senador Petrônio Portella, então Ministro de Justiça, de quem eu era muito amigo. Contou-me sobre um episódio logo no primeiro mês de sua assunção ao Ministério da Justiça, no Governo do Presidente autoritário João Figueiredo - mas que preparou o País para a abertura, de certa maneira. Petrônio foi responsável pela *Lei de Anistia*, que proporcionou a volta dos exilados políticos, do nosso saudoso Darcy Ribeiro, por exemplo. Contou-me, então, que o primeiro teste para ver se o Presidente Figueiredo estava interessado na abertura política foi quando a sua secretária chegou e disse: “Sr. Ministro, está ao telefone o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo dos Campos, o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva.” E o Ministro disse: “Vou atendê-lo.”

Imediatamente: “Pois não, Sr. Presidente do Sindicato.” E ele disse: “Sr. Ministro, a Câmara Municipal de Porto Alegre foi dar posse a um Vereador que tinha sido cassado pela Revolução de 1964, tendo sido suspenso e agora eleito Vereador, mas o comandante do Exército, General Antônio Bandeira,” - *comandante do 3º Exército, no Rio Grande do Sul* - “não quer deixar a Câmara dar posse a esse Vereador. Isso é absurdo. Se o AI-5 está extinto, não há por que uma medida dessa natureza.”

O deputado Paes Landim prossegue, contando o desfecho do episódio:

O Senador Petrônio Portella, imediatamente, antes que o SNI fizesse intriga com o Presidente Figueiredo, pegou o telefone vermelho do Ministério, que o ligava ao Palácio, e disse: “Presidente Figueiredo, acabei de receber um telefonema do Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo dos Campos.” E relatou a conversa. Petrônio espantou-se com a pergunta do Presidente Figueiredo: “O que o senhor me aconselha a fazer?” E disse: “O senhor liga para o General Bandeira e manda cumprir a decisão da Justiça, que é dar posse ao Vereador em Porto Alegre.” Imediatamente assim foi feito. Esse teste serviu para dar forças a Petrônio Portella, para que ampliasse o seu projeto de anistia, todo o seu projeto de abertura. Aí começou no País um grande movimento sindicalista, com independência e coragem.

Na realidade, nessa fase, novas organizações e lideranças populares surgiam no país, depois de uma paralisia de muitos anos em função da política repressiva dos governos militares. Uma dessas lideranças era Luiz Inácio da Silva, o Lula, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e líder das greves operárias de 1978 e 1979.

O movimento sindical ganhava força. No início de 1980, as relações do governo com os metalúrgicos paulistas estavam radicalizadas. Em abril, os trabalhadores do ABC decidiram por mais uma greve, em reação à nova lei salarial proposta pelo Ministério do Trabalho e aprovada pelo Congresso. O governo contra-atacou com violenta repressão policial e prisões. Entre os presos estava Lula.

“Não resta dúvida de que fazia falta ao governo um negociador habilidoso como Portella, capaz de se tornar um interlocutor

respeitado por todos os lados”, registrou Motta (1996, p.185), para significar o papel que poderia ser desempenhado pelo ex-ministro da Justiça intermediando as negociações entre as partes envolvidas – governos federal e estadual, empresários e operários.

Em 1980, o Brasil viveria, na verdade, um ano agitado, registrando ainda 24 atentados terroristas de direita contra bancas de jornais e contra a sede carioca da OAB, onde morreria em 27 de agosto a secretária Lyda Monteiro, além do sequestro do advogado Dalmo Dallari, em 7 de julho, durante a primeira visita do papa João Paulo II ao Brasil.

A morte de dona Lyda Monteiro provocou, desde 1964, o primeiro movimento unânime de solidariedade, condenando o terrorismo. O presidente Figueiredo chegou a fazer um discurso exaltado, em Minas Gerais, oferecendo-se como alvo para os terroristas. Não era possível aceitar os brutais ataques a vítimas inocentes.

A onda de violência continuaria em 1981, com mais dez atentados. O agravamento dos atos terroristas culminaria com a explosão da bomba no Riocentro, no Rio de Janeiro, na noite de 30 de abril de 1981, onde se realizava um show musical, com vários artistas famosos, em comemoração ao Dia do Trabalho.

Nesse megashow, que reunia uma multidão de 40 mil pessoas, se revezavam no palco artistas como Ângela Rô Rô, Beth Carvalho, Chico Buarque, Edu Lobo, Elba Ramalho, Fagner, Gonzaguinha, Ivan Lins, Milton Nascimento, Osvaldo Montenegro, Paulino Nogueira, Paulino da Viola, Simone, Sérgio Ricardo, Toquinho e Wagner Tiso, além de outros, entre eles as duplas Kleiton e Kledir e as bandas Boca Livre, MPB-4 e Quarteto em Cy.

A bomba explodiu em um carro estacionado no Riocentro, atingindo seus ocupantes, dois militares do Exército. O sargento Guilherme Pereira do Rosário morreu na hora e o capitão Wilson Luiz Chaves Machado saiu gravemente ferido.

Se a bomba não tivesse falhado e atingido seu objetivo e apenas tivesse apagado o local, o pânico teria provocado uma verdadeira catástrofe.

fe onde muitos jovens poderiam ter morrido. Esse caso não está bem esclarecido até hoje. Quem sabe não quer falar. As versões são muitas. Ainda hoje existe medo em se falar no assunto. (SILVA, 1999, p.76)

A bomba terrorista do Riocentro atingia também o governo. O Exército distribuiu comunicados imediatamente negando qualquer envolvimento dos militares no ato. As evidências apontavam, contudo, para mais uma tentativa da linha-dura de recuperar a influência perdida na condução do processo político.

As investigações, conduzidas de maneira sigilosa pelo próprio Exército, não deram em nada. Ou, melhor dizendo, provocaram, em agosto, a saída de Golbery do governo, já que o chefe da Casa Civil, um dos principais ideólogos da liberalização controlada do regime, pretendia levar a apuração até o fim. E, certamente, contribuíram para o infarto do presidente Figueiredo, no mês seguinte. (MOTTA, 1996, p.196)

Sem Petrônio e sem Golbery, o governo Figueiredo ficava, assim, irremediavelmente desfalcado, ainda no seu início e em menos de um ano, de seus dois principais estrategistas e operadores na área política. Petrônio foi substituído pelo deputado federal Ibrahim Abi-Ackel, de Minas, e Golbery, pelo professor Leitão de Abreu.

Petrônio Portella fazia política 24 horas por dia. Durante os 13 anos de sua intensa atuação parlamentar em Brasília, por seu gabinete ou por sua residência desfilavam com a mesma desenvoltura líderes da Arena e do MDB.

— Quando as luzes da minha casa estão acesas, a democracia vai melhor – costumava dizer.

A partir de 1976, quando exercia a liderança do governo no Senado, todos lhe reconheciam a condição de “melhor elo” entre o Congresso e o Planalto.

— É o único que sobe ao Olimpo – dizia, ao seu modo rebuscado, o mineiro Tancredo Neves, indicando que os contatos palacianos de Petrônio não se esgotavam nos gabinetes dos andares superiores, mas iam até o gabinete do presidente da República, situado no terceiro e último andar do Palácio do Planalto.

Na verdade, desde que despontou no cenário nacional, Petrônio sempre fez por onde merecer a confiança dos militares e o respeito da oposição. A revista *Veja*, em sua edição 444, de 9 de março de 1977, trouxe o senador como foto de capa. Tendo o Congresso ao fundo, Petrônio aparece com semblante sereno e a mão estendida, como quem argumenta e acolhe. O título da capa de *Veja*: “A última esperança do diálogo”. Era o início da retomada da “Missão Portella”.

A matéria especial de 8 páginas sobre a conjuntura política brasileira, ilustrada com fotografias de líderes políticos do momento, traz uma preocupação com os rumos da abertura política:

O testemunho unânime de quantos frequentaram o Palácio do Planalto, nesse largo período (dois anos – de 1975 a 1977), atesta que não mudou o ânimo do presidente Ernesto Geisel em favor do aperfeiçoamento do regime e de suas instituições. Mas situações fora de seu controle direto, como, por exemplo, os elevados e sucessivos aumentos dos preços do petróleo, a inflação que contaminou as finanças dos países ocidentais e a conseqüente retração dos mercados importadores fizeram renascer muitos dos fantasmas econômicos que assombraram os governos de seus antecessores, tornando difícil, senão impossível, distribuir saúde e limpeza, consciência pública, racionalidade e socialização.

A revista prossegue:

A política, assim, seria submetida a um novo jejum – e, às vésperas da reabertura dos trabalhos parlamentares (*março de 1977*), tudo parecia encaminhado, nos insondáveis laboratórios governamentais, para o ressurgimento de soluções puramente casuísticas para as dificuldades da Arena, como as eleições indiretas para governadores, a extensão do condenado artifício das sublegendas às eleições de senadores e a imposição do silêncio televisado e radiofônico sobre toda a propaganda eleitoral, tal como foi feito, experimentalmente, em 1976, com a “Lei Falcão”.

Ainda na análise da revista,

As perspectivas, dessa forma, não poderiam ser mais desanimadoras. Ainda mais contando-se que, das alturas das presidências do Senado e da Câmara, desciam o prudente José de Magalhães Pinto e o culto liberal Célio Borja, sem portar o troféu da conquista de nenhuma das esperanças que os haviam elevado a tais postos, dois anos antes, quando o governo Geisel ainda apregoava seu empenho reformista e democratizante.

Para *Veja*,

Nestes dias sombrios, como se fosse uma antecipação do Apocalipse, os radicais do MDB foram capazes de aliar-se à ala mais adesista do partido, aquela formada pelos comandados do ex-governador carioca Chagas Freitas, para levar à liderança da Câmara o deputado pelo Paraná Alencar Furtado, contrariamente à orientação da moderada direção partidária, empenhada numa terceira eleição do catarinense Laerte Vieira. Foi uma vitória por apenas 7 votos e é claro que, com tal escassa diferença, Furtado poucas condições terá de falar, com autoridade, em nome de todo o partido, no plenário. E, nas fileiras arenistas, o irrequieto líder José Bonifácio Lafayette de Andrada tantas fez, ao seu modo capaz de tudo confundir, que a mesa a ser composta pelo delicado deputado pernambucano Marco Maciel, com as bênçãos do Palácio do Planalto, acabou integrada inteiramente por homens de sua confiança – e nenhum realmente ligado ao novo presidente.

A revista continua a sua análise:

Nunca, como desta vez, a política correu o risco de se tornar uma atividade maldita. E isso não aconteceu porque, pela primeira vez, desde que em dezembro de 1968 o Congresso revelou suficiente disposição para rejeitar o pedido formulado pelo governo de licença para processar o deputado Márcio Moreira Alves – e nasceu o AI-5 –, um homem subiu as rampas de mármore branco do Palácio do Planalto, perenemente vigiadas pelos Dragões da Independência, não para receber uma tarefa mas para se apresentar como voluntário a um difícil empreendimento que ao próprio governo parecia então impossível.

É aqui que Petrônio entra em cena:

No dia 25 de fevereiro, contrariamente a seus hábitos pouco amigos dos alvoreceres, o senador Petrônio Portella, então líder da Arena no Senado, mas já se preparando para assumir a presidência da Casa, chegou ao gabinete do presidente Ernesto Geisel às 8h15 – e ali permaneceu, sozinho e sem nenhuma interrupção, até o meio-dia. Terá sido, sem dúvida, a mais longa entrevista mantida por um político com o presidente. E foi ali que o quase sempre lógico e convincente representante do distante Piauí conseguiu de Geisel o prazo (talvez não superior a seis meses) para tentar recompor seus companheiros de Arena e os adversários do MDB ao redor da mesa de negociações, em busca dos pontos comuns que tornem possível a reordenação do quadro político nacional e a criação, ainda durante o atual governo, das bases que, num futuro por todos desejado próximo, levem à aposentadoria do AI-5 e de tudo o que ele contém de discricionário e antidemocrático.

A revista também dá conta que, ao falar pela primeira vez como novo presidente do Senado, na instalação dos trabalhos legislativos de 1977, Petrônio Portella pronunciou um discurso contido nas possibilidades escassas da solenidade do momento, mas ainda assim pleno de revelações quanto ao trabalho a que se entregava. Petrônio leu da cadeira de presidente do Congresso:

A política, nós o sabemos, é feita de desafios. E teremos diante de nós alternativas e opções fundamentais ao aperfeiçoamento das instituições democráticas. Sejam solidários ao notável e difícil trabalho que o governo do presidente Ernesto Geisel realiza no sentido de assegurar ao país o desenvolvimento econômico, social e político.

Depois, continuava:

Releguemos o eventual que abriga nossos interesses e façamos triunfar sempre o interesse geral da nação. Fixemos a hierarquia dos valores e salvemos o primado dos princípios basilares do regime democrático, acima das facções. Não se afirmarem as individualidades, em prejuízo das instituições, eis a única renúncia que honra e engrandece.

Ao dissecar o discurso do senador, a revista *Veja* avalia que, para bons entendedores, provavelmente a totalidade do circunspecto auditório que ouvia o discurso do novo presidente do Senado, nada poderia haver de mais claro:

“Nessa simples passagem da oração de Petrônio Portella estava afirmada a decisão de promover uma última e, quem sabe, decisiva batalha para vencer o imobilismo das instituições políticas”. Mais adiante, a revista analisa que, ao mesmo tempo, insinuava-se, com ênfase à hierarquia dos valores, a necessidade de renúncias, pessoais ou de facções.

Para os que não puderam se convencer apenas com as palavras do senador do Piauí, havia o testemunho de quantos ouviram, mais tarde, o comentário do chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, general Golbery do Couto e Silva, portador da mensagem presidencial lida poucos dias antes e que tão mal impressionou pelas parcias referências à atividade política”.

Na interpretação de *Veja*, ficou claro que as até então emperadas engrenagens das reformas começavam pelo menos a ser azeitadas para um breve início de movimentação:

Mas também claro ficou que, se elas se mostrarem capazes de vencer a inércia, os temores mal dissimulados e a súbita dispersão de idéias e interesses que de repente tomou conta tanto da Arena quanto do MDB, as reformas poderão acontecer, mas serão inevitavelmente resritas, de sabor amargo, difíceis mesmo de engolir.

A revista registrou que, por isso mesmo, o discurso de Petrônio foi calorosamente aplaudido. Logo depois, seria digerido nos detalhes e em todas as suas entrelinhas no longo e concorrido coquetel oferecido pela nova Mesa aos congressistas, no Salão Negro da Casa. *Veja* noticiou:

Seriam acepipes mais que suficientes para satisfazer a quaisquer apetites, em se tratando, como era aquele, do primeiro dia de dieta político-parlamentar. Não foram, entretanto, para os estômagos ávidos dos opositoristas Roberto Saturnino Braga, Leite Chaves e Orestes Quércia, que encontraram um resto de disposição para visitar o senador, naquela mesma tarde.

Segundo a revista, eles foram em busca de informações, mais claras e precisas – mas levavam igualmente sua solidariedade ao solitário pregador das esperanças de uma vida futura, risonha e feliz, abençoada pelos ventos da liberdade e da democracia.

E mesmo tendo discursado, pouco antes, Portella voltou a falar, com entusiasmo e fervor, pois para ele, apesar das dificuldades evidentes da conjuntura, estava aberta uma efetiva possibilidade de avanço no campo institucional ‘que o Congresso não pode desperdiçar’.

Entusiasmado, registrou a revista, ele falaria com veemência da hierarquização dos objetivos, pois, embora a oposição proclamasse que seu objetivo maior era acabar com o arbítrio nascido do AI-5, seus representantes acabavam perdendo de vista essa meta para sustentar posições menores, “como seriam as eleições diretas (de governadores)”.

Sem dúvida, Petrônio Portella falava convicto de que suas palavras seriam imediatamente levadas ao comando emedebista, o que de fato aconteceu. Assim, procurou juntar Arena e MDB na busca do objetivo maior – a supressão do arbítrio – sem desvio de forças ou recursos para outras batalhas menores.

Nesse ambiente, o senador teria avisado:

— Se o MDB faz da eleição direta um cavalo de batalha, não terá nem eleição direta nem a superação do arbítrio.

À época, superar o arbítrio significava, claro, extinguir o AI-5, um objetivo atingível a longo prazo nos projetos acalentados pelos seguidores de Petrônio Portella, desde que fossem previamente incluídas na Constituição disposições capazes de produzir os mesmos efeitos, sem estarem sujeitas à decisão pessoal de um único homem – no caso, o presidente da República.

Naquele momento, se cogitava, por exemplo, que os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário pudessem concorrer com representantes para a formação de um órgão de “funções moderadoras”, um “Conselho de Poderes”, para encaminhar as punições então conduzidas solitariamente pelo presidente, agora garantindo o direito de defesa aos acusados.

Conforme confidências recolhidas em gabinetes por onde Petrônio passou, ele acreditava que isso representaria um progresso na luta contra o arbítrio, ainda que sobre o Conselho dos Poderes pairasse a ameaça incontestável do AI-5. Não existia, afinal, nenhuma promessa de que, feitas as alterações na Constituição, escolhidos os conselheiros e iniciado seu trabalho, o ato fosse imediatamente revogado.

“O AI-5 só morrerá de velhice, e ainda assim se um prolongado desuso justificar sua extinção”, sentenciou *Veja*.

A revista afirmou que a proposição beirava perigosamente o ridículo, “tanto que sobre ela e o algo pomposo Conselho de Poderes todos cuidam de não falar”. Surpreendido em outras rodas por argumentos desse tipo, Petrônio contra-atacava, com lógica irretorquível:

— Está bem. Então vamos lutar para acabar com o AI-5. E quem garante que uma semana depois não será editado o AI-6 e começa tudo de novo?

Os programas do MDB e da Arena pregavam, à época, eleições diretas. Para a perfeita cobrança da primeira fatura apresentada aos políticos, em pagamento da expectativa de que um dia o AI-5 pudesse ser revogado, os partidos teriam que se reunir em convenções nacionais para alterar seus programas, sob risco de tornar ilegais quaisquer votações nesse rumo efetuadas.

Mas esse não seria, ainda, o único preço a ser pago pelos políticos que apostavam na distensão, sobretudo os do MDB. Para tornar viável o encaminhamento das negociações lideradas por Petrônio Portella seria preciso, ainda, concordar com a criação de sublegendas para as eleições de senadores, a vinculação total do voto, de modo que cada eleitor ficasse obrigado a votar em candidatos do mesmo partido, para todos os cargos, e quem sabe até a coincidência geral dos mandatos.

Era um plano pronto e acabado para o MDB garantir sua derrota em todas as próximas eleições a serem realizadas dentro do mandato do presidente Geisel, que se findaria em março de 1979. Tudo isso em troca de uma vaga, nebulosa, mesmo, possibilidade de que o futuro presidente da República pusesse em andamento aquele que seria, sim, um verdadeiro projeto de distensão e de redemocratização.

Além das cartas postas à mesa por Petrônio Portella, havia outras, resumidas em quatro propostas que circulavam, então, sem autoria, mas que segundo se especulava na época também eram fomentadas por setores governistas.

A primeira delas admitia a realização de eleições diretas e apostava que a Arena, com a ajuda das sublegendas, pudesse vencer as eleições. Em caso de derrota, sempre haveria o AI-5 para corrigir os resultados e os rumos da situação.

A segunda proposta colocava todas as decisões na dependência dos resultados a serem conseguidos na área econômica, o que aconselhava o adiamento de todas as eleições para 1980, com a prorrogação dos mandatos, naturalmente sob o título mais elegante de “extensão de mandatos”.

A terceira corrente defendia a transformação de todas as eleições em indiretas (as de governadores e senadores).

Já a quarta corrente reivindicava profundas alterações nas regras eleitorais, criando mais sublegendas, acabando com toda a propaganda no rádio e na televisão.

“É nesse cipoal de propostas, receios, ambições e devaneios que terá que caminhar a proposta de diálogo em defesa da distensão democrática, patrocinada pelo senador Petrônio Portella”, destacou *Veja*, assinalando, ainda, que “aí não estão enumerados, sequer, seus principais adversários”.

A reportagem apontou que os tais adversários do senador seriam os políticos já reconhecidos como fortes candidatos aos governos de seus estados – a maioria dos quais se encontrava no MDB – e, por isso, naturalmente contrários a mudanças nas regras do jogo eleitoral, ainda que se vissem diante do risco de governarem sob as ameaças do AI-5.

A revista destacou também que Petrônio encontrava má vontade em toda parte, desde o MDB e até o grupo empresarial que, já detectado pelo comando arenista, pressionava fortemente o governo contra a realização de quaisquer eleições em 1978, sob o argumento de que nos principais estados a oposição era imbatível.

Indiferente a tudo, amparado no discreto apoio recebido do Palácio do Planalto, Portella prossegue em sua pregação e um dos últimos grupos a manifestar-lhe incredulidade ouviu uma arenga um tanto exaltada: “O que não é possível é a atitude de ceticismo. O imobilismo é que não leva a nada. Pelo que se tenta encaminhar, pela primeira vez o poder político, desde 1964, chamaria a si a iniciativa de decisões na área da segurança. Então, isso não é nada? Então isso não abre uma perspectiva?”

A revista respondeu:

Abre, tanto que o deputado Célio Borja, depois de presidir pela última vez uma sessão da Câmara e entregar o gabinete presidencial ao pernambucano Marco Antônio Maciel, fez uma declaração enfática: “É preciso cerrar fileiras em torno de Petrônio. Ele tem todas as credenciais para ser o intérprete das propostas que os políticos tiverem a fazer, inclusive os do MDB.

A revista prossegue informando que

Há destacados arenistas que, mesmo vendo com simpatia os esforços de Petrônio Portella, e até torcendo para o seu êxito, acreditam que o atual governo não poderá ser mais que um intermediário entre a área militar – de onde provém seu poder real – e os políticos eventualmente alinhados em torno de reformas que lhes pareçam, a todos convenientes.

Mais à frente, especulava:

Ninguém põe em dúvida o apoio militar de que Geisel dispõe para levar avante o programa de reformas. Tudo, é claro, com muita cautela, como se reconhece no Planalto: “Ele (o presidente) vai pôr a língua no prato. Se estiver a gosto, se não puserem pimenta em excesso, ele vai adiante. Do contrário, devolve.

Segundo ainda a análise, tratava-se de uma “postura talvez carrancuda, mas pelo menos não se nega, ali, que o cozinheiro – no caso, o senador Petrônio Portella – tenha recebido um voto de confiança e disponha de liberdade para manusear a seu gosto as formas, panelas, talheres, todos os ingredientes e mais o forno e o fogão que servem ao governo”.

Por fim, a revista adverte:

Se o prato que vier a servir não vier a gosto, então é certo que começarão a trabalhar os mestres-cuca do Palácio, quem sabe também os que servem ao ministro da Justiça, Armando Falcão – estes, sim, cozinharão alguma coisa forte, condimentada, de muito sal e gordura, perigosíssima para as congestionadas artérias que abastecem o fraco pulsar do coração das instituições políticas. Será, como se diz no comando arenista, com menos graça e elegância, a solução do trator.

A revista concluiu que todos esses riscos estavam sendo pesados e medidos pelos políticos, “sejam eles da Arena ou do MDB, radicais, renovadores, ortodoxos ou conservadores”. A revista ilustrou a situação com um trecho de um pronunciamento do senador arenista Teotônio Vilela, apontando como “um pregador de reformas completas e acabadas, para auditórios estudantis ou emedebistas”.

Teotônio advertia, da tribuna do Senado:

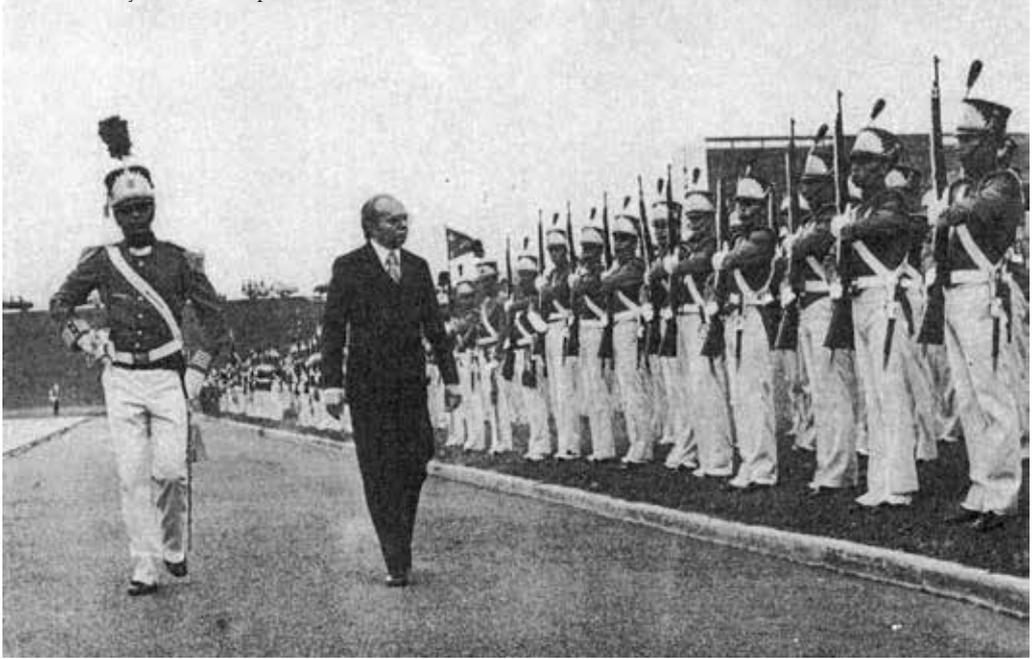
— As águas de março de 1964 continuam represadas e todos sentimos que a solução não é reforçar as paredes da represa, mas encontrar engenharia para um canal de escoamento normal.

Petrônio voltava, então, à ribalta para encenar a ópera da abertura política, no compasso dos movimentos de “sístoles e diástoles”, segundo a metáfora empregada pelo general Golbery do Couto e Silva, chefe da Casa Civil. A teoria política do general consistia no seguinte: mapeava a história do Brasil como uma sucessão de períodos em que se alternavam regimes centralizadores e regimes descentralizadores.

Em outras palavras: o poder nacional contrai-se no Império, dilata-se na República Velha, volta a se contrair no Estado Novo e a abrir-se na redemocratização de 1945. Em 1977, vivia-se o ocaso da sístole iniciada em 64, prenunciando-se a diástole da nova democratização.



Acervo: Fundação Milton Campos



Acervo: Fundação Milton Campos

O presidente do Congresso Nacional passa em revista os Dragões da Independência

O presidente Figueiredo dá posse a Petrônio no Ministério da Justiça. O deputado Nelson Marchezan e o ex-ministro Armando Falcão também ouvem as diretrizes do presidente ao novo ministro

Reprodução: *Manchete*



Francelino Pereira, João Figueiredo, Petrônio e José Sarney

Foto: Luís Humberto



Com os Senadores Paulo Brossard e Tancredo Neves, nos bastidores da aprovação da Emenda nº 11

Foto: EBN



Com o Ministro das Comunicações, Saïd Farah, ao desembarcar no aeroporto de Brasília, procedente de Santa Catarina: a última foto

Foto: Luís Humberto



Na presidência do Congresso Nacional, durante a tensa votação da Emenda nº 11



Com Pelé, em seu gabinete, após homenagem do Senado ao rei do futebol



Na capa da revista Visão, Petrônio faz magia para levar adiante a reforma partidária

Reprodução

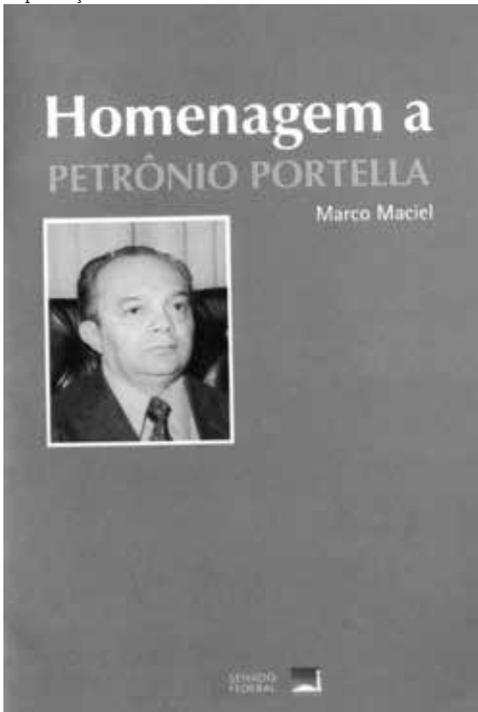


Reprodução



A crítica de Ziraldo ao Decreto nº 447, que sufocou estudantes e professores durante a ditadura

Reprodução



Reprodução



Capas de plaquetes com discursos de homenagem póstuma a Petrônio Portella

Acervo: Francelino Pereira



Os casais Petrônio Portella, João Figueiredo, Francelino Pereira e Aureliano Chaves

Acervo: Fundação Milton Campos



Petrônio aliava habilidade verbal com gestos calculados e convincentes

Reprodução



Ministro Petrônio Portella: sempre um trunfo para cada ocasião



Com o presidente Figueiredo: passos decisivos para a abertura

Reprodução: Manchete



Ao receber Sylvia Kristel, a protagonista do filme *Emanuelle*, no Senado, Petrônio acenava para a abolição da censura

Foto: Luís Humberto/Veja



Com o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Luiz Inácio da Silva, o Lula: diálogo com a sociedade civil



Ao receber no Senado o presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter



Com o príncipe Charles, no final dos anos 1970



O presidente do Senado, Petrônio Portella, representa o Brasil na instalação do Pontificado de João Paulo II, em 1978, em Roma



Com o governador Jorge Bornhausen, em sua viagem a Santa Catarina

Reprodução



A charge de Ziraldo busca as entrelinhas do discurso de Petrônio

Reprodução



A charge evidencia a diferença de estilos entre Armando Falcão e Petrônio, o primeiro procurando ocultar tudo da imprensa e o segundo travando diálogo aberto com os jornalistas



Nas charges de Henfil, a comemoração pelo fim da censura



A visão de "O Pasquim" sobre o empenho de Petrónio na aprovação da anistia



Petrônio com o presidente da OAB, Raymundo Faoro



CAPÍTULO 2

A Missão Portella

A abertura lenta e gradual

O general Ernesto Geisel assumiu a Presidência da República, em 15 de março de 1974, disposto a iniciar o processo de distensão política do regime. Ex-chefe da Casa Militar no governo Castello Branco (1964-67), ele sucedia ao general Emílio Garrastazu Médici (1970-1974), depois de exercer a presidência da Petrobrás, a partir de 1969.

O novo presidente, autoritário e voluntarioso, caracterizava-se pelo estilo centralizador, frequentemente chamado de “imperial”. Fazendo jus à fama, ele destronou o todo-poderoso “czar” do “milagre brasileiro”, o economista Delfim Netto, e indicou para o Ministério da Fazenda o professor Mário Henrique Simonsen, da Fundação Getúlio Vargas.

Só com isso, o novo presidente já sinalizava que, apesar de sair das entranhas do regime militar, vinha em nome de um novo tempo. Simonsen se notabilizava pelas suas posições liberalizantes e tinha como contraponto, dentro do novo governo, o ministro Severo Gomes, da Indústria e Comércio, defensor das posições de cunho mais nacionalista.

Se o quadro era esse na área econômica, no plano da política havia também um claro divisor de águas entre a Casa Civil, entregue ao general Golbery do Couto e Silva, e o ministro da Justiça, Armando Falcão.

A este cabia representar as posições da ala radical, que olhava com desconfiança os sinais em favor da abertura. Já Golbery, conhecido por seus dotes de estrategista político, deveria dinamizar os contatos do Executivo com setores liberais, que não viam a hora de se iniciar a distensão. Nesse aspecto específico, teria a função de redefinir periodicamente a estratégia distensionista, corrigindo os rumos e acertando o ritmo. O delicado equilíbrio entre essas duas áreas era o ponto mais sensível da abertura, já que era preciso dobrar as resistências à

liberalização do regime sem que isso significasse o enfraquecimento do combate à esquerda” (MOTTA, 1996, p.78)

Este era, pois, o principal desafio do novo governo na área política. Já em seus primeiros pronunciamentos como presidente, Geisel sinalizava para a redefinição das relações entre o governo e a esfera política. Sua idéia era fazer a abertura gradual e segura do regime. O seu projeto deixava claro que essa abertura se daria através da recuperação do prestígio do Legislativo e do fortalecimento da estrutura partidária.

Desde o momento de sua posse, não se julgou um servidor do sistema, ou um “soldado da Revolução”, mas o presidente da República. Foi assim que, desde o início, o presidente manifestou interesse em prestigiar a Arena como base política do governo. Com isso, o partido seria aproximado do centro das decisões. Até então, o papel da legenda era atuar como instrumento auxiliar do governo, destinado apenas a garantir a aprovação dos projetos de lei de iniciativa do Executivo.

Como acentua Motta (1996),

A percepção de que a sustentação exclusivamente militar trazia instabilidade para o regime, especialmente nos momentos sucessórios, conduzia a uma maior representatividade do sistema partidário, de modo a incorporar setores políticos marginalizados a partir de 1964. Tratava-se, portanto, de expandir e redefinir o pacto de poder sobre o qual se assentava o regime, para lhe conferir mais estabilidade (p.79)

Diante de sua disposição de atuar firmemente na esfera político-partidária, o presidente recrutaria para auxiliá-lo nessa tarefa o senador Petrônio Portella. Na primeira conversa que teve com o novo presidente, o senador o aconselhou a escolher para a missão que lhe apresentara um parlamentar experiente, maduro e de longa convivência com o Congresso Nacional.

Pelo perfil que traçou do político ideal para auxiliar o novo governo na condução do processo de distensão, Petrônio se excluiu automaticamente da escolha. Ele ainda não fechara os 50 anos de

idade e estava em Brasília há apenas sete anos. Mas, para surpresa sua, foi justamente em seu nome que o presidente se fixou, depois de examinar detidamente a sua biografia.

Petrônio Portella havia chegado ao Senado em 1967, pela recém-criada Arena, depois de governar o Piauí de 1963 a 1966. Integrante da corrente udenista conhecida como “bossa-nova”, ele, por ocasião do golpe militar de 1964, divulgou manifesto em defesa do mandato do presidente João Goulart.

Apesar dessa postura considerada antirrevolucionária, foi incumbido pelo presidente Castelo Branco – um velho udenista, como o então jovem governador do Piauí – de organizar a Arena piauiense. Foi sua prova de fogo junto aos militares. Ele passou no teste, ao tornar a Arena do Piauí o partido mais forte do Estado.

Chegando ao Senado, e convencido de que o Congresso Nacional é, notoriamente, palco onde se revelam lideranças, mas é onde, também, se desfazem mitos e carismas, passaria ainda algum tempo no limbo, atuando muito discretamente, cingindo-se às comissões técnicas, uma das quais presidiu, a Comissão de Legislação Social. O senador Ruy Santos guardou esta lembrança daqueles dias iniciais de Petrônio em Brasília:

Numa das primeiras sessões do Congresso, naquela sessão legislativa, mostraram-me o Petrônio. Magro, testa larga, usando óculos, sempre bem vestido, conversando ora com um ora com outro grupo; os braços em gesticulação permanente, mas sem grande expansão. É que o senador piauiense, embora integrando a bancada que prestigiava a revolução de março, era acusado injustamente de ter conspirado contra ela. Daí, talvez, o distanciamento que procurava adotar (...). Ou por aquela razão ou por vir de um Estado pequeno e pobre. Uma escabrição talvez natural. (ROCHA, 1983, p.19)

A 15 de março de 1967, 45 dias após a posse dos novos senadores, o general Humberto de Alencar Castelo Branco passou o governo ao general Arthur da Costa e Silva. Na mesma época, entrou em vigor a nova Constituição, redigida ao inteiro sabor dos militares.

“Comendo pelas beiradas”, como se diz popularmente sobre a degustação de um prato de sopa quente, Petrônio conseguiu, pouco a pouco, destaque no plenário e alcançaria expressão no

Congresso ainda a partir de 1967, “identificado pelo senador Daniel Krieger no seu talento político e, depois, por Filinto Müller, na sua vocação parlamentar”, como acentuaria o jornalista Carlos Castello Branco (CASTELLO BRANCO, 1993, p.106).

O gaúcho Daniel Krieger, um político liberal de quem Petrônio primeiro se aproximou naqueles dias de adaptação ao Congresso, era o presidente nacional da Arena. No ano seguinte, 1968, foi escolhido pelo senador matrogrossense Filinto Müller, líder da Arena no Senado, para assumir a vice-liderança do partido na casa.

No terceiro ano em Brasília, o senador Krieger lhe convidou para vice-líder do Governo. Naquele tempo, havia duas lideranças. Petrônio levou o problema a Filinto. Este perguntou-lhe:

— E por que você não pode ser dos dois?

Pela primeira vez, acumulou as duas vice-lideranças.

Cedo ele mostrava a sua garra também em Brasília. O jornalista Carlos Castello Branco escrevia, para ressaltar a independência do senador:

Servindo aos líderes da Arena e do Governo no Senado, ele não o fazia com subserviência, como também jamais homageou ou cortejou militares. Ele comportava-se como um político consciente de suas responsabilidades e, embora ciente da conjuntura, cioso da sua postura. (CASTELLO BRANCO, 1993, p.106)

Para quem imaginava que 64 era muito, veio 68, na definição de Petrônio, “o colapso”.

Só lembrando: aquele ano agitado, que começou pesado, chegava ao fim com a edição do AI-5. O Ato Institucional nº 5 suspendia radicalmente as liberdades civis no Brasil e oferecia amparo à centralização absoluta de poderes, além de concentrar decisões de Estado e regular a opinião pública.

O AI-5, que passou à história como “o golpe dentro do golpe”, foi assinado no dia 13 de dezembro de 1968, pelo presidente Costa

e Silva. Na noite de 13 de dezembro, como recorda André Stumpf (1998), o jornalista Carlos Castello Branco, influente e famoso colunista político do *Jornal do Brasil*, estava recebendo os amigos para comemorar o aniversário de sua esposa, Hέλvia. Ouviu, atento, a leitura do AI-5 e recomendou à mulher:

— Peça desculpas aos convidados. Estou cansado. Vou dormir. Amanhã vou ser preso.

Na manhã seguinte, às 6 horas, os agentes de polícia apareceram em sua casa. O jornalista foi preso e levado ao quartel da Polícia Militar.

Começava ali uma uma crescente e neurótica onda de prisões que se espalhou rapidamente por todo o país. Com o AI-5, o Congresso Nacional foi fechado e a política virou um caso de polícia. As prisões arbitrárias de políticos, professores, estudantes e cidadãos se sucederam e o país afundou na escuridão da ditadura.

O ano de 1968 começou atravessado, como já se disse. O restaurante Calabouço, no Rio, fornecia alimentação a baixo preço a estudantes. No dia 28 de março, a Polícia Militar reprimiu com violência uma manifestação no local. E calou à bala o estudante Édson Luís de Lima Souto. Seu enterro foi acompanhado por 50 mil pessoas.

A partir daí, em diversas capitais, explodiram passeatas contra o regime. Os militares da ala radical exigiam do presidente rigor e repressão. O regime endureceu. A rigor, os dois lados radicalizavam. No dia 29 de agosto, a Polícia Federal invadiu a Universidade de Brasília, a pretexto de prender alguns estudantes. Um deles, Waldemar Alves da Silva Filho, levou um tiro na cabeça.

As manifestações de rua já estavam proibidas quando os estudantes tentaram realizar em Ibiúna, São Paulo, de maneira clandestina, o 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE). Não deu certo. Em 12 de outubro, tropas do Exército cercaram a fazenda onde acontecia o evento e prenderam 700 estudantes.

No início de setembro, o então deputado Márcio Moreira Alves, do MDB do Rio de Janeiro, fez um rápido discurso na Câmara Federal que serviu como pretexto para o endurecimento do siste-

ma. Em tom irônico, ele conclamava as moças a não cederem aos impulsos dos jovens cadetes nem aceitarem convites para dançar com eles. Os militares se sentiram ofendidos e cobraram uma ação enérgica do governo.

A Procuradoria Geral da República solicitou licença para processar o deputado. A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aceitou o pedido, depois que nove de seus membros foram substituídos. O plenário, no entanto, recusou a licença na noite de 12 de dezembro. Estava criado o clima para o parto do mais brutal dos Atos Institucionais durante o período revolucionário.

No dia seguinte, o ministro da Justiça, Gama e Silva, anunciava os termos do AI-5. Estava instalada definitivamente a ditadura no Brasil. A longa noite de pesadelos iria durar uma eternidade de dez anos e 18 dias.

Com o fechamento do Congresso, pelo AI-5, o senador Krieger, em sinal de protesto, renunciou à presidência da Arena e à liderança do governo. O Parlamento só seria reaberto em outubro de 1969, quando foi convocado para homologar a escolha do general Emílio Garrastazu Médici à Presidência da República.

Com a volta do Congresso à atividade, Filinto Müller torna-se líder da Arena e do Governo. Através dele, Petrônio se aproximou de Médici. Durante o ano de 70, porém, o presidente da Arena precisou se dedicar em seu Estado à campanha pela renovação do mandato. O presidente Médici lhe disse:

— Escolha um bom vice-líder e deixe a liderança a cargo dele.

Filinto informou ao presidente:

— O vice-líder eu já tenho: é o senador Petrônio Portella.

Médici completou:

— Então, pode entregar a liderança a ele.

Já em 1971, indicado pelo presidente da Arena, senador Filinto Müller, Petrônio assumiu a presidência do Senado, sucedendo João Cleofas, de Pernambuco. O Parlamento estava sem forças diante dos superpoderes dos militares. Mas Petrônio não ficou de braços cruzados. Ao contrário, promoveu ampla reforma no edifício-sede do Senado, construindo um novo anexo, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, com salas para as comissões técnicas e gabinetes individuais para cada senador.

Além disso, reequipou o Centro Gráfico do Senado, providenciou a instalação do Prodasen (Centro de Processamento de Dados do Senado), com o objetivo de aprimorar o sistema de recuperação de informações e, na área cultural, deu início a um vasto programa de edições, contando com a colaboração do historiador José Honório Rodrigues.

Dois anos depois, acumulava as funções de líder do governo no Senado e presidente nacional da Arena.

Essa meteórica escalada de poder foi possível porque, como vice-líder, Petrônio amiudou seus contatos com o Palácio do Planalto. Foi aí que Filinto lhe perguntou se ele queria ser 1º secretário do Senado. Petrônio preferiu ser presidente da Comissão de Constituição e Justiça. No fim do ano, segundo lhe contou o próprio Filinto, quando foi conversar com o presidente Médici a respeito da sucessão do Senado, o presidente disse:

— Eu já tenho a equação feita. O Petrônio será o líder e você será o presidente.

Mas Filinto não gostava muito de missões administrativas e ponderou:

— Eu prefiro ser líder.

O presidente ponderou:

— Filinto, acho o Petrônio muito novo para ser presidente do Senado.

O senador reagiu:

— Presidente, o Petrônio tem os atributos do velho, com as vantagens do novo.

Dessa forma, Petrônio foi para a presidência e Filinto para a liderança.

Quando chegou a sucessão da Arena, Filinto, convidado, teve toda a liberdade de escolher os demais. Mas Médici lhe disse que tinha um candidato a vice-presidente. Filinto respondeu que também tinha:

— O Petrônio.

O presidente abriu o jogo, satisfeito:

— Pois é também o meu.

Assim, no exercício de seu primeiro mandato de senador, Petrônio ocupou, além da vice-liderança, a liderança da Arena, a vice-presidência e a presidência do partido e a presidência do Senado.

Depois de lembrar que contribuiu para a rápida ascensão de Petrônio em Brasília a incompatibilidade de Krieger para o comando, entregando-o a Filinto, morto em 12 de junho de 1973, em acidente aéreo, na França, Carlos Castello Branco afiança os atributos do senador piauiense para ocupar funções relevantes no governo e no Congresso:

Petrônio estava em condições de suceder a ambos, como demonstrara até mesmo na audácia com que, enfrentando o silêncio disciplinar do general Müller, ousava fazer objeções ao ministro Leitão de Abreu, senhor do governo. Com o presidente Geisel é que encontraria, no entanto, sua grande oportunidade de afirmação. Autoritário por temperamento e por formação, o presidente desestimulava já pela sua aparência física contestações, mas Petrônio não conhecia a timidez nem se habituara a silenciar suas objeções. (CASTELLO BRANCO, 1993, p.106)

Em agosto de 1973, Petrônio tornou-se líder do Governo no Senado e presidente nacional da Arena até 1975. Coube a ele encaminhar a eleição, por processo indireto, do sucessor de Médici, o general Ernesto Geisel, eleito pelo Congresso a 15 de janeiro de 1974.

Quando o presidente Geisel assumiu o governo, houve absoluta sintonia em termos de trabalho e Petrônio foi confirmado na presidência nacional da Arena. Daí ele passou a ser interlocutor

constante de novo presidente e seu principal negociador na arena político-partidária.

Sua primeira tarefa seria a negociação para a escolha dos governadores a serem referendados pelas Assembléias Legislativas em novembro de 1974. Essa seleção dos executivos estaduais se apresentava como a oportunidade primeira de prestigiar a Arena, já que, ao contrário de Médici, que dera preferência a elementos oriundos da área técnica, Geisel preferia quadros vinculados ao partido governista e com experiência política. A principal preocupação de Portella, em missão itinerante que levou vários meses, seria, pois, selecionar nomes capazes de permitir uma composição entre as facções regionais da Arena (MOTTA, 1996, p.80)

Este era o projeto original de Geisel – favorecer os políticos arenistas, reduzindo, inclusive, a interferência dos órgãos de segurança nas indicações dos novos governadores. Ocorre que a Arena, então com dez anos de existência, não estava acostumada com esse tipo de tratamento. A discussão interna não fazia parte da rotina do partido do governo.

No livro “As 16 derrotas que abalaram o Brasil”, uma fotografia das eleições de 1974, do jornalista Sebastião Nery, há um episódio que ilustra bem as dificuldades de operação da *Missão Portella*. É sobre a sucessão estadual em São Paulo. Um senador do menor Estado brasileiro dando as cartas na eleição para governador do maior Estado do país:

No apartamento modesto da zona Sul, no Rio de Janeiro, o senador Petrônio Portella, talentoso presidente nacional da Arena e pró-cônsul do general Ernesto Geisel para escolha dos novos governadores, estava surpreendentemente intranquilo aquela noite. A garrafa de uísque fechada e selada, o balde de gelo, dois copos intocados e um vago olhar sobre os jornais do dia. Toca a campanha, entra o ex-ministro Delfim Netto. Ágil, sorridente, a palavra exata de quem se acostumou a pensar duas vezes cada coisa que diz até quando mais pareça improvisada, Delfim tinha o mesmo ar dos dias de glória, quando encantava seu amigo Giscard d’Estaing, ministro de Pompidou, solando o milagre brasileiro. (NERY, 1975, p.31)

A seguir, o autor descreve o clima em que se introduziu a conversa:

Os primeiros trinta minutos foram de amena bonança, como convém à beira das tempestades. Petrônio abriu o jogo:

— Ministro, vamos falar de São Paulo.

— Senador, é melhor deixar os títulos de lado. Somos dois companheiros de geração e de responsabilidades públicas. Vamos discutir as coisas à velha e sábia maneira do papo.

— Ótimo, Delfim. Até porque assim eu me sentirei mais à vontade para cumprir a minha missão. Você há de compreender, e sabe de experiência própria, que ninguém determina as circunstâncias em que tem que atuar, sobretudo em política e, mais ainda, em situações delicadas.

— Petrônio, as coisas estão nesse nível de delicadeza?

— Sim. Na verdade, sobre São Paulo não há o que discutirmos. Há uma decisão tomada e tenho apenas que comunicá-la a você. Você não pode, não vai ser o governador de São Paulo. (NERY, p.31)

Por esta, o ministro do “milagre econômico” não esperava. E reagiu, prontamente:

— Mas, Petrônio, isso é uma violência. Tenho sete anos de serviços prestados à Revolução, creio que com algum mérito, não posso me conformar com esse veto sem razões públicas.

— Delfim, muito mais serviços à Revolução, mais do que você e mais do que eu, prestou o Lacerda. E foi tirado de campo.

— Mas o Lacerda, com a Frente Ampla, assumiu um risco político. O que é que o governo tem de que me acusar?

— Não se trata de acusar. Entenda, Delfim. É um novo governo, que tem para São Paulo uma estratégia dentro da qual você não está enquadrado.

— Não me conformo, Petrônio. Pertencço à Arena, a Arena vai fazer uma convenção, vou disputar na convenção.

— Iria, Delfim. Não vai haver mais convenção. Amanhã encaminharei ao Congresso a mudança das regras do jogo. Os diretórios regionais é que indicarão o governador à Assembléia.

— Mas eu tenho maioria no diretório.

— Tinha, Delfim. Já não terá mais. As coisas estão acertadas. (id. p.31)

Nocauteado, Delfim Neto tenta, por fim, arrancar um prêmio de consolação:

— Então, ao menos dispuo o Senado.

— Também não pode. O candidato da Arena ao Senado é o professor Carvalho Pinto. O governador será o Paulo Egídio.

— Quer dizer que eu estou cassado?

— Não. Como presidente nacional do partido, convido-o a ser o deputado federal mais votado do Brasil. Vá para a Câmara.

— A Câmara não me interessa.

— E uma posição no exterior?

— Não quero sair do país. Ao menos agora. Se é assim, volto à universidade. De qualquer maneira, vou amanhã para São Paulo e continuarei lutando pelo direito de ser governador.

— Vá, Delfim, mas se você quiser ouvir um conselho de seu amigo, não cometa o erro do Carlos. Do Lacerda. Não jogue o futuro pela janela. Lembre-se de sua idade e deixe a história caminhar.

— Obrigado. Mas é muito duro lutar tanto para receber como prêmio apenas a espera do amanhã.

Levantou-se, foi embora. Ágil, não mais sorridente. Tinha tomado três doses de uísque. Petrônio, uma só. (Ibid., p.32.)

Era, na narração do jornalista, a primeira escala da *Missão Portella*. Do Rio, o senador foi a São Paulo, esteve com o governador Laudo Natel, ouviu deputados federais e estaduais, não chamou os representantes das classes produtoras porque já sabia que elas só queriam Delfim e, no dia seguinte, depois de um telefonema de Brasília, o governador soltava a nota:

O excelentíssimo Senhor Presidente da República, general Ernesto Geisel, ante o atual quadro político de São Paulo e consultada a representação partidária pelo presidente do diretório nacional, senador Petrônio Portella, fixou-se no nome do engenheiro Paulo Egydio Martins como candidato da Arena às eleições de 3 de outubro deste ano para o governo do Estado. Ao anunciar a decisão, exprimo minha confiança em que a solução dada ao processo sucessório promova o congraçamento de todas as forças arenistas para o bem de São Paulo, a serviço da Revolução e da Pátria (Ibid., p.32)

Estava ungido o primeiro governador da safra de 1975. O presidente da Arena prosseguiu a sua caminhada pelo país, na missão de procurar o consenso dentro de seu partido. Um jornal de Natal registrou, em sua primeira página, em maio de 1974, a visita dele ao Rio Grande do Norte nestes termos:

Confirmado: o Senador Petrônio Portella, Presidente Nacional da ARENA, chegará a Natal na próxima quarta-feira, procedente de João Pessoa, para aqui coordenar a escolha do sucessor do Governador Cortez Pereira. O Senador ficará hospedado na suíte do Hotel Reis Magos.

A visita à Assembléia Legislativa do Estado, onde receberá o título de “Cidadão Norte-Riograndense” (proposta do Deputado Moacir Duarte), deverá ser o único ato público a que comparecerá o Senador.

No mais, instalará seu *confessionário* na sala da presidência da Federação do Comércio, no SESC, onde ouvirá 42 políticos sobre a sucessão do sr. Cortez Pereira.

Ao dar os primeiros passos no cumprimento de sua missão, Petrônio avisava:

— Serão respeitadas as lideranças estaduais e a decisão será obtida por consenso. Não se revelam segredos de *confessionário*. Qualquer nome só estará definido na hora em que for anunciado. Por enquanto, o importante é conversar.

E conversa foi o que não faltou dali por diante. O senador Marco Maciel, testemunha de tantos diálogos travados por Petrônio, enaltece a sua luta como presidente da Arena e interlocutor político do governo, entre 1974 e 1979. Nesse período, além de buscar a estruturação do partido, ele procurou, numa visão antecipadora dos fatos, preparar o país para o retorno do pluripartidarismo:

A convicção com que expendia suas posições não o afastava da capacidade de ouvir interlocutores, sobretudo aqueles que dele divergiam, sopesando caminhos e alternativas. Em tais ocasiões, revela-se o lado pouco conhecido de sua estrutura intelectual. Difícil distinguir nesse tocante o que mais nele realçava: se o pleno domínio da língua, pela facilidade de expressão; se a densa formação jurídica que somente deixava transparecer quando se tornava imperativo fundamentar suas asserções; se a intuição, atributo dito feminino, mas indispensável na política; por fim, se a ampla cultura de que era portador, ferramenta imprescindível nos entendimentos que entreteve com a sociedade. (MACIEL, 2005, p.10)

Bem, voltando à *Missão Portella*: apesar de ter carta branca do Planalto, o senador não conseguiu evitar que a sucessão estadual

exacerbasse as dissidências internas da Arena, originando tensões e conflitos irreconciliáveis.

Diante disso, o presidente se viu obrigado a agir como árbitro. Dessa forma, acabou por favorecer um dos lados, nos Estados, em detrimento dos demais, ou então indicou candidato próprio. Apesar da reconhecida habilidade política do senador, o processo de indicação dos governadores acabou provocando intensa fragmentação da Arena.

O quadro era este: as lideranças tradicionais sentiam-se desprestigiadas e as novas reclamavam da falta de condições favoráveis de afirmação política. Os efeitos desse racha repercutiram, de forma desastrosa, para o partido do governo, nas eleições de 1974.

Ocorreu que os grupos políticos que se sentiam alijados das decisões sobre a sucessão estadual e a indicação de candidatos à Câmara Federal, ao Senado e às Assembléias Legislativas cruzaram os braços e não se mobilizaram para a campanha eleitoral.

Além do mais, faltava à Arena uma plataforma eleitoral mais atraente, já que não bastava, como antes, a simples louvação dos êxitos da administração federal num ano em que o espectro da crise ameaçava se espalhar pela economia brasileira. A dificuldade do partido governista de incorporar o projeto de distensão como seu tema de campanha, como bem notou a cientista política Lúcia Klein, levou alguns dos candidatos arenistas como Teotônio Vilela, em Alagoas, a adotar algumas teses defendidas pelo MDB. (MOTTA, 1996, p.81)

Sem se entender internamente e sem se fazer entender externamente, a Arena apanhou feio nas urnas de novembro de 1974. O resultado das eleições forçaria, mais tarde, uma mudança de rumo do processo de abertura. Naquelas eleições, o MDB quase dobrou sua representação na Câmara dos Deputados. Das 364 cadeiras, o partido de oposição fez 165. Antes, tinha 87 deputados federais. Já a Arena caiu de 223 para 199.

Em termos de voto, o resultado era dramático para o partido do governo. Nas eleições de 1970, a Arena saíra das urnas com 10.917.814 votos, contra 4.727.967 do MDB. Agora, o partido ofi-

cial saía com 11.865.599 votos, contra 10.955.259 do MDB. Uma vantagem modesta.

O resultado das eleições para o Senado seria ainda mais vexatório. A bancada do MDB saltou de 7 para 20 senadores, enquanto a Arena caiu de 59 para 46. Nessa votação, o partido da oposição somou 14.600.000 votos, contra pouco mais de 10 milhões da Arena.

Fator decisivo no resultado das eleições de novembro, a cisão interna da Arena não foi, no entanto, a única culpada. Promovendo uma conciliação entre suas alas autêntica e moderada, tomando como plataforma a discussão de problemas mais imediatos, como a distribuição de renda e o custo de vida, o MDB também pode se aproveitar do clima de liberdade durante a campanha, principalmente do acesso à televisão, para denunciar “as mazelas do governo autoritário”. É preciso, sobretudo, levar em conta a conjuntura favorável à recepção da mensagem oposicionista em função da diminuição do ritmo do crescimento econômico, após anos seguidos de altas taxas de incremento do PIB. A redução das fraudes eleitorais, bem como a aplicação da Lei Etelvino Lins, determinando que ao poder público caberia arcar com as despesas de transporte e alimentação dos eleitores, completam o conjunto de fatores responsáveis pelo fraco desempenho eleitoral do governo. (MOTTA, 1996, p.82)

Com a Arena – “o maior partido do Ocidente”, na definição de seu futuro presidente, deputado federal Francelino Pereira – no chão, humilhada diante da queda acachapante, nas urnas, chegava melancolicamente ao fim a *Missão Portella*.

Quando a imprensa provocou o presidente da Arena a se pronunciar sobre a derrota, o senador Petrônio Portella pronunciou a sua célebre frase:

— Contra fatos não há argumentos – exposta depois em outra versão:

— Eu não agrido os fatos.

Responsabilizado pela catástrofe eleitoral, defendeu-se também:

— Não sou tão poderoso a ponto de determinar vitórias e derrotas.

Mas o senador Petrônio Portella não teve dúvida: ele nem esperou sentar a poeira e procurou o presidente Giesel para assumir pessoalmente a responsabilidade pela derrota da Arena e entregar-lhe a presidência do partido. Geisel não aceitou. Quem sabe também tivera a percepção de que o Brasil, após dez anos de regime militar, estava mudando – o povo queria liberdade e o fim das repressões. Era este o recado claro das urnas que tomavam a Arena, o partido do governo, para sacos de pancadas contra o regime.

O gesto de Petrônio em assumir, perante Geisel, o pesado ônus da derrota da Arena, ao invés de levá-lo ao leito do sacrifício, acabou, ao contrário, por engrandecê-lo e fortalecê-lo ainda mais junto ao presidente e ao ministro Golbery do Couto e Silva. Sua estrela política voltaria a brilhar mais adiante, outra vez.

Um passo para trás

A experiência do governo de jogar suas fichas na Arena, como parte do projeto de distensão política, se tornara amarga. O fracasso eleitoral do partido governista teria, por conseguinte, um forte impacto sobre o processo de dilatação do sistema, já que a Arena era uma das pilstras desse projeto de distensão lenta e gradual.

O primeiro sinal de anuviamento do panorama da distensão seria o recrudescimento das operações repressivas. A abertura política no Brasil dava um passo atrás. Mal fora feita a proclamação dos eleitos, em janeiro de 1975 uma ofensiva policial descobria a gráfica clandestina do PCB (Partido Comunista Brasileiro), no subúrbio carioca de Campo Grande.

Não ficou só nisso. A operação seguiu-se de prisões e tortura. O ministro da Justiça, Armando Falcão, aparecia na TV acusando o PCB de estar por trás da vitória do MDB. Hoje uma declaração desse tipo soa algo risível, mas, à época, traduzia um clima de gravidade que autorizava o governo a uma urgente tomada de providências contra o avanço do comunismo.

A derrota da Arena apresentou duas conseqüências imediatas. A primeira foi o fortalecimento da chamada “linha-dura”, corrente político-militar refratária à abertura do regime. A segunda foi o próprio enfraquecimento do partido do governo. O baque forçou os estrategistas palacianos a reverem o ritmo da distensão.

Desde o princípio, a estratégia escolhida pelo governo foi a da distensão segura, lenta e gradual. Sua idéia era garantir a aceitação do processo por parte dos setores mais reticentes quanto à mudança da dinâmica política que até então movia o regime militar.

A redefinição do pacto de poder traz em si mesma a idéia de confronto, o que, no jargão militar, implicava avanços, recuos táticos e sobretudo um pulso forte. Este deveria ser o do presidente da República, que não abria mão da liderança do processo, reservando-se a iniciativa de alterar o seu ritmo de acordo com as conveniências. (MOTTA, 1996, p.85)

Em face do duro cerceamento de manifestações de caráter político, o uso de teatros como espaço aberto de discussão de temas considerados sensíveis tornou-se uma prática naquele Brasil de 1975. Em outubro daquele ano, por exemplo, o senador Teotônio Vilela, da Arena, levava a sua pregação pelo restabelecimento das liberdades democráticas ao Teatro Casa Grande, no Rio de Janeiro.

Ele falava ao lado de outros brasileiros que estavam engajados no movimento pela redemocratização, como Fernando Henrique Cardoso – sociólogo, professor cassado da USP e depois presidente do Brasil (1995-2003) – e dos jornalistas Prudente de Moraes Neto e Villas-Bôas Corrêa.

Naquele outubro agitado de 1975, o Brasil registrava o “suicídio” do jornalista Vladimir Herzog, diretor-responsável do Departamento de Jornalismo da TV Cultura de São Paulo, uma emissora estatal. Ele era um profissional respeitado no meio jornalístico, com muitos contatos no exterior, já que trabalhara por três anos na BBC de Londres.

Na noite do dia 24, ele fechou o jornal noturno da emissora. Na manhã seguinte, às 8 horas, entrava no prédio do DOI-CODI, em São Paulo, para prestar esclarecimentos sobre suas “atividades criminosas ligadas ao PCB”. Foi a última vez que foi visto com

vida. Às 4 da tarde do dia 25, o corpo de Vlado, como era conhecido pela família e pelos amigos, foi encontrado em uma das celas do mais temido órgão de segurança, o DOI-CODI de São Paulo. Esta sinistra sigla significava Departamento de Operações de Defesa Interna do II Exército.

O corpo do jornalista foi apresentado à imprensa pendurado em uma grade da cela. Estava preso por um cinto amarrado ao seu pescoço. A grade era mais baixa que a altura do jornalista, o que afastava por completo a hipótese de enforcamento com suas próprias mãos.

No dia 26, o comandante do II Exército, general Ednardo d'Ávila Melo, distribuía nota oficial comunicando que o jornalista havia se enforcado na véspera. “A comoção provocada pela morte de Herzog foi maior em função da suposição de que o presidente da República tinha sob controle o aparato de segurança”, registra Motta (p.95).

O governo formou às pressas uma comissão para apurar o caso. Composta exclusivamente por militares, a comissão acabou por confirmar a tese do “suicídio” do jornalista.

O silêncio de Geisel nesse episódio trouxe o temor de que a distensão estivesse seriamente ameaçada. Uns achavam que o presidente fraquejara diante dos extremistas militares; outros consideravam que ele nunca havia assumido um real compromisso com a abertura. De um modo ou de outro, estava longe de ser otimista o ambiente político reinante no final de 1975. (MOTTA, 1996, p.95)

Um pesado clima de arbítrio e insegurança vigorava, assim, no Brasil a partir da morte de Herzog.

1977 é considerado pelos historiadores Carlos Estevam Martins e Sebastião Velasco e Cruz um ano-chave no processo de abertura. Marcou o surgimento dos primeiros movimentos de contestação, por parte da sociedade civil, ao projeto do “Brasil Grande”, o ponto principal do plano econômico do governo Geisel.

A aprovação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que significou a subordinação dos objetivos de estabilização às metas de longo prazo, sinalizou perspectivas de extraordinário

crescimento econômico, com taxas anuais de 12%, para a indústria, e de 10% para a economia como um todo.

Já no tocante à política, o projeto Geisel se sustentou em três pontos. Para começar, era considerada inaceitável qualquer contestação ao governo, quer viesse da linha-dura, quer viesse da esquerda parlamentar. No primeiro caso, Geisel reagiu vigorosamente contra o novo “suicídio” ocorrido em janeiro de 1976 nas dependências do DOI-CODI de São Paulo, quando foi atingido o operário José Manuel Fiel Filho.

A nova vítima da tortura tombava quando ainda nem cessara o clamor público em que tomaram parte os colegas e amigos, esposa e filhos menores do jornalista Vladimir Herzog. A prisão do jornalista e seu desfecho trágico obtiveram repercussão no Brasil e no estrangeiro. Agora, no caso de Fiel Filho, a vítima se enforcara com as próprias meias!

Dessa vez, o general Ednardo foi exonerado do comando do II Exército e substituído pelo general Dilermano Gomes Monteiro. Essa alteração foi seguida de uma profunda reformulação nos escalões intermediários do Exército.

O governo teve também uma pronta reação frente aos pronunciamentos dos deputados do MDB gaúcho Nadir Rosseti e Amauri Müller, na pequena cidade de Palmeira das Missões, no final de março. Os discursos foram considerados “violentos” ataques ao regime. Assim, o governo não apenas cassou os mandatos dos dois, como infligiu a mesma punição ao deputado Lysâneas Maciel (MDB/RJ), que pronunciara, na Câmara dos Deputados, um inflamado discurso denunciando a “arbitrariedade” das cassações.

Desse modo, a comemoração do 12º aniversário da Revolução transcorreu em um ambiente de tensão política, com o governo deixando claro que poderia até aceitar críticas, mas jamais admitiria contestações. O motivo constantemente invocado para essa rigorosa “advertência” à classe política foi a necessidade de se evitar um “tom radical para as próximas eleições”.

Aí estava, então, a segunda meta do projeto político do governo Geisel: vencer as eleições municipais de novembro de 1976. O

próprio presidente se empenhou firmemente em garantir a vitória dos candidatos governistas, para compensar o abalo sofrido nas eleições de 1974. A um mês das eleições, em 16 de outubro, o presidente declarava:

— A Arena deve ficar no poder, pelo voto.

Para os analistas, tratava-se de uma profissão de fé no voto como fonte legitimadora da Revolução.

A mordaza da Lei Falcão

Se a primeira parte da meta – o compromisso com as eleições – refletia a face institucionalizadora do governo, a segunda – a necessidade imperiosa de vencê-las – conduziu, no entanto, à adoção de uma legislação eleitoral restritiva.

Daí nasceu a “Lei Falcão”, cujo projeto foi elaborado pelo ministro da Justiça, Armando Falcão. A nova lei restringia o acesso dos candidatos aos meios de comunicação eletrônicos, durante a propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão. A aparição dos candidatos se resumia à apresentação de seus currículos e de suas plataformas. No caso da TV, admitia a exibição de suas fotografias.

O poder político de Armando Falcão e o zelo com a aplicação da lei que tinha o seu nome levaram o ministro da Justiça a vetar, no dia 11 de outubro, às vésperas das eleições, debate na TV entre os senadores Franco Montoro (MDB) e Petrônio Portella (Arena).

Assim, garantir a vitória nas urnas, mesmo ao custo do emprego de uma legislação autoritária, era o elemento-chave do terceiro tópico do projeto político de Geisel. O Brasil seria o modelo do Estado partidário, cujo exemplo mais acabado e também mais próximo era o mexicano, onde o PRI (Partido Revolucionário Institucional) ganhava as eleições havia décadas.

Trocando em miúdos, o que estava em jogo nas eleições de novembro de 1976 era menos o sucesso eleitoral da Arena e mais o prestígio político do governo.

Abertas as urnas da eleição municipal de 15 de novembro, a Arena proclamou-se vitoriosa. Elegera 3.176 prefeitos, contra 614 do MDB. Ia pelos ares o receio de um avanço maciço da oposição. O partido do governo conseguira preservar a solidez de sua base municipal.

O “Pacote de Abril”

Vencidas as eleições municipais de 1976, a meta do governo agora era bater a oposição nas urnas, outra vez, nas eleições seguintes, em 1978, especialmente as dos governadores. A Constituição estipulava que elas seriam diretas. A saída era apresentar uma emenda constitucional com eleições indiretas para governador.

Havia, porém, uma pedra no caminho: a Arena não dispunha dos 2/3 dos votos necessários para a aprovação de emendas à Constituição. À época, o governo exercia grande pressão sobre o Congresso para aprovar a reforma do Judiciário.

O MDB fazia corpo mole para votar a reforma, atitude antecédida e sustentada por pronunciamentos políticos críticos ao governo. Estava criado, em palácio, o ambiente onde era possível endurecer. Então, sob o pretexto de que o MDB estava dificultando essa reforma, o presidente Geisel decretou o fechamento do Congresso no dia 1º de abril de 1977, por tempo indeterminado. Era o famoso “Pacote de Abril”.

Através dele, além de fechar o Congresso, por meio do AI-5, o governo decretou uma série de reformas à Constituição. Durante os 14 dias em que o Parlamento esteve fechado, o presidente baixou um conjunto de medidas voltadas principalmente para garantir a preservação da maioria governista no Legislativo.

Composto de 14 emendas e três artigos novos, além de seis decretos-leis, o “Pacote de Abril” determinou, entre outras coisas, eleições indiretas para governador, com ampliação do Colégio Eleitoral; eleição de 1/3 dos senadores por via indireta (os senadores “biônicos”) e a instituição de sublegendas, em número de três, na eleição direta dos restantes.

Além disso, o pacote estendia às eleições estaduais e federais a legislação restringindo a propaganda eleitoral no rádio e na televisão; alterava o quórum – de 2/3 para maioria simples – para votação de emendas constitucionais pelo Congresso; estabelecia nova composição do Colégio Eleitoral que elegeria o futuro presidente da República; e ampliava de cinco para seis anos o mandato presidencial.

Inoportuna e arbitrária, a medida de emergência retardou a redemocratização que o presidente Geisel havia prometido em sua plataforma. A distensão só voltou a ser esboçada no final de seu governo. Ficou para o seu sucessor a possibilidade de abrir os porões da ditadura, arejar o ambiente e devolver ao país eleições diretas e livres em todos os níveis.

Faltava-lhe o conhecimento do segredo político. Governar uma nação não é comandar uma operação militar. Nem todos obedecem. Nem todos devem obedecer, porque uma nação é composta de cidadãos e não de soldados. Por seu temperamento, cada vez que sofria uma crítica, isto doía-lhe. Um general não aceita ser desobedecido. Então, o presidente agia como um general. Por isso, seus adversários políticos frequentemente o chamavam de general-presidente ou presidente-general. Muitas vezes pretendeu fazer uma coisa e fez outra. O famoso “Pacote de Abril” é um exemplo. (SILVA, 1998, p. 43)

O presidente do Congresso fechado era o senador Petrônio Portella. Quando o “Pacote de Abril” explodiu em sua porta, ele declarou, nas rodas mais íntimas:

— Vivi o dia mais triste de minha vida!

Outra vez ele avaliou, ali, que a sua morte política estava decretada. Havia razões de sobra para o pressentimento. Porém, como a fênix da mitologia, Petrônio renasceria das cinzas pouco tempo depois para viver o mais luminoso momento de sua carreira política, como se viu na capítulo anterior.

Com a Arena estruturada em todo o país, inclusive com a criação de seu Instituto de Estudos Políticos, a Fundação Milton Cam-

pos, no final de 1975, Petrônio estava decidido a dar novos passos na política.

Desse modo, depois de passar a presidência da Arena para um protegido, o deputado federal Francelino Pereira, um conterrâneo seu que fez carreira política em Minas Gerais, o senador Petrônio Portella se fixaria, a partir de 1976, na liderança da bancada do governo.

“Camaleônico e cauteloso, movia-se sem deixar rastros”, na constatação e na definição do jornalista Elio Gaspari, que, em 2004, nos 40 anos da ditadura, escreveu e publicou uma obra monumental sobre o período, distribuída em quatro volumes. Eis o perfil que ele traça de Petrônio:

Sabia-se desprezado por uma parte da imprensa, detestado pela direita da Arena e vigiado pelos militares. Ganhara a confiança de Geisel e a estima de Golbery. Não cultivava generais, e só foi à sala do general Figueiredo no final de 1976. (GASPARI, 2004, p.313)

Em agosto de 1976, na morte de Juscelino Kubitschek, por exemplo, o governo se negava a conceder honras militares ao ex-presidente e a decretar ponto facultativo pelo seu falecimento. Com isso, pretendia dificultar que os servidores públicos pudessem acompanhar o seu sepultamento, em Brasília.

O construtor de Brasília era, afinal, um cassado banido da vida pública havia 12 anos. Portanto, um inimigo do regime! O máximo que o governo consentiu foi o luto oficial. No início da tarde do dia 23, depois de muita discussão entre os cabeças do poder, a gigantesca bandeira do Palácio do Planalto descia a meio mastro.

Com tanta má vontade, mais ainda a multidão estimada em mais de 100 mil pessoas que participava do cortejo visivelmente hostil ao sistema, poucos governistas se dispuseram a acompanhar o velório de JK. Petrônio Portella foi um deles. O senador se espremeu entre a multidão e foi até a Catedral de Brasília:

— O clima era de forte hostilidade ao governo. Cumprimentei a viúva, que se portou bem, e retirei-me.

Um ano depois, na passagem do primeiro aniversário da morte de JK, Petrônio, já outra vez presidente do Senado, reverencia a sua memória em discurso:

Quem quer que veja Juscelino na implacabilidade de uma oposição tudo o que ele foi e fez, ou na serenidade dos que se situam no plano da justiça, para proferir um julgamento, há de distinguir nele a imagem mais irradiante e envolvente do homem cordial. (...) Combatido, reagia no limite de suas forças, e até quando necessário, mas transmitia sempre a convicção de que a inanimistosidade ou animosidade falecia ao cessarem os motivos da luta. Esse feito pessoal terminou impregnando o seu governo e marcando seu destino. (PORTELLA, 1980, p.550)

Gaspari conta que Petrônio tinha uma ampla rede de contatos dentro e fora do governo, dentro e fora do Congresso:

Tinha boas relações na oposição e um amigo no secretário-geral do MDB, deputado Thales Ramalho. (...) Eram antigos conhecidos, do tempo em que, no Rio de Janeiro, militavam no movimento estudantil. Na noite da edição do AI-5, Petrônio o procurara em casa, certo de que seria cassado. (GASPARI, 2004, p.314)

De fato, por várias noites o senador Petrônio Portella viveu a apreensão e a angústia dos que iam para a guilhotina da cassação dos mandatos. Um certo dia, no final dos anos 60, ele recebeu uma ligação telefônica do Rio de Janeiro. Do outro lado da linha, um general, amigo seu, com acesso a informações privilegiadas do núcleo de mando das Forças Armadas, advertia-o:

— Estou ligando de um telefone público para avisar-lhe: seu nome está na relação dos cassados. Ouça a “Voz do Brasil” de hoje.

Era através desse programa que a ditadura lia a sentença de morte dos cassados. Petrônio correu para o pé do rádio. Ouviu, tenso e apreensivo, um desfile de cassações. Seu nome, porém, não estava entre os que acabavam de perder os mandatos e os direitos políticos.

Algum tempo depois, ele soube do que se passara: o amigo militar que lhe telefonara do Rio não estava blefando. Quando levaram a relação dos cassados para o presidente Costa e Silva, este se deteve no nome do senador Petrônio Portella:

— Mas ainda ontem esse senador fez na “Voz do Brasil” uma defesa brilhante do meu governo.

Ali mesmo seu nome foi retirado da lista dos cassados pelo próprio presidente. Algum entre os seus muitos desafetos havia jogado o barro na parede, para ver se colava a cassação de seu mandato. Por um triz, não colou.

Em seu livro “A Ditadura Encurralada”, sobre o governo Geisel, Elio Gaspari conta como Petrônio Portella era um mestre em acrobacias políticas nos bastidores. Para ilustrar, ele recompõe seus malabarismos para salvar o mandato de um colega cuja cabeça fora solicitada expressamente pelo ministro do Exército, general Sílvio Frota. Pelo seu relato, foi esta a única vez em que Petrônio não cobriu todos os seus movimentos:

Saiu do tom o senador Leite Chaves, do MDB do Paraná, um parlamentar ativo, moderado. Aparteando um colega, no final da sessão de terça-feira (dia 28 de outubro de 1975), sobre a morte do jornalista Vladimir Herzog, ocorrida no sábado, 25), com o plenário vazio, afirmou:

— É muito grave colocar-se o Exército, uma organização muito séria, que deveria ser intocável, em meio a tanto abuso. Hitler, quando desejava praticar atos tão ignominiosos como os que estamos presenciando, não se utilizava do Exército, mas sim das forças SS. (GASPARI, 2004, p.185)

O autor ressalta que, como ocorria havia algum tempo, os debates parlamentares relacionados com a tortura e os assassinatos davam-se num clima de dissimulação, “no qual a oposição evitava palavras fortes e a liderança da Arena contornava as denúncias. Ambos cuidavam de que o Congresso não fosse contaminado pelo radicalismo do porão.

Dessa forma, como sucedera em 1968 ao discurso do deputado Márcio Moreira Alves, o aparte do senador paranaense também passara despercebido. Menos do vigilante e duro ministro do Exército, general Sílvio Frota. Na manhã de quarta-feira, 29 de outubro, ele telefonou para o ministro da Justiça, Armando Falcão:

Houve um fato desagradável, que criou uma situação delicada. Um senador do Paraná, Leite Chaves, aparteou o senador Paulo Brossard para dizer que o suicídio do jornalista Vladimir Herzog não passa de “um crime ignominioso”, tendo feito outras considerações que envolvem o Exército. Estou reunido com o Alto-Comando e aproveitei para ventilar a questão. Ninguém aceita o insulto e queremos uma reparação imediata. (id., p.190)

A confusão estava formada. Imediatamente, o ministro da Justiça telefonou ao líder do Governo no Senado, Petrônio Portella, e contou-lhe a encrenca. Além disso, solicitou-lhe a remessa das notas taquigráficas da sessão. Falcão, acionado pelo ministro do Exército, pretendia enquadrar Leite Chaves na implacável Lei de Segurança Nacional.

A raposa dissolveu a crise. Pouco depois, Petrônio disse a Falcão que expurgaria a transcrição dos debates da véspera, retirando o texto do aparte do senador. Quando o *Diário do Congresso* viesse a circular, dali a duas semanas, o aparte não teria acontecido. Era um truque, mas amparava-se na praxe que dá aos oradores não só o direito de rever os textos, como o de suprimir trechos dos discursos e apartes. Petrônio tinha amizade por Leite Chaves, um advogado paraibano que se elegera senador pelo Paraná. Moravam no mesmo prédio, e suas mulheres eram amigas. (GASPARI, 2004, p.191)

O ministro da Justiça telefonou ao general Sílvio Frota, e este aceitou a fórmula. Instantes depois, recuou. O Alto-Comando, segundo ele, insistia na reparação. Mais: a situação poderia agravar-se rapidamente, com “a tropa indo para a rua”. Só então o ministro da Justiça informou ao presidente Geisel o que estava ocorrendo.

O presidente mandou chamar o ministro do Exército ao seu gabinete no Palácio do Planalto:

Conversaram os dois. Frota entrou no gabinete de um presidente que parecia emparedado por tudo o que acontecera nos últimos meses, nos últimos dias e nas últimas horas. Recuava desde janeiro. Redefinira o significado da distensão. Engolira as prisões paulistas e o assassinato de Herzog. Era pouco. Deveria investir contra o Congresso. Aceitaria uma cassação ou, numa hipótese falsamente moderada, a abertura de um processo que o colocaria em posição idêntica à de Costa e Silva, em 1968. Geisel reagiu por reflexo e, por instinto, salvou sua presidência. (id., p.191)

Segundo o autor, o presidente bateu na mesa:

— Se quiserem insistir no caso, escolham lá um presidente e venham me substituir.

Em nova e nervosa conversa sobre o mesmo assunto, no mesmo dia, agora com a presença do ministro da Justiça, o presidente reiterava sua posição contrária ao processo contra o senador. Os três sabiam que Petrônio sumira com o texto do aparte. Pensou-se em usar a fita do debate. O presidente reagiu:

— Gravação não é prova aceitável pelos tribunais.

Tratava-se, na interpretação de Gaspari, de um “vidente despropósito”, pois o registro de uma sessão parlamentar é documento público. “O presidente não queria um processo em que Leite Chaves seria réu e ele, vítima”, escreveu.

Ocorre, porém, que no final da tarde da segunda-feira seguinte chegou ao Planalto a notícia de que a edição do dia 28 de outubro do *Diário do Congresso* começara a circular. A novidade: ela continha o aparte do senador Leite Chaves. Nunca se comprovou de quem foi a mão misteriosa que providenciou não só o seu reaparecimento, mas também a impressão dos debates em apenas quatro dias úteis, quando isso levava até duas semanas.

A reação de Petrônio Portella foi imediata. Ele articulou a retenção dos exemplares que estavam na gráfica e coordenou o recolhimento das cópias mandadas aos gabinetes dos senadores. Heitor Ferreira (secretário particular do presidente) anotou: “Ordem para recolher, suspender, destruir o *Diário*. Escaparam 150 exemplares, e um deles foi entregue ao general Sílvio Frota”. (GASPARI, 2004, p.200)

Nesse ínterim, um militar de alta patente procurou Petrônio para pressioná-lo a lavar as mãos com Leite Chaves. O militar disse-lhe que o grupo dele estava muito contrariado com a sua atitude de interferir em favor do senador. Petrônio não se alterou:

— Pois eu estou muito orgulhoso da oposição de vocês a mim. Vocês jamais contarão comigo para mutilar, com uma cassação, a instituição a que jurei servir.

Elio Gaspari conta, ainda:

A molecagem que poderia levar a uma crise militar foi novamente dissolvida pelo desembaraço de Petrônio Portella, que providenciou uma reimpressão expurgada do *Diário do Congresso*. Petrônio reuniu-se com Leite Chaves e mostrou-lhe que só havia um caminho: a retração imediata, pública. Percebendo que fora empurrado para o papel de espoleta, Leite Chaves aceitou a humilhação. Petrônio ajudou-o a escrever uma nota acrobática, na qual se retratava sem se referir a uma só palavra do que dissera. (GASPARI, 2004, p.200)

O senador falou, no dia seguinte, para um plenário lotado:

Reconheço que a cada dia cresce em todos os países o papel do Exército e das Forças Armadas no Setor da Segurança. Exaltamos a indispensabilidade de sua atuação para preservar a ordem e a paz social. (...) O Exército e as Forças Armadas credenciaram-se no passado e credenciam-se no presente ao respeito dos brasileiros, acionando, sempre que necessário, os mecanismos de segurança para manter a paz. (ibid.)

Acabou sob aplausos, segundo o registro de Elio Gaspari. O autor completa que o discurso de Leite Chaves expulsara do Congresso a mandiga destinada a envolvê-lo na crise militar provocada por uma declaração que nenhum órgão de imprensa publicara e que vagava por Brasília em cópias de uns poucos exemplares de um *Diário do Congresso* que fora recolhido.

O senador Teotônio Vilela, um arenista que se distanciara da ditadura, festejaria o desfecho do episódio:

— Volta-se a respirar normalmente em Brasília e no Brasil. O circo dos histriões desarmou-se. Nas rodas dos tristes, a face contraída abriu-se com sinais de alívio.

Em suas duas gestões na presidência do Senado, em 1971-72 e 1977-79, Petrônio Portella ampliou e modernizou a Casa, construindo salas de comissões e gabinetes, reequipou o Centro Gráfico do Senado e implantou um plano editorial vigoroso, com a publicação de obras de alto valor histórico, jurídico e político. Desse ingente esforço, durante sua primeira gestão, resultaria a publicação, em sete volumes, de *O Parlamento e a Evolução Nacional, Anais da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa de 1823, A Constituinte e Parlamentares do Império*.

Em sua segunda gestão, quando foi reconduzido à presidência do Senado em substituição ao mineiro Magalhães Pinto, intensificou o plano editorial, com *Atas do Conselho de Estado*, *O Conselho de Estado. O quinto poder?*, *Anais do Senado do Império do Brasil*, dos quais foram editados ainda 45 volumes, *Índices dos Anais do Parlamento Brasileiro – Câmara e Senado, 1826 – 1889* e *No Senado do Império*.

Por essa contribuição à cultura nacional, recebeu da Academia Brasileira de Letras a Medalha Machado de Assis, a mais significativa comenda da instituição, em 18 de janeiro de 1973. Mais tarde, no Piauí, no governo Hugo Napoleão e na gestão do deputado estadual Jesualdo Cavalcanti como secretário de Cultura, o Plano Editorial do Estado ganhava o seu nome.

Porém, o que assinalou perante a história a sua passagem pelo comando do Congresso foi o seu esforço em busca do entendimento entre governo e oposição em torno das reformas político-institucionais que substituíssem o regime de exceção pelo Estado democrático de direito.

Os amigos que conquistou no Senado se mantiveram fiéis à sua memória. O advogado e escritor piauiense Magno Pires, que serviu à Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), testemunhou, em Recife, após a morte de Petrônio, um encontro do governador Lucídio Portella com Daniel Krieger, aquele senador gaúcho que primeiro lhe deu a mão, em Brasília:

— Daniel Krieger, ao conversar com o irmão de Petrônio Portella, não resistiu e chorou. Eu presenciei as convulsões emotivas dele. Ninguém me disse. Eu vi.

Uma elegância irônica

Petrônio Portella se distinguiu como um homem elegante, no trato e nas palavras. Era um vaidoso incorrigível, no bom sentido. Em sua obsessiva preocupação com a aparência, tinha mais de 100 ternos, impecavelmente talhados. Ninguém no Senado se lembra de tê-lo visto repetir uma gravata. Vestia-se em tom sobre tom.

Seu alfaiate, Zezinho, ia provar-lhe as roupas em seu gabinete-

te, no Senado, quase toda quinzena. Além de combinar os ternos, camisas, meias e sapatos, fazia questão de usar o isqueiro e relógio também combinados. Com 1,70 metro de altura, não era bonito, porém se tornava elegante e charmoso, além de envolvente.

Conta-se que, uma vez, brincou com o deputado federal Djalma Marinho, que nunca se preocupou com a elegância:

— Djalma, meu querido, como é que você poderá ser presidente usando sapatos pretos com meias marrons?

O senador Jarbas Passarinho, seu amigo em Brasília, se reportou à vaidade e à ironia de Petrônio:

Faço questão de recolher de Petrônio a imagem do homem que ria com os olhos, que ironizava com finura e que na sua paisagem humana tinha sempre aquele indefectível cigarro, ou pendente dos lábios ou preso elegantemente às mãos em gesticulação abundante. Troçador, muito troçador, diante do mau gosto que ele atribuía a alguns dos companheiros que se vestiam, segundo ele, mal, o mais troçador ainda quando admitia que se vestiam bem, porque o elogio era cheio de insinuações malévolas. (PASSARINHO, 1993, p.151)

Petrônio era também um descobridor de talentos. Em 1972, ele lançou o jornalista e radialista Carlos Augusto de Araújo Lima à Câmara Municipal de Teresina, praticamente contra a vontade do comunicador. Carlos Augusto era um campeão de audiência, com programa de notícias e comentários na Rádio Pioneira de Teresina, a emissora católica do Piauí, depois, deputado estadual por vários mandatos e, hoje, decano da crônica política piauiense.

Lançado à última hora, quando a convenção já havia passado e seu nome entrou em substituição ao de outro candidato, o radialista estourou nas urnas. Sua votação é, até hoje, um recorde nacional que não foi quebrado.

Antes da posse, o novo vereador correu a Brasília, para apresentar-se ao presidente do Congresso Nacional. Petrônio encerrava uma conversa com o deputado federal Tancredo Neves quando Carlos Augusto, seu amigo do Piauí, entrou em seu gabinete. O conterrâneo chegava metido num terno espalhafatoso e com uma extavagante gravata. Mal comparando, parecia com o cantor cearense Falcão, só que baixinho e gordinho.

Após rápido aperto de mão, o senador apresenta o amigo piauiense a Tancredo Neves como seu vereador e o mais votado do Brasil. E pergunta ao novo vereador:

— Quem é seu alfaiate? Qual é o endereço dele?

Convencido de que era todo elegância estreando o terno que encomendara especialmente para visitar o senador, Carlos Augusto abre largo sorriso e pergunta:

— Gostou, senador?

E Petrônio, apressado:

— Não! Não é isso! Eu quero saber o endereço dele apenas para nunca passar nem na porta.

A ironia, traço presente em sua personalidade, subia à tona sempre que surgia a oportunidade. Ele assumiu o Ministério da Justiça com dois projetos para 1979 – a anistia e a reforma partidária – e uma incerteza para 1980 – a realização das eleições municipais marcadas para novembro.

Petrônio queria essa eleição, mas perdeu a parada já em 79. Foi aprovada a prorrogação dos mandatos dos prefeitos e vereadores.

Antes disso, uma tarde, em seu gabinete, numa conversa sem testemunhas com um jornalista de Brasília, ele diz:

— Achem que a eleição vai ser impossível, porque os partidos velhos terão desaparecido e os novos ainda não estarão prontos. Mas, se eles deixarem, eu sei como fazer a eleição.

— Eles quem?

Petrônio, impaciente, talvez achando insolente a pergunta, talvez achando indiscreta a resposta ou incômoda a situação, saiu-se com esta:

— Ora, a área econômica...

Sobre a vaidade de Petrônio Portella, o senador Jarbas Passarinho contou, ainda:

Vaidoso, vaidoso como todos nós. Vaidoso de fazer bem aquilo que lhe era cometido, vaidoso de se sentir vitorioso no debate, vaidoso até diante de certas circunstâncias que, muitas vezes, nessas conversas que tínhamos, eu a elas tinha acesso. Certa feita, ele me disse:

— “Não entendo você. Imagine que ontem uma das minhas filhas, vendo-o na televisão, voltou-se para mim e disse:

— Papai, quantos anos você é mais velho que o Jarbas Passarinho?”

E disse ele:

— “Fiquei profundamente ofendido. Sou mais novo que você quatro anos”.

Apenas me defendi dizendo: não pinto os cabelos, e talvez, no momento, a televisão me tenha favorecido um pouco mais do que você. Mas não se preocupe. Não se preocupe porque você que se sente tão jovem deve lembrar-se daquela velha malícia de um homem entrado em anos, que dizia que a juventude é um mal que passa com o tempo. (PASSARINHO, 1993, p.151)

Petrônio se envaidecia, também, do dever cumprido, como deixou claro no final de fevereiro de 1979, ao discursar em Teresina, numa solenidade em que era homenageado pelo Governo do Piauí:

Do Presidente da República aos escalões menores, a todos recorro numa incessante atividade em favor do nosso povo. No dia 1º de janeiro deste ano, em Campo Grande, tive a satisfação de ouvir do Presidente Ernesto Geisel:

— No meu Governo, proporcionalmente, foi o Estado do Piauí o mais beneficiado com verbas extras, graças a você e ao Velloso (João Paulo dos Reis Velloso, economista piauiense que foi ministro do Planejamento nos Governos Médici e Geisel) (PORTELLA, 1980, p.680)

Sabia também superar e perdoar as ofensas contra si, como a da autoria de Carlos Lacerda, desprezando seu papel inicial no cenário nacional:

— O governo vai mal, pois até o líder é do Piauí.

Anos depois, do alto de sua liderança consagrada nacionalmente, coube-lhe saudar a memória do agressor gratuito. E, demonstrando ser desprovido de sentimentos inferiores:

— Carlos Lacerda se fez querido e temido, amado e odiado, através de uma vida cheia, laboriosa, acidentada e brilhante.

Uma lembrança de sábados passados

Nos finais de semana, Petrônio costumava recolher-se à chácara *Valença*, construída nas proximidades da cidade satélite Sobradinho, nas cercanias de Brasília. Seu lazer se resumia, então, a esporádicas fugas para a chácara, único local onde conseguia se dedicar a leituras descompromissadas.

Um de seus prazeres era justamente receber amigos na chácara para os famosos churrascos em companhia da família, que queria sempre unida ao seu redor. O senador Hugo Napoleão recordou aqueles encontros, na homenagem que o Senado prestou a Petrônio na passagem dos 20 anos de seu falecimento:

Como homem de família posso testemunhar: tive a ventura de conviver com o senador Petrônio, dona Iracema, Petrônio Filho, Sônia e Patrícia. O lar era de total harmonia. Participei de muitos encontros na chácara *Valença*, em Brasília, e na casa da avenida Kennedy, em Teresina. Na primeira, o grupo eventualmente variava, mas dele costumava participar o irmão Elói, o concunhado Wilson do Egito Coelho, o poeta H. Dobal, o educador Paulo Nunes, o médico Luís Carvalho, as esposas e o hoje deputado federal Paes Landim; na segunda, era uma verdadeira romaria: parentes, amigos, políticos e populares. A todos recebia com fidalguia e satisfação. Vale lembrar que, nas reuniões, costumávamos, um a um, elogiar a sua atuação da semana, enaltecendo o seu trabalho ou as suas atitudes. Devo dizer que o senador não se “aborrecia” com as observações....(NAPOLEÃO, 2000, p.9)

O poeta H. Dobal, animado participe dos encontros de sábado à tarde na chácara *Valença*, escreveu uma crônica de tocante inspiração em memória de Petrônio em que exprime o desalento que a todos abateu, ao assinalar:

O grupo reduzido da chácara *Valença*, o fechado clube familiar a quem ele servia um vinho alegre e o brilho, a agilidade de suas conversas, é agora apenas uma lembrança de sábados passados. (NUNES, 1985, p.34)





Ato de inauguração do Prodasen, o Centro de Processamento de Dados do Senado



Petrônio conduziu a sessão de posse do presidente Geisel no Congresso Nacional

Reprodução

ENTREVISTA: SENADOR PETRÔNIO PORTELLA

Vivemos uma etapa decisiva

PARA O LÍDER DA ARENA, BOAS
INSTITUIÇÕES POLÍTICAS
DEPENDEM DE UM PAÍS "MAIS IGUAL"

Por D'Alembert Jaccoud

O senador Petrônio Portella, 50 anos, líder do governo no Senado, chega a ser original. Como a grande maioria dos políticos, ele preferiria o Rio de Janeiro a Brasília. Mas, como não chega a ser um frequentador assíduo das praias nem das possibilidades oferecidas pela noite carioca — em parte por recomendação médica, em parte "por medo mesmo" —, Portella permanece em Brasília fazendo política 24 horas por dia. Por seu gabinete ou sua residência desfilam com a mesma desenvoltura homens da Arena e do MDB, e todos lhe reconhecem agora a condição de "melhor elo" entre o Congresso e o Palácio do Planalto. "É o único que sobe o Olimpo", diz, a seu modo rebuçado o emedebista mineiro Tancredo Neves, querendo indicar que seus contatos palacianos não se esgotam nos gabinetes dos andares inferiores.

Herdeiro do senador Filinto Müller no comando partidário, Petrônio Portella reuniu em sua já longa vida pública experiência suficiente para desempenhar essas funções com eficiência. Deputado estadual no Piauí, onde liderava a extinta União Democrática Nacional, governou o Estado exatamente quando aconteceu a Revolução de março de 1964 — e com ela foi para o Senado, já sob a legenda nascente da Arena. Seu lazer se resume a esporádicas fugas para o sítio que mantém nas proximidades da cidade satélite de Sobradinho, único local onde consegue se dedicar a leituras descompromissadas.

O agricultor Petrônio Portella não pretende, contudo, contribuir para a produção: "Meu sítio é consumidor". Piauiense de Valença, Portella teve, na mocidade, uma ativa participação na política estudantil, como líder da Reforma, o mais ruidoso partido da vida universitária carioca, e que disputava a direção do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira — o renomado CACO — na Fa-



Portella: mensageiro ao Olimpo

culdade de Direito da Universidade do Brasil.

No final da semana passada, enquanto aguardava a chegada ao Congresso do projeto do governo restringindo o uso do rádio e da televisão durante a campanha das próximas eleições municipais, o comandante arenista, com elogiável discrição, podia chamar a atenção para um ponto a seu ver importante: o partido teve participação direta no episódio e o texto que afinal chegou ao Parlamento estava quase ao gosto dos políticos, pois preserva o uso do rádio e da TV nas eleições estaduais e federais e ainda torna automática a aplicação de um velho dispositivo legal, até agora não regulamentado, pelo qual os partidos podem utilizar esses veículos também fora dos períodos eleitorais.

A Revolução como um desestímulo

VEJA — Por que o governo achou necessário modificar a legislação sobre a propaganda partidária?

PORTELLA — O governo parte do princípio de que a legislação atual, em termos municipais, não é exequível — o raio de influência das emissoras de rádio e de televisão não é circunscrito ao município. Colocar essa lei em vigor seria praticamente conturbar a vida dos municípios periféricos, que são em maior número e não possuem suas próprias emissoras, para efeito somente dessas eleições. Considerando tais problemas técnicos, a propaganda ficará restrita à divulgação da qualificação dos candidatos.

VEJA — A nova lei vigorará, então, apenas para as eleições municipais?

PORTELLA — Exatamente. Mas entendemos também que devemos aproveitar essa oportunidade para dar execução ao dispositivo da lei orgânica dos partidos políticos, pelo qual as agremiações podem utilizar gratuitamente o rádio e a televisão para a doutrinação partidária e programática.

VEJA — O MDB poderia utilizar tais programas para fazer críticas ao governo?

PORTELLA — Se o programa do partido prevê, para os diversos problemas, soluções diferentes das que estão sendo adotadas, é claro que sim. Porque do contrário ficaria uma dissertação meramente acadêmica, perdendo o sentido operacional que a lei visa. Tudo isso reforçaria a atividade política.

VEJA — O senhor concorda em que caiu muito o nível da representação política?

Nas páginas amarelas de Veja, o senador Petrônio Portella aponta rumos para as instituições

Acervo: Francelino Pereira



Eurico Resende, Marco Maciel, Francelino Pereira, Petrônio Portella e Zezinho Bonifácio: raro momento de descontração na dura rotina da Missão Portella

Acervo: Fundação Milton Campos



Petrônio Portella com lideranças políticas

Acervo: Memorial Petrônio Portella



Itamar Franco e Tancredo Neves ouvem o senador Petrônio Portella

Reprodução: Veja



O abraço de Geisel, o general presidente que mais o prestigiou

Acervo: Fundação Milton Campos



Com o jornalista Carlos Castello Branco, principal colunista político do Brasil, na segunda metade do século XX

Acervo: Fundação Milton Campos



Conversa de pé de ouvido com o senador Jarbas Passarinho, influente político de sua geração

Reprodução: Hélio Silva



*Com o senador Magalhães Pinto e
outras lideranças políticas*

Reprodução: *Manchete*



O tradicional churrasco em família, na chácara Valença, em Brasília





Conferência na Escola Superior de Guerra, em 1971

Foto: Luís Humberto



Nos bastidores do Congresso, a conversa olho no olho com o senador Paulo Brossard

Foto: Luís Humberto



Com Thales Ramalho, o emedebista que era seu amigo

Acervo: Fundação Milton Campos



Petrônio na presidência de sessão do Congresso Nacional



*O presidente Geisel e os generais
Sílvio Frota e João Figueiredo*

Reprodução



Na capa de Veja, edição de março de 1977, a aposta no diálogo

Acervo: Memorial Petrónio Portella



Reprodução



Com o general Golbery do Couto e Silva, com quem fazia dobradinha nas articulações políticas do Palácio do Planalto

Na capa do jornal "O Pasquim": abertura com humor

A linguagem metafórica de Petrônio, variando entre o dito e o não dito, inspira os chargistas



Reprodução

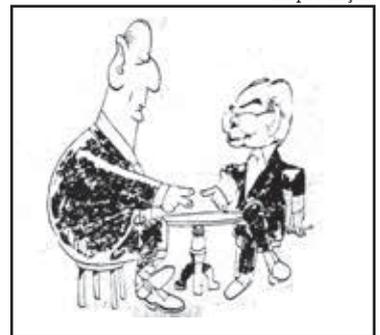


Nos Estados, todos se achavam em condição de ser candidatos da Arena a governador

Reprodução



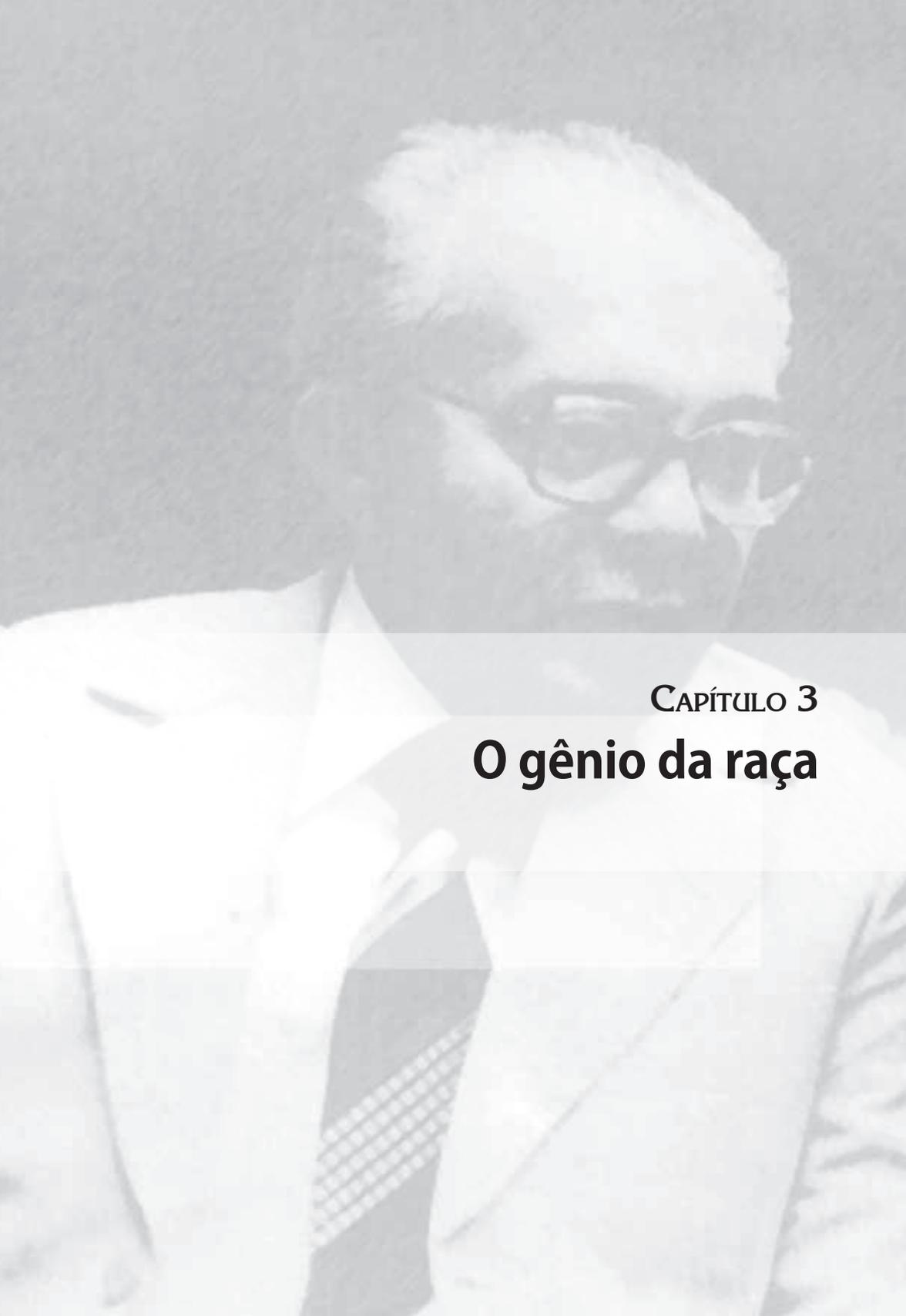
Reprodução



Reprodução: Veja



*Com o senador Magalhães Pinto,
a quem sucedeu na presidência do
Senado*



CAPÍTULO 3

O gênio da raça

O Piauiense do Século

Em 2000, 20 anos depois de sua morte, o senador Petrônio Portella foi aclamado “O Piauiense do Século”, na área da política, através de eleição patrocinada e organizada pela TV Cidade Verde, afiliada do SBT e pertencente a um dos mais importantes grupos de comunicação do Estado. Os piauienses participaram da votação durante semanas.

A premiação deu-se em noite de gala, no Teatro 4 de Setembro. Dona Iracema Portella recebeu, em nome da família, a distinção com que os piauienses homenagearam Petrônio, sempre vivo na memória de seu povo, a quem honrou e orgulhou no exercício dos diversos mandatos eletivos que conquistou nas urnas e dos cargos públicos que desempenhou.

A homenagem, prestada duas décadas depois de seu falecimento, traduzia o reconhecimento e a gratidão dos conterrâneos à sua luta incansável em defesa do Piauí e do Brasil, à sua inteligência fulgurante e à sua devoção à causa pública, que abraçou desde a juventude com destemor, idealismo, abnegação e retidão moral.

O Piauí marcou profundamente a sua personalidade, como confessou em entrevista concedida dois anos antes de sua morte:

(...) E quanto ao fato de ser do Piauí, considero um privilégio, porque tenho a impressão de que foi daquela ambiência do lar que tive, da ranzinice de meu pai, da marginalização do meu povo, que aprendi a ser duro, resistente, tenaz, munindo-me do instrumental indispensável a algumas vitórias de que não me ufano, mas que considero etapas normais da vida de quem luta. (NERY, 1980, p.30)

Ao receber, no Palácio do Governo, em 28 de fevereiro de 1979, das mãos do governador Djalma Veloso, a Medalha Grã-Cruz da Ordem Estadual do Mérito Renascença do Piauí, a mais importante comenda do Governo do Estado, Petrônio, já encerrando o seu

segundo mandato de presidente do Senado Federal, confirmava a influência da terra-berço em sua formação :

(...) Nas andanças que o mandato me obrigou, no brasileiro prestante, esteve sempre o piauiense fiel que procurou dar de si o que a nacionalidade inspira e impõe, ao trabalho político mais eminente e difícil – o da construção das instituições livres, poderosas e democráticas. Daqui levei o que nunca se apagou, nem mesmo esmaeceu – a fé profunda e inabalável em Deus Todo-Poderoso, haurida no berço querido e austero, a qual foi mais forte que as tormentas do mundo, e muito mais que as minhas fraquezas esquecidas na hora de luta. Aqui aprendi cedo a não mentir e a lutar pelo autêntico, na tribuna ou nos diálogos, sempre o mesmo, combatido, mas respeitado, pois, intagáveis a compostura, a dignidade, a honra. (PORTELLA, 1980, p. 679)

Na mesma oração, extravasava sentimento telúrico:

A medalha que ostento já a trazia no mais profundo do meu ser. O que é da terra já está comigo, na fidelidade, na estima, na minha capacidade possessiva de amar. Sou da terra e posso dizer, solenemente, Senhor Governador, o que mais quero é saber honrá-la. Que Deus me guarde como sou e ela será dignificada agora e sempre. (PORTELLA, 1980, p.670)

O berço natal

Petrônio Portella Nunes nasceu no dia 12 de setembro de 1925, em Valença do Piauí, a 210 quilômetros de Teresina, no Centro-Sul do Estado. À época, era o maior município do Piauí, em extensão territorial, transformado depois em mais 14 cidades, que formaram a microrregião da Confederação Valenciana, com aproximadamente 110 mil habitantes. A população de Valença hoje é de 20 mil habitantes

Filho de Eustáquio Portella Nunes e Maria Ferreira de Deus Nunes (Inhazinha), era o sexto descendente numa prole de 12. Seus outros irmãos, do mais velho para o mais novo: José Natan Portella Nunes (médico e, depois, reitor da Universidade Federal do Piauí), Maria Doli Portella Nunes (funcionária pública municipal em Teresina), Maria Geni Portella Nunes (funcionária dos Correios), Lucídio Portella (médico, ex-governador do Piauí, ex-vice-governador e ex-senador da República), Maria Dolores Por-

tella Nunes (servidora pública federal), Maria das Graças Portella Nunes, Maria Luisa Portella Nunes, Eustachio Portella Nunes Filho (médico), Maria de Lourdes Portella Nunes (professora, foi vice-reitora da Universidade Federal do Maranhão), Maria Célis Portella Nunes (professora da Universidade Federal do Piauí) e Elói Portella Nunes Sobrinho (engenheiro e ex-senador da República).

Petrônio viveu a infância num lar estável, em regime de autoridade, disciplina, zelo e carinho familiares, de fé cristã e pobreza. Seu pai, Eustáquio Portella, nascido em Valença do Piauí (1891) e falecido em Teresina (1973), era modesto comerciante e político. Foi vereador e presidente da Câmara Municipal, em sua terra natal, além de prefeito por dois mandatos.

Petrônio fez os estudos primários onde nasceu, tendo como professor José Francisco Ferreira da Silva, o mestre José Francisco, que lhe esgotou as possibilidades locais de instrução.

O menino que falava mal

Demóstenes (384 a.C. - 322 a.C.), o grande tribuno grego, foi considerado não só o maior orador de seu tempo, mas ainda o maior orador da Antiguidade clássica. Adotou, como seu mestre, Iseu, de rara eloquência. Na elaboração de seus discursos, trabalhava como ourives: corrigia, requintava, polia, aprimorava e retocava, escrevendo e reescrevendo.

Conta-se que, garoto ainda, Demóstenes assistiu a um julgamento no qual um orador chamado Calístrato teve um desempenho brilhante e, com sua verve, mudou um veredicto que parecia selado. Demóstenes invejou a glória de Calístrato ao ver a multidão escoltá-lo e felicitá-lo, mas ficou ainda mais impressionado com o poder da palavra. Assim, alimentou a esperança de se tornar um grande orador - sonho que parecia impossível, devido à sua gagueira.

Determinado a se tornar também um grande tribuno, partiu para ingentes exercícios. Construiu um subterrâneo em sua residência, onde ficava durante meses a fio e por dias inteiros fazendo declamação. A fim de que não tivesse vontade de aparecer em público,

segundo Plutarco (46-126 d.C.), raspou a metade da cabeça. Assim, por sua vontade férrea, transformou-se em extraordinário orador.

Demóstenes pronunciava mal os vocábulos e obteve uma dicção perfeita através de seguidos exercícios, treinando a respiração e articulando as palavras com pedrinhas dentro da boca, até vencer a gagueira.

Como Demóstenes, o menino Petrônio tinha defeito de articulação de algumas palavras, ao ponto de causar vexames pelos disparates resultantes da pronúncia inadequada. Por isso, tinha ordens de não se aproximar das rodas de visitas estranhas, o que representou estímulo para, cedo na vida, manifestar-se aquilo que para toda sua existência seria traço relevante de sua forte personalidade – a determinação.

Também à maneira de Demóstenes, decidido a corrigir-se, Petrônio tomava de uma folha de papel onde registrava os vocábulos mal pronunciados e, isolado das pessoas, repetia-os, em voz alta, por longo tempo, diariamente. Naquela época, alguém que o flagrasse nesse exercício hercúleo para dominar a dicção por certo o tomaria como louco.

Foi bem sucedido no esforço. A propósito, o médico Zenon Rocha, seu amigo e sucessor na cadeira número 16 da Academia Piauiense de Letras, registrou, ao tomar posse, a 25 de junho de 1981:

Muito tempo depois, já no apogeu de sua brilhante carreira parlamentar, observava o senador Jarbas Passarinho, desconhecedor dos antecedentes: “Rápido no raciocínio, duro na resposta, ora irônica ora sarcástica, vergastava e era vergastado, mas a voz não silenciava, a voz que eu me perguntava por que mistério, com a tintura de uma cultura universal, permanecia provinciana? Por que os verbos de segunda conjugação nunca tinham final?” Ignorava o senador que restava o que o empenho não conseguira vencer (ROCHA, 1983, p.12)

A mudança para a capital

Em 1936, já com os dois filhos mais velhos encaminhados aos estudos na capital, a família Portella Nunes transfere-se

para Teresina, a fim de oferecer igual oportunidade de educação aos demais filhos. A mudança não se fez de improviso, mas obedeceu a previdente plano, para cuja efetivação Eustáquio Portella já havia adquirido casa na cidade. Este foi, aliás, o destino de muitas famílias interioranas, sobretudo as mais numerosas, quando desejavam para os filhos melhor nível de instrução.

Aos 12 anos de idade, Petrônio iniciava os estudos de Humanidades no Colégio São Francisco de Sales, o Diocesano, então dirigido por seu tio, monsenhor Cícero Portella Nunes, sacerdote erudito e interessado pela vida pública. Logo, o diretor identificava no jovem estudante as condições de responsabilidade e de capacidade de comando e lhe confiava o cargo de bedel (prefeito do educandário).

Para o menino, o emprego representou muito, mesmo com minguada remuneração. Era o início de uma luta que travaria pela própria subsistência, daí por diante e pelo resto da vida de estudante. Além disso, “abria vaga” nos poucos recursos familiares para o custeio dos estudos dos irmãos mais novos.

No Diocesano, naquela época, os alunos tinham aulas na parte interior e dormiam e faziam refeições na parte superior, dotada de amplo refeitório. O ex-governador Djalma Veloso, também valenciano e seu contemporâneo no Diocesano, contou em seu livro de memórias (*Djalma Veloso – o político e sua época*), organizado pelo jornalista Kenard Kruel e lançado em 2006, em Teresina:

O Petrônio, muito religioso, todas as noites, antes de dormir, passava pelo menos duas horas rezando. Era reza que não acabava mais. Rezava para todos os santos e por todos os pecadores. Depois, pegava uma corda e amarrava os pés no pé da cama. Sonâmbulo, procurava, dessa forma, evitar sair caminhando pelo colégio. (KRUEL, 2006, p.283)

A propósito, Petrônio carregou por toda a vida a religiosidade do adolescente que estudou no colégio interno dos jesuítas. Em Brasília, já um político de projeção nacional, ele ia rotineiramente à missa dominical com a mulher e os filhos. Quando não dava para se acompanhar da família, ia sozinho à igreja.

— Papai era católico praticante. Todas as noites rezava com mamãe antes de dormir – relatou seu filho, em entrevista à revista *Manchete*, em 1983.

Do Diocesano, Petrônio se transferiu para o Liceu Piauiense (Colégio Estadual Zacarias de Góis), onde concluiu o ginásio. Mais tarde, aos 16 anos, quando estudante do científico, lecionou Português, Matemática e História e exerceu as funções de secretário do Colégio Demóstenes Avelino, em Teresina, convidado pelo seu diretor, professor Felismino Freitas Weser (1895-1984). A atividade de magistério significou o prêmio de sua cuidada formação humanística, além de satisfazer-lhe a inclinação para o ensino.

Manoel Paulo Nunes, professor, escritor, ex-presidente da Academia Piauiense de Letras e atual presidente do Conselho Estadual de Cultura, foi amigo de juventude e da vida inteira de Petrônio Portella. Ele rememora o clima de interesses intelectuais de sua geração, na qual se inseria destacadamente o adolescente Petrônio Portella.

Tais atividades foram vividas com aquele ardor espiritual e quase místico que somente a paixão literária é capaz de inspirar, adquirido no convívio de uma geração que se deu por inteiro aos problemas da inteligência, a serviço das causas de dignificação do homem... Víamos a literatura como fonte suprema de inspiração de nossas atividades. Para nós, só seriam válidas as posições políticas se pudessem ser encaradas sob o prisma literário. Ao contrário dos moços de hoje, víamos a política e as demais manifestações da vida pública somente até o ponto em que servissem de suporte aos valores literários. Aquele empolgante e ardoroso debate entre Clérigos e Cidadãos, do qual seriam expressões marcantes as obras *A Traição dos Clérigos*, de Julian Benda, e *Os Irresponsáveis*, de Archibald Mac Leish, não nos deixaria indiferentes, pois vendo no intelectual um clérigo, na defesa intransigente dos valores literários, não éramos uns absenteístas ou partidários da “Arte pela Arte”. Queríamos assim o artista cidadão participante, lutando pelas causas do homem, impregnando suas obras das dores e comoções do seu tempo. Repetiríamos assim como Carlos Drummond de Andrade:

“Não serei o poeta de um mundo caduco.

.....

O tempo é minha matéria, o tempo presente,
Os homens presentes, a vida presente”.

(ROCHA, 1983, p.13)

Em 1944, aos 19 anos, Petrônio transferiu-se para o Rio de Janeiro. Ele partia para a metrópole pela mesma razão por que o faziam outros contemporâneos seus que se transformaram em figuras expressivas da política piauiense (Helvídio Nunes, Djalma Veloso, Dirceu Arcoverde e Tibério Nunes, entre outros): a busca da formação superior. Todos estes se tornaram governadores. Djalma conta como se dava essa diáspora:

A maioria dos estudantes que saía do Piauí buscava formação em medicina ou direito. Como os deslocamentos para outros estados eram geralmente onerosos, só os filhos de famílias mais abastadas ou as que faziam das tripas coração, como no meu caso, poderiam satisfazer suas aspirações. (KRUEL, 2006, p.69)

No Rio, Petrônio matriculou-se no Instituto Rabelo, na Tijuca, onde concluiu curso equivalente hoje ao Ensino Médio. O jovem piauiense conseguiu emprego nos Correios e Telégrafos para se manter na capital da República e custear seus estudos. Trabalhando e estudando, começou a praticar política na União Metropolitana de Estudantes (UME), a filial mais importante da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Depois, em 1947, aos 22 anos, ingressou na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro. A Faculdade funcionava no prédio do “Velho Senado”, descrito na memorável crônica de Machado de Assis e situado na rua Moncorvo Filho, que nasce (ou desemboca) na Praça da República.

Na Faculdade, destacou-se como um dos líderes mais atuantes da *Reforma*, grupo fundado em 1947, juntamente com outro, a ALA. Toda a atividade política de então se fazia em torno do CACO (Centro Acadêmico Cândido de Oliveira). Os estudantes brasileiros, como tantos outros segmentos, viviam o engatinhar da redemocratização do país, após a queda da Ditadura Vargas, em 1945.

Comunicativo e persuasivo, Petrônio assumiu no diretório o posto de diretor do jornal *A Crítica*. Por esse tempo, foi também diretor de publicidade da UNE (União Nacional dos Estudantes), cujo presidente era Roberto Gusmão.

Como líder estudantil, conseguiu unir liberais e esquerdistas e transformou, a partir daí, a sua vocação em missão de toda a sua existência.

Helvídio Nunes, ex-governador do Piauí, ex-senador e correligionário de Petrônio na política piauiense, foi seu contemporâneo, também, na antiga Faculdade de Direito da Universidade do Brasil. Helvídio recordou:

Identificamo-nos sem intermediários e assim prosseguiu a nossa convivência durante mais de trinta anos. A mútua afinidade, inclusive política, começou, verdadeiramente, nos bancos universitários, pois que na Faculdade Nacional de Direito militamos na mesma organização partidária, que o elegeu, em 1949, meu substituto no pomposo cargo de diretor-redator-chefe do jornal *A Crítica*, combativo e temido periódico do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (NUNES, 1993, p.134)

O professor Pedro Calmon, que foi reitor da Universidade do Brasil naquele período, descreveu, em 1983, a figura do jovem acadêmico de Direito:

Petrônio Portella foi um de meus alunos mais estimados. Risonho, persistente, talentoso, sobressaía entre os colegas pelo idealismo comunicativo. Petrônio dava-me a impressão de um líder, impregnado do senso ou da grandeza de sua responsabilidade. (CALMON, 1993, p.210)

O velho mestre, um dos mais renomados educadores brasileiros, vaticinava, à época, a brilhante carreira do jovem piauiense:

Verifiquei que era um moço de boa vontade, inclinado ao estudo, pretendendo sair do anonimato pela porta larga da realização, afeito ao trabalho, dando à assiduidade (todos os dias) o selo da obrigação. Profetizei-lhe a vitória na vida. Nela triunfam os obstinados, os dedicados, os pontuais, que o fracasso fica por conta da leviandade, da incompetência, da fuga do dever, da fraqueza de ânimo, do ceticismo precoce (id., p.210)

Já senador, Petrônio recordava seus tempos de Faculdade de Direito:

Era uma turma muito grande, toda muito barra pesada. Passaram a ser excelentes profissionais, mas poucos tiveram atuação destacada na vida política. *A Reforma* era um partido que abrigava não só ude-nistas, pessedistas, como também a esquerda. Lá, nossa atuação tinha

um sentido de luta contra o fascismo e contra o oficialismo. Havia aqueles que lutavam contra o oficialismo e aqueles que tinham uma vocação mais libertária. Isso é que distinguia a ALA da *Reforma*. Cumpre acrescentar que, dentro da *Reforma*, havia infiltrações nítidas de esquerda e extrema esquerda, só posteriormente corrigidas através de uma luta interna que foi muito intensa. (NERY, 1980, p.25)

Derrota na estreia

Na verdade, com a política no sangue, Petrônio Portella já era um político precoce, que não demorou a ingressar na efervescente vida partidária de então. Ainda estudante, quando o Brasil acabava de sepultar a Ditadura Vargas e respirava os novos ares da redemocratização, ele passou a fazer política partidária concomitantemente com a estudantil. Seu partido era a UDN e o jovem universitário chegava a participar das convenções nacionais da sigla, pelo Departamento Estudantil.

Daí a querer disputar um mandato eletivo foi um pulo. Corria o ano de 1950. Sua família fazia política no Piauí. Seu pai, Eutáquio Portella, era prefeito de Valença do Piauí pela segunda vez. À época, Valença era o maior município do Estado, em extensão territorial. Um município do tamanho do Estado de Sergipe.

Petrônio avaliou que, levando-se em conta a expressão eleitoral de sua cidade e o fato de o seu pai ser o prefeito, a eleição para a Assembleia Legislativa seria certa.

O entusiasmo do candidato não o deixou ver que ele estava errado: o prefeito Eustáquio Portella não se mostrou um bom cabo eleitoral para o filho, como revelou, depois, o próprio Petrônio:

Não obstante o prestígio inegável de meu pai, fui vítima da sua ranzinze. Era um homem muito duro e não admitia qualquer concessão administrativa com inspirações eleitorais e se alguém disso lhe tratava era bastante para que até cancelasse planos anteriormente estabelecidos, para negar. Disso adveio inelutável a minha derrota. Procurei ajudar-me, mas por esses caminhos que não são exatamente os caminhos eleitorais. (NERY, 1980, p.26)

Resultado: na eleição de estreia, Petrônio ficou na terceira suplência de deputado estadual.

Derrotado, voltou para o Rio e concluiu o curso de Direito, em 1951. Além de Helvídio Nunes, ex-deputado estadual, ex-governador do Piauí e ex-senador, Dirno Pires Ferreira, deputado federal em várias legislaturas, estava entre seus colegas do Piauí. Formado, retorna para Teresina, onde instala uma banca de advocacia. Mergulhou na profissão. Logo adquiriu conceito, fama e clientela, porém a remuneração material jamais o empolgou. Helvídio Nunes destacou:

Meteórica foi a passagem de Petrônio Portella Nunes, porém, no exercício da advocacia. Entretanto, apesar de meteórica, deixou o brilho de sua inteligência em todos os atos que praticou, a marca do seu saber jurídico nas peças que produziu, inteligência e lastro jurídico aliados a diferentes provas de destemor, pois que tanto exigiu, muita vez, o patrocínio dos direitos que lhe foram confiados. (NUNES, 1993, p.135)

Petrônio advogou para a UDN, “circunstância que o transpôs, de forma definitiva e inexorável, para a política”, como destacou o senador Hugo Napoleão, na homenagem que lhe prestou no Senado, na sessão especial de 22 de fevereiro de 2000, dedicada à sua memória.

Em 1952, quando retornou definitivamente para o Piauí, ele assumiu a delegacia estadual do Iapetec (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes de Cargas), por indicação do deputado federal José Cândido Ferraz (Teresina, 1915-Cleveland (EUA), 1975). O parlamentar gozava de largo prestígio junto ao poder central.

Médico e deputado federal por três legislaturas, José Cândido Ferraz, uma das principais personalidades políticas do Piauí, nos anos 50 e 60, foi também senador. A ele atribui-se a descoberta da vocação de Petrônio para a política, ainda no Rio de Janeiro, na época de faculdade.

José Cândido Ferraz, integrante de família tradicional do Piauí e destacado líder udenista, além de abrir as portas da vida pública para Petrônio, empregando o novo bacharel no Iapetec, foi um de seus protetores, mais tarde, em outra fase delicada de sua carreira

política, em 1964, quando esteve ameaçado de ser cassado pelos militares.

Ao retornar ao Piauí, Petrônio praticamente ficou liderando a oposição no Estado. Nesse tempo, a UDN e o PSD se entregavam a um combate político sem trégua. Os pessedistas passaram a reivindicar o cargo público que ele ocupava. Na queda de braço com os adversários, o delegado do Iapetec acabou perdendo e ficou sem o emprego.

Com isso, passou a ser convocado continuamente para a Assembleia Legislativa, através de um sistema de licenças dos companheiros de bancada. Ficou permanentemente no mandato, o que lhe fez granjear uma posição de liderança incontestável, não obstante ser suplente. O ex-senador Helvídio Nunes conta:

Os deputados transformaram, na prática, uma expectativa em direito, de tal sorte que, permanentemente convocado, pode desempenhar, naquele quadriênio, com inexcedível competência, vigorosa, combativa e destemida ação parlamentar (NUNES, 1993, p.135)

Por essa época, enveredou também pelo jornalismo, combatendo duramente o Governo do Estado. No Piauí, o jornalismo de então era genuinamente político. Quem queria fazer política e ainda não dispunha de uma tribuna legislativa precisava passar, obrigatoriamente, pela imprensa partidária, para ganhar visibilidade pública e marcar posição.

Ao mesmo tempo em que escrevia para jornais, Petrônio dava toda a assistência jurídica ao seu partido. Acabou sendo, também, novamente, uma espécie de bedel da UDN, cuidando de tudo na legenda. Andou todo o Estado a serviço do partido, estruturando-o. Apesar da pouca idade, se fazia uma de suas figuras mais importantes.

O caso Zezé Leão

Petrônio Portella ganhou notoriedade no Piauí como advogado de acusação do temido Zezé Leão (1901-1956), que tinha fama de valentão. Ligado ao PSD, Zezé era acusado de várias atrocidades.

Mesmo assim, vivia na impunidade, pois tinha “as costas largas”, como se diz no Piauí dos protegidos do poder.

Um dos casos de grande repercussão em que Zezé Leão esteve envolvido foi o empastelamento do jornal *O Piauí*, que fazia oposição à ditadura local. O periódico surgiu em 1945, com a redemocratização. Seu fundador foi o comandante Helvécio Coelho Rodrigues, oficial reformado da Marinha.

Filho do jurista piauiense Coelho Rodrigues (1846-1912), autor do primeiro projeto do Código Civil Brasileiro e da lei que instituiu o casamento civil no Brasil, Helvécio Coelho nasceu na Suíça, onde seu pai se encontrava a serviço do governo brasileiro. Na carreira militar, alcançou o mais alto posto, o de almirante da Marinha de Guerra.

Em 1934, foi eleito deputado estadual pelo Piauí, sendo um dos signatários da Constituição Estadual de 1935. Formando com a oposição, perdeu o mandato em 1937, com o golpe dado por Getúlio Vargas em 10 de novembro daquele ano. Nas eleições de 1946, elegeu-se deputado federal pelo Piauí, integrando a Assembleia Nacional Constituinte.

Para o seu jornal, o comandante arregimentou figuras importantes do jornalismo piauiense, como Eurípides Aguiar (ex-governador e ex-senador), Júlio Martins Vieira, Ofélio Leitão, A. Tito Filho e Cunha e Silva. As críticas ao governo eram contundentes e virulentas. O jornal circulava três vezes por semana, sempre à tarde, cada vez mais inflamado, até sofrer um atentado.

Um bando chefiado por Zezé Leão invadiu o jornal durante a madrugada de 26 de outubro de 1946, destruindo tudo o que encontrava pela frente. Os trabalhadores presentes, como compositores e impressores, não reagiram. Ainda assim, o vigia Miguel Pedro de Sousa foi fuzilado, vindo a morrer. Depois do quebra-quebra e do assassinato, um clima de medo e revolta tomou conta de Teresina.

O enterro do vigia foi transformado num barulhento fato político. Houve grande acompanhamento. Ele passou a simbolizar a resistência aos atos arbitrários da ditadura. À beira de sua sepultura, os políticos de oposição se revezavam em discursos exalta-

dos, transformando o vigia em herói da democracia e mártir da liberdade.

O tempo passou, o jornal foi recuperado e voltou a circular. O crime entrou para a impunidade e caiu no esquecimento. A viúva do vigia comparecia, diariamente, à porta do jornal pedindo esmola para sustentar a filha menor. Uns davam, outros negavam. Um dia, depois de pedir a todos e nada conseguir, a mulher desabafou, entre lágrimas:

— De que adianta terem falado tanto e tão bem do meu marido, se nem o dinheiro para a sua sepultura me deram?

Pois bem! Tempos depois, numa briga de bar, em Teresina, em 1º de outubro de 1953, Zezé Leão matou, com dois tiros de pistola, o capitão Francisco das Chagas Batista Wanderley, da Polícia Militar. O criminoso se entregou à polícia. Ficou preso por pouco tempo. Logo ganhou liberdade. O crime obteve ampla repercussão no Piauí. Ninguém queria ser advogado de acusação, já que Zezé Leão pertencia a uma família poderosa, grande e influente politicamente. Petrônio aceita a causa e muita gente se interessou em saber quem era o jovem advogado com tamanha audácia.

No julgamento de Zezé Leão, transmitido ao vivo pela Rádio Difusora de Teresina, emissora da cadeia dos Diários Associados, a cidade parou por dois dias. Petrônio conseguiu a condenação do acusado a 15 anos de cadeia e, pela sua coragem e seu desempenho no Tribunal do Júri, tornou-se um nome popular em Teresina.

Tempos depois, em 1956, Zezé Leão foi morto covardemente pela polícia no município de Água Branca. Ninguém tinha dúvida que se tratava de um acerto de contas, para vingar a morte do capitão Wanderley. Impressionada com o destemor e a atuação de Petrônio, no julgamento de seu marido, tempos atrás, a viúva de Zezé Leão, dona Olinda, o procurou para contratá-lo para fazer a denúncia contra os assassinos do seu marido.

O líder da oposição casa-se com a filha do governador

Na advocacia, na imprensa e na tribuna da Assembleia, como

suplente convocado, Petrônio fazia a diferença. Já aí o Parlamento do Piauí conheceria um tribuno inspirado, afeito ao debate; um parlamentar assíduo ao plenário, às comissões técnicas e às discussões dos temas políticos de então, além de um articulador hábil. Era um político desassombrado e vigilante, de críticas contundentes aos atos do governo que considerasse incompatíveis com as expectativas da sociedade.

Como se sabe, PSD e UDN vinham de lutas titânicas desde o início da redemocratização de 1945, que marcou o fim da Ditadura Vargas. Na Assembleia Legislativa do Piauí, na condição de um dos mais aguerridos membros da oposição, Petrônio abria fogo cerrado, da tribuna, contra a administração do governador Pedro Freitas (1951-1955), do PSD.

Só que, por ironia do destino, o líder da bancada oposicionista viria a se apaixonar pela filha do governador, Iracema de Almendra Freitas. Mesmo assim, como franco-atirador da UDN, não recolheu as armas. E continuou disparando contra o governo. No Piauí, dizia-se que Petrônio batia no governador durante o dia, da tribuna, e, à noite, ia à casa dele, acariciar sua filha, que era a sua namorada.

Era uma situação inegavelmente difícil! Mas... “tudo é bom, quando acaba bem (*all is well, that ends well*)”, já ensinava a sabedoria de Shakespeare. Em 19 de maio de 1954, Petrônio se casava com Iracema, sua virtuosa e dedicada esposa pelo resto de sua vida.

Contudo, seus novos vínculos de família não o levaram a arrefecer a vigilância sobre os rumos do governo. Para isso colaborou a esposa, como relatou Bernardino Viana, suplente de Petrônio no Senado:

— Ela procurou pôr cada coisa em seu lugar, separando muito bem as ternuras do amor das lutas da política.

Justiça seja feita: o governador Pedro Freitas não era um homem de briga. Comerciante próspero, de espírito conciliador, ele foi o responsável pela pacificação política do Piauí, numa fase em que as lideranças eram tremendamente agitadas e chegadas a vinditas. Além do mais, fez um governo austero. A oposição que Pe-

trônio lhe fazia tinha mais a ver com os arroubos da juventude e o propósito de uma liderança que queria se afirmar.

Petrônio costumava justificar a sua conduta dizendo não ter combatido a pessoa respeitável do governador, mas os atos do governo. Pedro Freitas (1891-1990) não lhe guardou mágoa e tudo relevou. O genro continuaria, entretanto, com os seus escrúpulos. Mesmo já integrado à família, recusou, mais tarde, auxílio financeiro oferecido pelo sogro para sua campanha ao Governo do Estado, mesmo dele necessitando muito.

O governador Pedro Freitas era, em verdade, um homem dotado de senso prático e também de senso de humor. Pegou o governo numa época de radicalizações políticas incontornáveis. PSD e UDN se digladiavam incessantemente. Na Assembleia Legislativa, as bancadas do governo e da oposição se equiparavam. O governador precisava de um voto para fazer a maioria no parlamento.

Para sair do aperto, Pedro Freitas entabulou entedimento, por debaixo do pano, com um parlamentar da oposição. À margem das negociações, a bancada situacionista inquieta-se com a iniciativa do governador em fechar acordo com um deputado adversário para compor com seu esquema. Incorporada, a bancada vai ao Palácio cobrar satisfação. O líder do grupo adianta-se:

— Mas, governador, como é que o senhor compra e traz para o nosso lado um cabra safado desse?

Pedro Freitas, incontestável:

— Muito simples: eu só posso comprar mesmo é um cabra safado, porque um deputado sério não se vende.

Parêntese: o professor Pedro Calmon contou que, depois da formatura de Petrônio, veio do Rio a Teresina para examinar um candidato à vaga de professor catedrático de Direito Constitucional na Faculdade de Direito do Piauí. Ele narra o reencontro com seu ex-aluno com graça e ternura:

Para receber-nos, compareceram à estação representantes oficiais, confrades universitários, e, de braços abertos, sorriso nos lábios, imagem adolescente da hospitalidade na terra natal, o querido Petrônio.

— Você passa a ser aqui o meu secretário, afirmei-lhe, contente de o ver. Acompanhou-me pela cidade, tornou-se o meu guia precioso, almoçamos e jantamos no hotel.

Convidava-me o governador do Estado para um coquetel em palácio. Intimei-o: Petrônio, temos o convite do governador... Você vai comigo. Recuou, repelindo a ideia:

— No palácio, não!

— Por quê? – perguntei surpreendido.

— Porque sou adversário do governador...

Achei graça. – Ora Petrônio, tem você idade para ser adversário do governador? Não deserte do compromisso de me secretariar, em Teresina. O coquetel é às 18h... Espero-o. Iremos juntos!

Vinte anos depois, estando a lembrar o episódio, Petrônio disse-me:

— Sim, professor, fui com o senhor à festa do governador...

E mostrando-me a senhora, que a seu lado seguia, muito alegre, a conversa:

— A consequencia: casei com a filha dele!

Abracei-o comovido.

O casamento dera-lhe a felicidade merecida.

Rejubei-me. A Divina Providência encaminhara-o naquela tarde de doce crepúsculo para os salões do Estado. Pensava na gentileza do primeiro magistrado. Quis Ela que Petrônio lhe visse a filha. De qualquer modo, associei-me ao seu destino. Grande, inesquecível, saudososo, amado Petrônio Portella!

(CALMON, 1993, p.211)

Decidido a prosseguir na carreira política, Petrônio aprendeu com a derrota de 1950. Como na letra do samba, levantou, sacudiu a poeira e, nas eleições de 1954, já tinha lastro eleitoral para eleger-se com folga para a Assembleia Legislativa e dar a volta por cima. Em janeiro de 1955, ele tomou posse como um dos 13 parlamentares eleitos pela coligação oposicionista ADP (Aliança Democrática Progressista), formada pela UDN (União Democrática Nacional) e PSP (Partido Social Progressista).

Os demais deputados eleitos junto com ele pela mesma coligação foram: Cândido Fernandes de Oliveira, Ezequias Gonçalves Costa, Heitor de Albuquerque Cavalcante, José Lourenço de Araújo Mourão, José Severiano da Costa Andrade, Milton de Aguiar, Paulo da Silva Ferraz, Raimundo Vaz da Costa Neto, Raimundo da Silva Ribeiro, Tibério Barbosa Nunes, Wenceslau de Sampaio e Waldemar de Castro Macedo.

Apesar de vitorioso, não aceitou novamente a liderança da oposição, pois havia casado com a filha do governador Pedro Freitas e, além disso, o PSD mais uma vez ganhara as eleições, com a vitória do general Gayoso e Almendra, cunhado e primo do sogro de Petrônio.

O deputado Petrônio Portella desistiu também da liderança da UDN porque havia indícios de que uma ala importante do partido, a de Parnaíba (liderada pelo então deputado estadual Alberto Silva, que viria a ser o principal adversário de seu esquema político, nos anos 70), pretendia aderir ao governo. O fato acabou se concretizando, como relatou Petrônio, anos depois:

Não quis assumir o comando de uma bancada dividida pelo colaboracionismo. No ano anterior, como líder da oposição, tinha tido dificuldades terríveis por ser genro do governador, que era do partido adversário. Dificuldades aliás amenizadas pela declaração inicial, feita em caráter formal, quando do pedido de casamento, deixando bem claro que o compromisso que ia assumir naquela oportunidade não implicava na negação a outro anteriormente assumido com meu mandato e que seria cumprido religiosamente. Preferi as asperezas da oposição ao conforto do poder. Apesar dos laços de família e de amizade, comandeí a oposição com o maior vigor. (NERY, 1980, p.26)

Mesmo entregando formalmente a liderança do partido, Petrônio não mudou o tom na Assembleia Legislativa. Logo na estreia do mandato, ele conseguiu aprovar na Casa um requerimento para o envio de telegrama de solidariedade ao presidente do Copaf (Comissão de Fiscalização de Abastecimento e Preços), general Pantaleão Pessoa, que se demitiu do cargo porque discordava do aumento no preço da gasolina.

Na ocasião, Petrônio acusou o ministro da Fazenda, Eugênio Gudin (1886-1986), de ser o responsável por uma política de agravamento da situação econômico-financeira do país, “fomentadora

da inflação que dia a dia se torna mais impressionante, aprofundando a aguda crise social em que se debate o país”.

Num de seus pronunciamentos contra o governo do general Gayoso e Almendra (1955-1959), em 1956, durante a convocação da Assembleia para funcionar em período de sessões extraordinárias, o deputado Petrônio Portella afirmava que “estava à frente do Governo do Estado um homem que não sabe medir ou pesar suas responsabilidades como governador, e muito menos como administrador. Assim sendo, descamba para uma baixa e vergonhosa política partidária”.

A bancada majoritária do PSD, partido governista, não compareceu às sessões, por orientação do governo. Petrônio protestou:

— Como vemos, hoje deixaremos, mais uma vez, de deliberar, o que é lamentável, à falta de número, por culpa exclusiva do governador, que, por trás das cortinas do Palácio de Kanak, enxovalha o bom nome do nosso Piauí.

O deputado finalizou seu discurso elogiando a oposição que convocou a sessão extraordinária, e ficou “no seu posto de honra, isto é, na defesa dos interesses do povo piauiense, que tem sérios problemas a serem resolvidos o mais breve possível”.

A Assembleia foi convocada na época para votar as seguintes matérias: emendas à Constituição do Estado; reforma da Lei Orgânica dos Municípios do Piauí; emenda ao Regimento Interno; abertura de créditos especiais; leis de aperfeiçoamento e modificação de outras beneficiando a administração pública; proposição de medidas em benefício dos servidores públicos.

Em 1957, o deputado Petrônio Portella reassumiu a liderança da UDN na Assembleia Legislativa. Sempre vigilante, ao analisar, no ano seguinte, a mensagem anual do governador Gayoso e Almendra ao Poder Legislativo, afirmou que o seu partido, mesmo acusado de “exercer uma obstinada política de oposição e tendente a levar o Estado ao caos e à ruína, jamais se curvou a qualquer governo do PSD”. Ele destacou, ainda:

A UDN não poupou esforços, através de sua bancada, no sentido de

dar ao governo todos os meios necessários que pudessem salvar o Estado da ruína. Todas as medidas de interesse público reclamadas a esta Assembleia Legislativa pelo chefe do Poder Executivo, todas passaram, todas se transformaram em leis, não havendo, assim, qualquer embaraço do Poder Legislativo. (GOMES, 1985, p.117)

Quanto à proposta orçamentária do Governo do Estado para 1958, o deputado Petrônio Portella considerou-a irreal, pois deixava 30 milhões a serem cobertos por uma receita não prevista. Sua implicância mostra o quanto o parlamentar era meticuloso no exercício de seu mandato, ao ponto de se aprofundar na análise de temas áridos e sem apelo popular, como orçamento.

As Oposições Coligadas

A despeito das críticas da oposição, tudo marchava, no entanto, para mais uma vitória do PSD nas eleições estaduais de outubro de 1958. Seria a terceira consecutiva. O candidato do esquema governista era o deputado estadual José Gayoso de Almendra Freitas (Dedé Gayoso), filho do ex-governador Pedro Freitas e sobrinho do governador Gayoso e Almendra. Cunhado, portanto, de Petrônio Portella.

Uma série de acontecimentos contribuiu, entretanto, para tornar revoltas as águas sobre as quais navegava mansamente o barco pessedista. Houve brigas internas, muitas ambições pessoais e familiares, incompetência administrativa, perda de aliados importantes, confiança demasiada e acomodação, conforme resumiu o deputado estadual e historiador Wilson Brandão:

O principal aliado de 54, o PTB, do senador Mathias Olímpio, rompeu e coligou-se com a UDN. O deputado federal Sigefredo Pacheco não conseguia se entender com o senador Leônidas Melo, pois os dois aspiravam à candidatura ao Governo do Estado. Leônidas deixa o PSD, por discordar da orientação política da cúpula partidária, e ingressa no PTB, apoiando as oposições” (BRANDÃO, 2006, p.44)

E mais:

O deputado federal Hugo Napoleão exigia a vaga de senador. Como não foi dada, chateou-se com a família Freitas e abandonou a política. O candidato escolhido foi o senador José Mendonça Clark, do

PR, suplente do dr. Leônidas Melo, mas no exercício do mandato. O grupo pessedista, que havia eleito Pedro Freitas, em 50, e o general Gayoso, primo de Pedro Freitas, em 54, queria eleger agora o filho de Pedro Freitas, o deputado estadual José Gayoso (Dedé Gayoso) para o governo (KRUEL, 2006, p.222)

No decorrer da campanha de 58, enquanto o bloco governista se desintegrava, as oposições caminhavam para o mesmo palanque.

Acidente da Cruz do Cassaco

Mas o golpe fatal contra o esquema do governo ainda estava por vir. No dia 4 de setembro, já na reta final da campanha, um desastre automobilístico significou a pá de cal na candidatura do PSD à sucessão do governador Gayoso e Almendra.

O candidato a governador pelo PTB, advogado Demerval Lobão, e o candidato a senador, engenheiro e deputado federal Marcos Parente, viajavam pela BR-316 para um comício nos municípios de Água Branca e São Pedro do Piauí, a 100 quilômetros ao Sul de Teresina. A 14 quilômetros da capital, antes do povoado Morrinhos (atual município de Demerval Lobão), o carro em que andavam se chocou violentamente contra uma caçamba do DER (Departamento de Estradas de Rodagem).

No acidente, que ficou conhecido como “Desastre da Cruz do Cassaco”, morreram, além dos dois candidatos, mais três integrantes de sua comitiva e seis operários de estradas. Outros dez trabalhadores saíram gravemente feridos.

Na época, o Piauí contava com poucas estradas piçarradas e o asfalto ainda nem estava no plano das cogitações oficiais. A BR-316, a mais importante ligação da capital com o Sul do Piauí, estava em construção. A tragédia que acabava de acontecer teve os efeitos de uma bomba nos meios políticos. A oposição estava desfalcada de seus principais trunfos na luta contra a oligarquia piauiense.

Mas as forças oposicionistas, lideradas por Mathias Olímpio (senador e ex-governador) e José Cândido Ferraz (deputado federal),

souberam explorar o clima de comoção pública que se abateu sobre os piauienses. Para substituir o candidato a governador morto no acidente foi escolhido o jovem deputado federal Chagas Rodrigues, de tradicional e rica família de Parnaíba.

Para concorrer ao Senado, indicaram o comerciante Joaquim Parente, residente no Rio de Janeiro, mas irmão de Marcos Parente. Chagas Rodrigues venceu José Gayoso por 101.523 votos, contra 82.647. Naquele tempo, a votação para governador era separada da do vice. Tibério Nunes (UDN) venceu para vice-governador, derrotando o prefeito de Teresina, médico Agenor Almeida. O senador eleito foi Joaquim Parente, que derrotou o empresário José Mendonça Clark.

A eleição para prefeito

As eleições de 1958 foram marcadas por surpresas e improvisos. Da mesma forma que o candidato a governador foi mudado na última hora, assim também ocorreu com o candidato a prefeito de Teresina. O nome inicialmente escolhido pela UDN foi do advogado Valter Alencar (1913-1975), figura de largo prestígio político e social na capital.

E tinha que ser mesmo um nome de peso, já que se tratava da sucessão de Agenor Barbosa de Almeida, médico e um dos melhores prefeitos da história de Teresina. Mas Valter Alencar não pode levar a sua candidatura adiante. Ele exercia a função de professor da Faculdade de Direito do Piauí e a legislação da época não permitir que ele se afastasse com as vantagens do cargo.

Diante do impasse, a UDN lançou Petrônio, que assumiu a candidatura mais por insistência dos amigos. Alegava que tinha apenas vocação parlamentar e que não seria um bom executivo. Assim, quase por acaso, por mais um capricho do destino, acabou candidato a prefeito.

Para tanto, abriu mão da reeleição, que seria tranquila, pois seu nome como político vitorioso já estava feito. Ao tentar galgar outro degrau na vida pública, Petrônio disputou a Prefeitura de Teresina com Chrysippo Aguiar, irmão do ex-governador Eu-

rípides Aguiar (1916-1920), figura de longa e marcante atuação política no Piauí, onde foi também deputado federal e senador.

Nesse pleito, Petrônio era uma ilha cercada de dificuldades por todos os lados:

O deputado estadual Petrônio Portella, genro de Pedro Freitas, candidatou-se e foi eleito prefeito de Teresina, pela UDN, coligado com o PTB, ficando contra o próprio cunhado Dedé Gayoso, pois apoiou a candidatura do deputado federal Chagas Rodrigues (PTB) ao governo. (BRANDÃO, 2006, p.45)

O esquema situacionista chegou a desdenhar da candidatura de Petrônio, no registro de um pessedista na imprensa local:

Petrônio como prefeito de Teresina! Era só o que faltava! Mas a notícia está correndo mundo e é provável que se transforme em realidade, no terreno somente da candidatura, porque eleitoralmente, nem por hipótese. Petrônio não tem lastro político nem receptividade para concorrer ao pleito da sucessão municipal. (BRANDÃO, 2006, p.45)

Ocorre que, em Teresina, o udenismo deitava e rolava desde a derrubada da Ditadura Vargas. Petrônio incendiou a campanha e teve uma vitória retumbante. Ele obteve 15.551 votos e seu vice, Inácio Soares, 14.109 votos, derrotando a chapa Antônio Chrysipopo de Aguiar/Antônio Francisco do Vale Mendes por uma diferença de quase 11 mil votos. Além do mais, a chapa vitoriosa elegeu sete dos 11 vereadores.

Chagas Rodrigues (1922-2009) assumiu o mandato a 31 de janeiro de 1959, iniciando um governo de grande aceitação popular. Foi um governador reformista. Ele recrutou para sua equipe nomes de petebistas e udenistas, para prestigiar as lideranças que o apoiaram na campanha.

No entanto, as crises de relacionamento entre as forças políticas do governo não tardaram a chegar. A lua-de-mel com o novo prefeito de Teresina foi a que primeiro acabou. Logo o prefeito se desentendeu com Chagas Rodrigues e renunciou à presidência estadual da UDN. Seu gesto tinha o objetivo de não comprometer

o partido, que ficava assim à vontade para continuar próximo do governador.

Sem recursos, Petrônio enfrentou, a princípio, a má vontade e, mais tarde, a beligerância do governo que ajudou a eleger. Porém, o jovem prefeito foi à luta. Desdobrou-se e multiplicou presença na capital.

A cidade em chamas

No início dos anos 40, Teresina viveu cenas dantescas e de tragédia grega durante os terríveis incêndios que abalaram a cidade. À época, a capital era muito acanhada, com poucas ruas pavimentadas, quatro praças na área central e um cinturão de miséria a partir da rua do Barroão (atual avenida José dos Santos e Silva), na zona Sul, e a rua da Palmeirinha (hoje Clodoaldo Freitas), na zona Norte.

Nessas áreas, que formaram a periferia da cidade, milhares de famílias residiam em casebres cobertos de palha, em meio à promiscuidade. Estas palhoças eram, pois, alvo da onda de incêndios criminosos que levavam pânico a velhos, mulheres e crianças. As famílias fugiam do fogo deixando seus objetos pessoais nos casebres em chamas. Muitas pessoas morreram em meio às labaredas.

Os primeiros incêndios surgiram em agosto de 1941 e se repetiram durante anos. Eles começavam quase sempre do meio-dia para o começo da tarde. O alarme era dado, muitas vezes, através do sino da Igreja de São Benedito, situada a poucos metros do Palácio do Governo, no centro de Teresina. À falta de outros meios de comunicação, os frades mantinham olheiros nas torres do templo.

O fumaceiro dos casebres em chamas cobria o céu da capital e dava um tom pálido e triste às tardes teresinenses. Todos procuravam tirar proveito político da tragédia. A oposição culpava as autoridades, acusando-as de estarem desejosas de acabar a qualquer custo com as choupanas de palha da capital, feias e miseráveis. O governo atribuía o crime aos adversários, para expô-los e puni-los severamente como incendiários.

Vigorava a Ditadura Vargas e os jornais sofriam censura implacável. O comandante da Polícia Militar, major do Exército Evilásio Gonçalves Vilanova, conseguiu prender o médico José Cândido Ferraz, o mais afoito adversário do governo ditatorial piauiense, o comerciante Albino Alencar e mais dez trabalhadores como acusados de serem os incendiários.

Outras 200 pessoas foram inquiridas na Delegacia de Segurança e Ordem Pública, por ordem de Evilásio Vilanova. Dessas, 37 foram presas e seviciadas. Homens do povo, a maioria semi-analfabetos, sofreram todo tipo de humilhação e tortura. Um deles, Manoel Gomes Feitosa, não resistiu às torturas e morreu vomitando sangue.

O processo judicial dos implicados extrapolou a jurisdição do Piauí e foi transferido para o Rio de Janeiro, para ser julgado pelo Tribunal de Segurança Nacional, responsável pelos julgamentos de crimes políticos na época da Ditadura Vargas. Somente em maio de 1944, o Tribunal absorveu o médico José Cândido Ferraz, desqualificou o crime para os demais indiciados e responsabilizou as autoridades estaduais de segurança pelas atrocidades cometidas, atribuindo a autoria dos hediondos crimes à Polícia do Piauí.

A Teresina desta época é retratada no romance-denúncia “Palha de Arroz”, do escritor e juiz Fontes Ibiapina (1921-1986), que integrou a Academia Piauiense de Letras e foi um autor premiado nacionalmente. O livro faz um resgate histórico da época, quando a imprensa estava sob a censura do Estado Novo, e foi publicado em 1968. A obra é dedicada a Petrônio: “Ao ex-governador Petrônio Portella, que a um Piauí caduco deu um destino moço”.

Outro registro do período foi feito na tese de doutorado do professor Francisco Alcides do Nascimento, da Universidade Federal do Piauí. Sua tese, intitulada “A Cidade sob o fogo – modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)” – foi transformada em livro, editado em 2002.

Pois bem! Durante muitos anos, os incêndios das casas de palha atormentaram e envergonharam Teresina. Em outras épocas, nos períodos mais quentes do ano (de agosto a novembro), eles recrudesceram, mas aí já não eram criminosos, como antes. Eles

ocorriam devido à cobertura das casas com palha de coco babaçu, palmeira nativa e abundante na região. As palhas secas são altamente inflamáveis.

O prefeito Petrônio Portella atacou o problema de frente. Se incendiou a campanha para prefeito, com discursos inflamados nos palanques, empossado ele tratou de proteger a cidade dos incêndios. Para tanto, criou e manteve uma fundação para promover melhorias habitacionais, a principal delas a substituição da cobertura das casas de palha por telha.

Nas intervenções que fazia na periferia da cidade, ele cuidava também de melhorar a auto-estima de seus moradores com a simples troca dos nomes dos bairros que fundava, quando estes se apresentavam pejorativos. O bairro “Alto do Bode” passou a chamar-se “Alto Alegre”, o “Morro do Urubu” virou “Morro da Esperança”, o “Macacau” mudou para “São João” e assim sucessivamente.

No Executivo, Petrônio teve a oportunidade de exercitar ainda mais a sua capacidade de articulador político.

O historiador Wall Ferraz, prefeito de Teresina por três mandatos, contou, sobre a gestão de Petrônio:

Um homem que havia sido até então um polemista transforma-se completamente. Foi um bom prefeito e teve a preocupação de adquirir áreas para famílias carentes, como o atual bairro Monte Castelo. A área pertencia à Polícia Militar, e ele a adquiriu e a loteou para os pobres. Fez pavimentação, construiu escolas, tudo com recursos da época, que não eram lá essas coisas. (FERRAZ, 1992, p.113)

Juntando água e óleo para chegar ao governo

Um jovem suplente de deputado que liderava a bancada da oposição; um opositorista que batia no governador durante o dia, da tribuna da Assembleia Legislativa, e, à noite, ia à sua casa, aca-

riar a filha dele; um deputado estadual que, num piscar de olhos, virarava prefeito da capital... Tudo isso em apenas oito anos! Uma carreira meteórica! Mas a maior proeza de Petrônio na política piauiense ainda estava por vir. Ela aconteceria em 1962.

No pleito daquele ano, o esquema vitorioso em 1958, na eleição de Chagas Rodrigues, estava completamente dividido e arruinado. Os atritos entre as lideranças governistas já vinham se arrastando há tempos. Eles giravam em torno, sobretudo, das nomeações para os cargos no governo. Uma passagem curiosa ilustra bem a situação:

A UDN, o partido majoritário, indicou para o cargo de secretário do Interior, Justiça e Cidadania o advogado Valter Alencar. Professor universitário, advogado militante, empreendedor, o novo secretário logo sacudia a emperrada máquina administrativa, conquistando a estima do governador.

Conforme os critérios de preenchimento dos quadros do segundo escalão da Secretaria, coube ao deputado estadual Paulo Ferraz, que obteve expressiva votação em Teresina, a indicação do nome para uma das Delegacias de Polícia da Capital. E o indicado foi o bacharel José Caddah.

Por algum motivo que não veio à tona, mas que certamente estava ligado às picuinhas da política local, o secretário resistiu à indicação. E o governador, espremido pelos compromissos assumidos e a presença dominadora do professor Valter em sua equipe, pediu ao tempo que lhe indicasse uma solução.

Paulo Ferraz (depois deputado federal, de 1967 a 1981, morrendo no exercício do quarto mandato consecutivo) não fugiu à luta e insistiu na nomeação. Era um dos nove deputados da bancada da UDN e gozava das simpatias do partido. Valter, por outro lado, desfrutava de amizades na Assembleia e confiava no prestígio que adquirira junto ao governador. Chagas Rodrigues ficou entre a cruz e a espada.

A indecisão alimentou a crise. Logo o professor Valter Alencar anunciou que, em nenhuma hipótese, encaminharia a proposta

de nomeação do dr. José Caddah. E a UDN, por sua vez, passou a exigir a cabeça do secretário.

Por essa época, o vice-governador Tibério Nunes, cuja família residia em Floriano, hospedava-se no Hotel Piauí (hoje Luxor Hotel), na mesma praça da antiga sede da Assembleia Legislativa. Certo dia, no auge da crise, o fogoso deputado federal Heitor Cavalcante bateu, com insistência, na porta do apartamento.

Irritado, o deputado estadual Nazareno Araújo, também de Floriano e que dividia com Tibério a habitação, levantou-se para atender ao que ousava perturbar a sesta dos dois ilustres hóspedes. O deputado federal entrou no apartamento, meio ofegante, de senho carregado, e despejou:

— Tibério, prepare-se para assumir o governo!

Antes que o vice-governador saísse da estupefação, Heitor Cavalcante interrogou:

— O Chagas não nos garantiu, ontem, de exonerar, hoje, o Valter?

Diante do gesto afirmativo de Tibério Nunes, concluiu:

— Pois agora ele veio com a história de que ainda precisa ouvir o senador Matias Olímpio e que já passou um telegrama para o Rio de Janeiro chamando o senador ao Piauí. Se ele está pensando em desmoralizar a UDN, está enganado, porque eu vou mandar matar o Chagas!

Na tarde do dia seguinte, acompanhado do vice-governador e do deputado Heitor Cavalcante, Chagas Rodrigues resolveu aconselhar-se com o ex-governador Leônidas Melo. Ao se aproximarem da residência do dr. Leônidas, na periferia de Teresina, Tibério arrematou a conversa, em tom patético:

— Olhe, Chagas, se você não atender ao nosso partido poderá ser assassinado.

O governador, espantado com a fantástica revelação, interroga, de olhos arregalados:

— Será, Tibério, que alguém da UDN tem coragem de me matar?

E Tibério, malicioso e intimidador, soltou:

— Tem, sim! O Heitor aqui me disse que mandará matá-lo. Disse ou não disse, Heitor?

O deputado, que não esperava a inconfidência, não teve outra saída senão confirmar a irrefletida ameaça:

— Disse e confirmo!

Exageros à parte, dois dias depois o *Diário Oficial do Estado* circulava trazendo em seu bojo curioso decreto:

“O Governador Chagas Rodrigues, no uso de suas atribuições legais e considerando o pedido formulado pela União Democrática Nacional, resolve exonerar o professor Valter Alencar das funções do cargo de Secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública do Estado do Piauí”. (NUNES, 1996, p.13)

Pois bem. Rompido, mais tarde, o acordo UDN-PTB, em meio à administração Chagas Rodrigues, o prefeito Petrônio Portella passou a despontar como candidato da oposição ao Governo do Piauí, nas eleições de 1962. Helvídio Nunes conta como o prefeito viabilizou sua candidatura à sucessão de Chagas Rodrigues:

É que soube conquistar o eleitorado de Teresina e ganhar a preferência dos correligionários do interior, mercê da segurança de sua ação, da obra administrativa realizada, da confiabilidade de sua palavra e da sua inquestionável liderança, que atraiu, inclusive, expressiva parcela do tradicional adversário Partido Social Democrático (NUNES, 1993, p.136)

Sobre a campanha de 1962, contou-se, no Piauí, a seguinte anedota política: os jornais oposicionistas espalharam, largamente, que havia uma Conceição na vida do governador Chagas Rodrigues. Era uma cartomante que residia no Rio de Janeiro.

Versado em horóscopos, Chagas Rodrigues não passava sem as previsões das cartomantes, que lhe indicavam, inclusive, os dias propícios para viagens. Aproxima-se a sucessão estadual. Petrônio Portella declara-se candidato a governador.

Por inspiração do deputado federal José Cândido Ferraz, que era amigo da vidente, a patranha foi preparada. Chagas Rodrigues, que empreendera rápida viagem à então capital federal, esticou a visita à cartomante. Quando saiu da residência dela, o governador demonstrava, pelo seu semblante, um ar de perturbação, abatimento, desconforto, desânimo e desapontamento.

É que, cartas na mesa, após os traçados e cortes, Chagas Rodrigues tivera a notícia da vitória próxima, nas eleições para governador do Piauí, de um rapaz alto, aspecto doentio, moreno, magro, de bigode, voz grave e conversa envolvente.

Era o retrato falado de Petrônio.

A gozação foi geral, no Rio e em Teresina.

O fato, porém, é que, já rompido com Chagas, só restava a Petrônio, como líder da UDN, unir os partidos tradicionalmente antagônicos, buscando apoio no maior e mais ferrenho adversário, o PSD, para formar um bloco que viabilizasse a sua candidatura ao governo.

E foi o que ele fez. Enfrentou muitos protestos, descontentamentos e revolta, mas seguiu determinado em busca do apoio do PSD. O clima era pesado. Os pessedistas dissidentes lançaram um manifesto, publicado em 28 de julho de 1962, com críticas violentas à surpreendente e polêmica aliança com a UDN piauiense:

Em homenagem ao passado de lutas do PSD, em honra ao espírito partidário tão rudemente vilipendiado pelos falsos dirigentes; em memória dos valores pessedistas que tomaram pela fúria sagui-nária da UDN, os que assinam o presente manifesto... que tiveram seus direitos violentados e todos quantos repudiaram o abastardamento do PSD, lavramos aqui o nosso protesto. (BRANDÃO, 2006, p.53)

Um udenista apaixonado não ficou atrás. Sem conter o constrangimento de testemunhar a esdrúxula união de seu partido com o algoz, escreveu:

Não fora essa onda de traições, se a UDN ainda continuasse contando com todos aqueles valores, seria hoje, sem dúvida alguma, uma força poderosa e invencível, um partido prestigioso e popular, liderando o povo de nossa terra na luta contra o subdesenvolvimento, a miséria e o analfabetismo. Mas a cúpula udenista não quer a felicidade do povo piauiense. Quer cargos públicos, quer o controle absoluto e ditatorial do partido. (id., p.53)

A impensável união espalhou brasa para todos os lados. Os protestos não acabavam aí. Um dos próceres do PTB, partido do governador Chagas Rodrigues, o deputado federal Clidenor de Freitas Santos, também divergindo da cúpula partidária, reagiu, ao aderir a Petrônio:

— Divirjo das decisões do partido e abandono a legenda por questões de higiene.

Era esse o clima.

Era esse o quadro para as eleições de 1962.

Com paciência de Jó, Petrônio saiu catando as pedras e a duras penas recompôs o quebra-cabeça. Ele conseguiu juntar parte do PSD com uma facção da sua UDN, atrair dissidentes do PTB e outros partidos pequenos, além do apoio do governador Tibério Nunes, que assumira com a renúncia de Chagas.

Em plena campanha, uma pedra no caminho. Uma pedra que era um câncer em um dos pulmões. Petrônio, porém, a tudo enfrenta. Os que tomaram conhecimento de sua terrível doença sentiram, então, o tamanho e o vigor de sua fé, que sublimou a própria fraqueza física. O tratamento durou entre novembro de 1961 e maio de 1962.

Operado no Rio de Janeiro, contrariando as prescrições médicas e superando, até mesmo, as expectativas otimistas dos companheiros mais chegados, enfrentou as agruras da luta política no

interior do Piauí, em clima adverso e em condições lastimáveis das estradas, montado em carro desconfortável, uma velha Rural, sem ar-condicionado, lotada por companheiros de jornada.

— Quando se chegava a uma cidade, a primeira coisa que se fazia era tomar banho, tal era a poeira da estrada que ficava na roupa e no corpo – recorda o jornalista e ex-deputado estadual Carlos Augusto, decano do jornalismo político do Piauí, assinalando:

— E o interessante é que, naquela época, as casas do interior nem banheiro com água encanada possuíam.

Os comícios se davam nas mais diferentes e incômodas horas, às vezes sob o sol escaldante do meio-dia, outras vezes em plena madrugada, a dezenas de quilômetros de distância um do outro. Quando perguntei ao ex-senador Elói Portella, seu irmão mais novo:

— Então, ele curou o câncer fazendo campanha eleitoral? – ele me respondeu, sorrindo:

— E recebendo abraço, por cima da cirurgia!

Helvídio Nunes, que em 1962 subiu ao mesmo palanque de Petrônio para se eleger deputado estadual, recorda o sacrifício do amigo e correligionário:

Quanto sofrimento e quanta determinação! Era o candidato que desconhecia obstáculos e que desprezava canseiras, o homem a quem o destino tinha confiado, paradoxalmente, espinhosa e gratificante missão. A vitória eleitoral foi a decorrência de pregação que efetuou, o prêmio ao inenarrável esforço despendido. (NUNES, 1993, p.136)

Apesar das violentas e desesperadas reações ao seu esquema, com ele Petrônio venceu a eleição para governador, depois de muitas voltas e reviravoltas. Ele conseguiu 112.285 votos, contra 72.742 de seu adversário, o deputado estadual Constantino Pereira, lançado pelo PSD dissidente e apoiado pelo ex-governador Chagas Rodrigues, que renunciou ao mandato para concorrer ao Senado e à Câmara Federal, conforme permitia a legislação eleitoral da época. O deputado estadual João Clímaco d'Almeida (Joqueira) elegeu-se vice-governador na chapa encabeçada por Petrônio.

No mesmo pleito, os deputados federais José Cândido Ferraz (UDN) e Sigefredo Pacheco (PSD) foram eleitos senadores. Chagas, além de perder a eleição para o governo, foi derrotado para o Senado. Ficou com uma cadeira na Câmara Federal. Dos três candidatos eleitos pela sua coligação, ele figurava como o terceiro colocado. Era uma surpresa, pois ele fizera um bom governo e havia deixado o cargo desfrutando de grande popularidade.

Petrônio Portella tomou posse como governador do Piauí no dia 31 de janeiro de 1963, para um mandato de quatro anos. Ele governaria um Estado cuja capital vivia às escuras, com a velha e obsoleta usina a vapor produzindo um terço de sua capacidade, o que representava um sexto da demanda. E quando funcionava...

Sem energia elétrica em qualquer das cidades do interior, sem rede de abastecimento de água e com sistema de transporte deficiente, o Piauí não tinha o que oferecer, no grande jogo de concorrência com os demais Estados nordestinos que recebiam obras públicas de porte e vultosos investimentos empresariais financiados pela Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste).

A usina hidrelétrica de Boa Esperança, no rio Parnaíba, não passava de pequenas verbas pingadas no Orçamento da União, portanto sem possibilidades de realização a médio prazo. Além de tudo, era uma obra condenada pela Sudene. Seus técnicos argumentavam, à época, que faltava mercado consumidor para uma oferta tão grande de energia (150 megawatts por ano).

A universidade nem um sonho era, ainda. A mortalidade infantil era uma tragédia nacional, exposta no poema-denúncia de Ferreira Gullar:

*No Piauí de cada 100 crianças que nascem
78 morrem antes de completar 8 anos de idade*

*No Piauí
de cada 100 crianças que nascem
78 morrem antes de completar 8 anos de idade*

*No Piauí
de cada 100 crianças*

*que nascem
78 morrem
antes
de completar
8 anos de idade*

*antes de completar 8 anos de idade
antes de completar 8 anos de idade
antes de completar 8 anos de idade
antes de completar 8 anos de idade*

(“Poema Brasileiro”, 1962)

O desafio do novo governador era tirar o Piauí do imobilismo, passar por cima destes e de tantos outros obstáculos e transformar o Estado.

A revolta da PM

Logo no início de seu mandato, o governador Petrônio Portella enfrentou um episódio que pôs à prova a sua autoridade: a sublevação dos oficiais da Polícia Militar. Os militares se rebelaram porque o governador não atendeu sua reivindicação por reajustes salariais. O governador jogou duro com os oficiais: não dialogou com eles nem aceitou suas imposições. Enfrentou a sublevação com a ajuda do Exército.

Os oficiais, abatidos com a firmeza do governador, procuraram, ao menos, uma saída honrosa. Para tanto, encaminharam-lhe um pedido para que fosse enviada à Assembléia Legislativa mensagem solicitando melhorias para o soldo dos militares, com vigência a partir do ano seguinte. Petrônio manteve a sua posição, afirmando que não cederia sob pressão.

O tenso diálogo entre eles, aberto por Petrônio, no Palácio do Governo, foi este, após os cumprimentos de praxe:

— Muito bem! Que desejam os senhores?

— Queremos dialogar com o governo, para que nossas reivindicações sejam atendidas. A tropa está amotinada.

Nisto, Petrônio interrompe o porta-voz:

— Amotinada?! O senhor que dizer que estão em plena insurreiçãõ?

— Sim, governador! – respondeu o porta-voz dos militares.

— Então, senhores, retornem ao quartel e promovam a dissolução do movimento, porque somente após isto é que volto a falar com os senhores!

E enfatizou, retirando-se em seguida:

— Como governador, comandante em chefe da Polícia Militar, jamais dialogarei com insurretos!

A crise na PM tinha, entretanto, origem mais remota, como conta Helvídio Nunes:

Lembro-me de que, líder da UDN, na Assembleia Legislativa, no quadriênio anterior, compareci, a convite, a uma reunião promovida por um grupo de oficiais. Explodiram reivindicações de toda sorte, numa demonstração evidente de derrogação do princípio hierárquico e de inquestionável posicionamento político-partidário. (NUNES, 1993, p.137)

O próprio Petrônio, já senador no segundo mandato, rememorou as turbulências de seu governo e a rebelião dos oficiais da PM:

Meu governo foi marcado por muitos acidentes. Encontrei o funcionalismo com três meses de atraso. Minha preocupação era deixar uma obra administrativa em um Estado cujos governantes eram obrigados a mergulhar numa rotina de nomear e demitir professoras e delegados. Fiz um plano de austeridade administrativa muito grande, com o objetivo de no primeiro ano sanear as finanças. Isso me valeu uma impopularidade terrível. Logo no começo do ano, a Polícia Militar, através de seus comandados, foi à minha presença pedir aumento, o que foi terminantemente negado por mim, com o fundamento justificado de que não era possível aumentar os vencimentos deles, quando não havia recursos para aumentar o de todo o funcionalismo. (NERY, 1980,p.27)

O senador prosseguiu:

Isto, misturado com a política partidária, criou uma situação de subversão no Estado e ameaçadora à própria segurança pessoal do gover-

nador. As ameaças se multiplicaram, o quartel da PM se transformou em parque de comícios da oposição. A Associação Comercial mandou uma comissão ao meu gabinete oferecendo apoio para aumentar os impostos e dar o aumento da PM. A minha resposta foi não. Absolutamente não. O problema era de resguardar a autoridade. E a polícia não teria privilégios. A coisa tomou um aspecto belicoso tal, que fui obrigado a solicitar força federal ao ministro da Guerra e depois ao ministro da Justiça para garantir o governo ameaçado. Vinte e quatro horas depois, chegava a autorização para a tropa federal, que cercou o quartel da Polícia Militar. Isto foi em agosto de 63, o ministro da Guerra era o general Jair Dantas Ribeiro. O da Justiça era Abelardo Jurema. (id., p.27)

A aproximação com Jango

Demonstrando preocupação municipalista, Petrônio convocou um congresso de municípios para a capital. Aí foram catalogadas todas as reivindicações em termos administrativos. No campo institucional, o governador consolidava o que o governo reformista de Chagas Rodrigues iniciara: o Banco do Estado do Piauí, a Secretaria de Planejamento, a Agespisa (Águas e Esgotos do Piauí S.A.) e a Cepisa (Centrais Elétricas do Piauí S.A.), além de construir os primeiros conjuntos habitacionais do Estado.

O Piauí vivia, àquela época, um período de aperto financeiro. Sem recursos para tocar a administração que planejara para o Piauí, o governador Petrônio Portella enfrentou, ainda, um quadro político atribulado no plano nacional. O presidente Jânio Quadros, que ele apoiara nas eleições de 1960 e em quem os piauienses votaram maciçamente, renunciou com apenas sete meses de mandato, jogando por terra as esperanças do Governo do Piauí de contar com um aliado forte no poder central.

Durante o governo Jânio Quadros, o Piauí conseguiu do presidente apenas o asfaltamento da pista do aeroporto de Teresina. Com o seu fim precoce e melancólico, novo governo se instala na República. Só que o novo comando político, exercido pelo presidente João Goulart, era contrário ao Governo do Piauí e ligado ao trabalhista Chagas Rodrigues.

A arrecadação estadual mal dava para cobrir as despesas com o funcionalismo. E o governo tinha os seus objetivos, suas metas, o seu

Plano de Desenvolvimento. Helvídio Nunes, que era deputado estadual e foi secretário de Obras Públicas, Agricultura, Indústria e Comércio de Petrônio, conta como o governador se mexeu naquele cenário:

O governador Petrônio Portella não tinha outro caminho, outra alternativa, outra opção. Procurou o presidente da República e lhe fez, sem servilismo, sem sabujice, sem o adesismo que avilta, exposição real e exata da situação estadual, ao tempo em que solicitou, por empréstimo, a transferência de recursos para a programação que pretendia executar. (NUNES, 1993, p.137)

Após a audiência com o presidente, o governador retornava a Teresina eufórico, anunciando, ainda na sua chegada, a concessão dos primeiros 500 mil cruzeiros do Governo Federal ao Piauí. Os recursos destinavam-se a investimentos. O governo estadual estabeleceu as prioridades, passou ao detalhamento e, por fim, à construção das obras programadas.

A segunda ajuda não demorou a chegar e o governador marcou significativa presença também nos municípios interioranos, quase todos desassistidos do Governo Estadual. Enquanto isso, os problemas básicos de Teresina eram enfrentados e, paralelamente, se cuidava da aceleração das obras da hidrelétrica de Boa Esperança e da criação da Universidade Federal do Piauí.

Por conta de sua aproximação com o presidente João Goulart, a quem recorreu inspirado no bem público, com o interesse de melhorar a vida do Estado, Petrônio Portella pagou, durante muito tempo, um elevado tributo, como recordou Helvídio Nunes:

Apesar da grandeza da causa que o motivou, Petrônio Portella pagou, vida afora, pesadíssimos ônus tributáveis à incompreensão, algumas vezes, outras tantas à malediência e à má-fé, pelo proveitoso relacionamento que manteve, como governador do Piauí, com o poder federal. (NUNES, 1993, p.138)

A conta política dessa aproximação administrativa seria cobrada politicamente em condições exorbitantes, um pouco mais tarde, quando da decisão personalíssima que adotou, em momento crucial da vida das instituições e do país, em 1964, como se verá em detalhes mais adiante.

Em seu livro de memórias, *Lembranças e histórias de uma vida*, publicado em Teresina, em 2001, o ex-deputado estadual Constantino Pereira, que perdeu a eleição de governador para Petrônio, aproveitou para dar a estocada no antigo adversário:

Numa dessas viagens, já às vésperas do golpe, em almoço oferecido ao presidente, nos salões do Jockey Club do Piauí, em Teresina, presentes o secretariado e os altos escalões udenistas, o governador Petrônio Portella fez protestos da maior solidariedade a João Goulart, afirmando que o Piauí marcharia armado a seu lado, contra os adversários do regime. (PEREIRA, 2001, p.124)

O novo governador trazia novas ideias, novos métodos de ação, nova orientação político-administrativa. O Piauí teve pela primeira vez uma administração planejada, como ressalta o historiador Wilson Carvalho Gonçalves:

No seu governo, foi elaborado o I Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Piauí, que estruturou e planejou toda a sua ação governamental, com técnicas modernas e racionais, colocando a gestão administrativa mais eficaz e contributiva para o desenvolvimento do Piauí. Deslocou a sede do governo para diversos municípios do interior, cuja descentralização visava sentir, “in loco”, os problemas das comunidades. Promoveu esforços e estudos que deram origem à criação da Universidade Federal do Piauí. Imprimiu, com muita austeridade, a aplicação dos dinheiros públicos. Ampliou as redes de ensino e de saúde”. (GONÇALVES, 1996, p.181)

O pesquisador levantou outros atos e fatos que marcaram o governo Petrônio Portella:

Ampliação do Hospital Getúlio Vargas, destacando-se o Pavilhão do Centro Cirúrgico. Doação ao Hospital do Câncer de Teresina (São Marcos) de um equipamento de *Radium*. Inauguração de 469 salas de aula. Construção dos prédios dos Ginásios Eurípidos de Aguiar e Álvaro Ferreira, na capital; no interior, dos colégios de José de Freitas, Floriano, Esperantina, Luzilândia, Pio IX e Uruçuí. Instituição dos Conselhos Estaduais de Educação e de Cultura (este pioneiro no país, criado antes mesmo do Conselho Federal de Cultura, de 1966). Criação do Serviço de Teatro. Instituição da Fundação de Habitação Popular. Criação dos municípios de Antônio Almeida, Arraial, Bocaina, Campina do Piauí, Demerval Lobão, Flores do Piauí, Francisco Aires, Miguel Leão, Hugo Napoleão, Isaías Coelho, Manoel Emídio, Monsenhor Gil, Santo Antônio de Lisboa, Santo Inácio e São Gonçalo

do Piauí. Instituição do Instituto de Assistência e Previdência Privada do Estado do Piauí. (id., p.182).

Do interior aos Estados Unidos

Em sua administração, Petrônio deslocou o eixo do poder. Ele não se contentava em ficar apenas no Palácio de Karnak, a sede do poder estadual. Assim, deslocava-se constantemente para os municípios do interior, numa atitude inédita, e lá instalava o governo. Eram verdadeiras peregrinações político-administrativas.

O governador do Piauí tinha como seu ídolo político o presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, o líder mundial de sua geração. Um dia, estavam frente a frente, em audiência no “Oval Room”, na Casa Branca. Foi assim:

No início de 1963, o embaixador Espedito Rezende, piauiense e seu contemporâneo no Colégio Diocesano, em Teresina, mandou-lhe uma carta em que lhe pedia atenção para as possibilidades de que o Piauí viesse a se beneficiar dos numerosos programas de cooperação internacional então existentes.

A carta do amigo deve ter influenciado a sua decisão de enviar esforços para captar, em benefício do Piauí, fundos da “Aliança para o Progresso”, que então vivia seus dias de apogeu, no clima de idealismo, de emoção quase mística e de sentido missionário que marcou as “novas fronteiras (“new frontiers”) do presidente Kennedy.

O governador piauiense, no afã de lograr recursos para o soerguimento de sua terra, foi aos Estados Unidos para um encontro com o presidente Kennedy. Este já se encontrava além da metade de seu mandato, que iniciara aos 43 anos, e o novo governador do Piauí começara sua gestão aos 37 anos, apenas.

Petrônio retornou entusiasmado para o Piauí, após as conversações em Washington e com a segurança que lhe dera o presidente norte-americano de amplo e decidido apoio, através da “Aliança”. Logo depois, sobreveio a tragédia de 22 de novembro de 1963, em Dallas, que culminou com o assassinato de Kennedy.

Mesmo assim, os acertos feitos entre os governos dos Estados Unidos e do Piauí foram adiante. O Piauí recebeu, a partir de então, recursos de Washington que possibilitaram muitas ações governamentais, sobretudo no setor educacional, significando o desenvolvimento de sua rede de ensino básico.

Houve uma elevação substancial nos índices de atendimento de sua população escolar, o que representou uma verdadeira revolução educacional nesse nível de ensino.

Como gratidão, o governador piauiense homenageou John Kennedy dando o seu nome à avenida em que morava, no Remanso, atual bairro São Cristóvão, à época área de expansão urbana e hoje uma das mais nobres de Teresina, na zona Leste da capital.

O governador ainda chegou a instalar o Projeto Paulo Freire, o método de alfabetização de adultos através de uma proposta pedagógica inovadora. Para tanto, contou com a colaboração da Inspetoria Secional do Ministério da Educação, que o planejou e treinou seus coordenadores, um dos quais o professor Wall Ferraz, indicado pelo próprio Petrônio.

O bairro selecionado para implantação do Projeto Paulo Freire foi a Matinha, na zona Norte de Teresina. Houve o treinamento dos educadores e o levantamento do campo semântico da comunidade, para identificação de seu universo vocabular, mas o projeto não chegou a deslançar. A ditadura militar chegou na frente e expurgou o Método Paulo Freire da educação brasileira.

64: equilibrando-se no fio da navalha

Seu governo enfrentou a sua mais forte turbulência em 64, quando eclodiu o movimento militar. O Piauí daquele ano era um estado sem estradas, sem transportes, sem energia, sem meios de comunicação. Na manhã de 31 de março, as emissoras locais de rádio anunciavam o início do movimento armado que, em poucas horas, sacudiria o país.

No Palácio do Governo do Piauí, inquietação. No dia 1º de abril, o governador Petrônio Portella surpreendeu os presentes no

palácio com a declaração de que iria publicar nota de apoio à legalidade constitucional. Ele resistia aos apelos de amigos, correligionários e familiares. Desprezou, inclusive, os conselhos do presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Edgard Nogueira, que o procurou para desestimulá-lo da ideia.

O governador, se tivesse seguido os aconselhamentos, poderia ter ficado na espreita, aguardando o desenrolar dos acontecimentos. Mas ele a tudo resistia. Relutava em adotar uma postura pusilânime diante de fatos políticos e institucionais tão graves. Tratou, então, de se manifestar logo, comprometendo, inclusive, o próprio futuro e o da família. Sua formação jurídica e sua consciência falavam mais alto.

Assim, quando irrompeu a Revolução, num primeiro momento Petrônio alinhou-se com os governadores reformistas, à frente Miguel Arraes, de Pernambuco. Todos apoiavam o presidente deposto João Goulart.

Conforme observação do jornalista Carlos Castello Branco,

Aliado à “bossa-nova” da UDN, antilacerdista por tradição do “Caco”, Petrônio se incluía no rol dos sete governadores que se cumpunham numa espécie de dissidência ao mesmo tempo do udenismo e do populismo para animar as aspirações presidenciais do governador de Minas, Magalhães Pinto. Incluíam-se nessa equipe, além de Petrônio, Aluísio Alves (Rio Grande do Norte), Seixas Dória (Sergipe), Virgílio Távora (Ceará), Nei Braga (Paraná) e o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, cuja cruz era armada ao mesmo tempo pelo udenismo e pelo janguismo. (CASTELLO BRANCO, 1993, p.105).

O governador piauiense gravou um pronunciamento pela legalidade e contra a deposição do presidente. Com a consolidação do regime militar, sua cabeça esteve a prêmio na fase de cassação dos mandatos dos contrarrevolucionários. Por um golpe de sorte, salvou o seu mandato, o que não aconteceu com Miguel Arraes e outras lideranças que formavam com o presidente deposto.

Discurso incendiário

Eis a nota oficial divulgada pelo Governo do Piauí sobre a queda do presidente João Goulart e a tomada do poder pelos militares:

Governo do Estado do Piauí

Nota Oficial

No momento em que a Nação se encontra a braços com ameaças de sedição; no instante em que do Sul do País chegam notícias inquietantes, demonstrativas da possibilidade de vir o nosso país a ser engolfado pela subversão ameaçadora das instituições democráticas,

Cumpro o inarredável dever de levar ao conhecimento dos piauienses que o Governo do Piauí permanece hoje, como ontem, no firme propósito de defender, sem medir sacrifícios e indo às últimas consequências, a ordem democrática, os poderes constituídos, em suma, o império da Constituição.

Confio em que o povo colaborará com o Poder Público na preservação da ordem constitucional.

Teresina, 31 de março de 1964.

Petrônio Portella Nunes
Governador do Estado

(MORAES, 2010, p. 31).

Não foi esta nota, porém, que os adversários do governador trataram de divulgar. A fita magnética com o pronunciamento de improviso que ele fez para o rádio, com sua posição sobre o episódio, desapareceu misteriosamente. Mas o jornal *Estado do Piauí*, do jornalista Josípio Lustosa – que lhe fazia oposição – passou muito tempo reproduzindo o que seria o discurso de Petrônio naquela ocasião.

O coronel Elesbão Soares, um dos líderes presos por ordem do governador no levante da PM ocorrido no início do governo de Petrônio, quando era capitão, passou-me, em 2001, uma cópia do jornal com a publicação do incendiário discurso, ao tomar conhecimento que eu estava pesquisando o assunto. Era este texto que seus adversários faziam circular, à sorrelfa, pelos gabinetes militares de Brasília, por muito tempo:

Discurso pronunciado pelo governador Petrônio Portella, na tarde de 1º de abril de 1964, no Palácio de Karnak, na presença de operários e jornalistas e gravado em fita magnética, da qual foi copiado:

“Querem ensanguentar a Nação. Esta é a minha palavra. Não é a palavra que é expressa perante os senhores, foi a palavra solenemente empenhada perante o Chefe da Guarnição Federal, a quem às 3 horas da madrugada de hoje me dirigia no seguinte teor: “Não quero saber qual

é a posição dos senhores, quero dar a minha: de defesa da legalidade, e ela só se faz íntegra mantendo o mandato do Presidente da República (palmas!)... De maneira que julgo injuriosa a pergunta dos senhores porque nunca fui homem de oportunismo”.

A minha ideia hoje expressada é a ideia de hoje, e será a de sempre na defesa intransigente do povo, contra privilégios abusivos e caducos e que hão definitivamente de ser destruídos pela vontade soberana do povo brasileiro (*palmas!*).

Agora mesmo vou dirigir minha mensagem especial ao Governador Miguel Arraes (*palmas!*)... em que levo também à Sua Excelência a palavra oficial dos trabalhadores do Piauí e lhes pediria até que a uma hora me trouxessem este documento assinado por todos os representantes dessas entidades porque isso servirá para ser difundido para todo o Brasil e é a única forma que nós temos, de que nós dispomos, para, na medida de nossas possibilidades, dar o concurso de nossa presença e o calor de nosso entusiasmo cívico na defesa da legalidade ameaçada (*palmas!*)...

Quero nesta oportunidade, então, perder-lhes que me façam encaminhar ainda agora para que eu transmita ao Governador Miguel Arraes a mensagem dos trabalhadores do Piauí, e através dele o Senhor Presidente da República (*palmas!*)...

Quero, neste momento, deixar bem claro a minha posição que não tenho medo... de ris... risco e nem de perigos e mais fazendo-lhes umas ponderações:

1º – Nós não temos forças de reação material. Este é o primeiro dos nossos problemas. Nós temos, sim, de deixar bem claro mesmo o nosso entusiasmo, mas é de convir que a força que vamos dizer o mandado dos ilegalistas e dos golpistas possam inclusive atentar contra a liberdade de opinião dos trabalhadores.

Eu lhes peço, neste momento, que se mantenham calmos, não façam manifestações que possam constituir motivo para intervenção federal no Estado, porque eu, no momento, só tenho uma coisa a meu favor, é a força moral que será integralmente respeitada enquanto eu tiver vida (*muito bem!*)... Mas não disponho de força material para uma ação, isto mesmo já comuniquei oficialmente ao Governador Miguel Arraes. Quero, então, dar-lhes este esclarecimento, porque já tive avisos de proibição de passeatas de manifestações e se estas passeatas nos fossem proveitosas no sentido de que nós pudéssemos com ela obstacular a marcha da reação com o perigo da própria vida, eu me colocaria em primeiro plano, em primeiro lugar, para, ao lado de vocês, lutar pela legalidade (*palmas!*)...(Petrônio!)... Mas não vejo no momento condições maiores para isto e qualquer fato que os senhores queiram, qualquer pessoa que queira tomar, peço que entre permanentemente em contato com o governo, porque eu lhe direi inclusive do... dos perigos que possam correr, porque eu não tenho a quem servir, senão ao povo (*Muito bem!*)... (*palmas!*). Agora, hoje de manhã, já recebi comunicações da 10ª Região Militar, solicitando que

não houvesse, que a situação do Brasil é calma e a calma é favorável ao movimento legalista, se nós estamos efetivamente integrados nos nossos trabalhos, nós estamos dando mão a reação. O que nós precisamos é de fazer fora do Estado os nossos pronunciamentos, levar a nossa palavra, extra-muro ou ultra-muros, para que fiquem sabendo os golpistas que no Piauí há homens livres, dispostos a lutar com o sacrifício da própria vida pela liberdade. (*aplausos!*)...(*Muito bem!*)... (*Aplausos*)”

(*Transcrito do jornal ESTADO DO PIAUÍ, de 16.06.64*)

Dessa forma, às claras, e, principalmente, nas sombras, seus adversários passaram muito tempo tentando derrubá-lo do poder, como recorda ainda Helvídio Nunes:

Seus inimigos e desafetos jamais o perdoariam. Incontáveis tentativas foram feitas para jogá-lo contra os governos revolucionários. A nota que expediu em 1º de abril de 1964, em defesa da Constituição e das instituições, quando já estava, diga-se de passagem, praticamente decidida a sorte da Revolução, foi o látego com que pensaram, repetidas vezes, molestá-lo. (NUNES, 1993, p.139).

Com a cabeça a prêmio, quando irrompeu o movimento de 64, Petrônio viu de perto o lado mais amargo da política, como conta o professor Wall Ferraz, então vice-prefeito de Teresina:

Ao encontrá-lo completamente só no Palácio – todos os servidores, os que se diziam amigos, haviam fugido – ouço dele:

— A política é desumana!

Até aqueles que viviam rogando favores diários traíram às escâncaras, pressionando inclusive o comandante da Guarnição Federal para que o depusesse.

(FERRAZ, 1992, p.117).

Reconhecendo as ligações de Petrônio com a “bossa-nova” da UDN, Carlos Castello Branco escreveu:

Não estranhei a notícia de que mandara mensagem a 31 de março de 1964 a Arraes, declarando-se solidário com a legalidade ameaçada e afirmando que o Piauí só não se levantara em armas por não dispor de armas. Pertenciam todos naquele momento a uma mesma vertente, embora nela já não estivesse o governador Magalhães Pinto, que transferiu suas responsabilidades para tarefas que exigiam dele a clássica atitude conspiratória. O elemento de ligação entre ele

e aqueles outros governadores, José Aparecido de Oliveira, não foi poupado, mas mantido à margem dos acontecimentos em que se envolveu o Palácio da Liberdade (sede do governo mineiro) e cassado na primeira leva das vítimas do movimento. (CASTELLO BRANCO, 1993, p.105-106).

Depois de citar que os governadores foram surpreendidos pelo 31 de março desfechado por um dirigente político que os aliciava para outra caminhada, o jornalista considera que a reação de Petrônio ao movimento de 64 era natural e compunha-se com o dever de quem, como governador, exerce o mandato popular.

Mais adiante, fala das consequências políticas do ato:

Sua mensagem lhe valeu a hostilidade ativa da guarnição militar de Teresina, que, anos a fio, lhe cobrava a cabeça aos chefes dos governos militares. A lealdade do comportamento e a honradez do governador, talvez nos primeiros tempos com a influência de José Cândido Ferraz entre os conspiradores do grupo de Costa e Silva, lhe preservaram o mandato. O presidente Castello Branco o respeitava e visitou-o em Teresina antes da edição do Ato nº 2. Estive presente à recepção no Palácio de Karnak e pude observar a deferência do presidente para com o governador, para desespero de seus adversários aquartelados no 25º BC. (CASTELLO BRANCO, 1993, p.106).

As convicções democráticas e a dedicação à legalidade pelas quais Petrônio punha a mão no fogo e arriscava sua carreira e sua liberdade não eram daquele momento. Elas datavam de muito antes, como recorda o senador Francelino Pereira, piauiense que fez carreira política em Minas Gerais, onde foi vereador, deputado federal e governador de 1979 a 1983, além de senador:

Apesar de udenista, ficou ao lado do presidente Juscelino Kubitschek quando, em 1955, sua posse foi contestada pela UDN e por setores militares a ela ligados. No mesmo ano, manifestou-se contra o movimento de 11 de novembro, liderado pelo então Ministro da Guerra, Henrique Teixeira Lott, que depôs o Presidente da República em exercício, Carlos Luz, e o Presidente licenciado, Café Filho, apesar de o objetivo declarado daquela ação militar ter sido o de deter uma conspiração contra a posse de JK. (PEREIRA, 2009, p.44).

João Clímaco D'Almeida, o Joqueira (1910-1995), foi sucessivamente vice-governador de Petrônio e de Helvídio Nunes. Assumiu o governo com a renúncia do último, em 1970, para concorrer ao Senado. Ele contou que, na noite do histórico *Comício das Re-*

formas, realizado na praça da *Central do Brasil*, em 13 de março de 1964, sob o comando do presidente João Goulart, ele estava no Rio, acompanhando o governador Petrônio Portella.

Insistentemente convidado a se fazer presente à concentração popular, Petrônio estava decidido a comparecer. Jokeira atalhou:

— Você está louco! Você não pode ir. Esse comício é violento demais. O Jango está expondo todo mundo. Vamos acompanhar pela televisão.

Contrariado, o governador atendeu o apelo de seu vice e não pôs os pés na gigantesca concentração, considerada mais tarde a gota d'água para a derrubada de Jango do poder.

A ausência de Petrônio no *Comício das Reformas* viria a se juntar, depois, aos motivos que ajudaram a salvar o seu mandato de governador.

No começo do governo militar, o governador Petrônio Portella passou por uma quarentena. Só saiu dela depois que, sentindo-se desprestigiado, procurou diretamente o presidente Castello Branco e colocou o cargo à sua disposição:

— Não quero que a minha presença à frente do Governo do Piauí prejudique o meu Estado – disse, com firmeza, ao presidente, depois de provar, pelos constantes cortes de verbas, que o Piauí estava sendo discriminado pelo governo federal.

O gesto de Petrônio impressionou Castello Branco que, a partir daí, mudou completamente em relação a ele, prestigiando-o. Foi no governo Castello Branco que o Piauí ganhou seu último empreendimento federal de porte – a usina hidrelétrica de Boa Esperança, no município de Guadalupe.

O fato é que, com astúcia, Petrônio conseguiu andar no fio da navalha, equilibrar-se no poder e levar o mandato até o fim. Só deixou o governo em 12 de agosto de 1966, quando renunciou ao cargo para ser candidato a senador. Disputou com o padre Solon Corrêa de Aragão (MDB), deputado estadual com base eleitoral em

São João do Piauí, e ganhou disparado. Ele foi eleito com 136.054 votos, contra 74.055 do seu adversário.

Sua convivência com o presidente Costa e Silva, já agora como senador, também foi pacífica, como deixa claro em homenagem que lhe prestou da tribuna, em 1969, quando o general sofreu um acidente vascular cerebral (AVC), em consequência do qual veio a falecer:

Em várias oportunidades mantive entendimentos com o presidente sobre o meu Estado e vi o quanto se empenhou em demonstrar, não pela palavra que se vai, com as ilusões, mas, em determinações vigorosas, visando a conceder os recursos indispensáveis ao término da barragem de Boa Esperança. (PORTELLA, 1973, p.12).

E prosseguia:

Em todos os momentos, tivemos o presidente no papel de amigo do Piauí, a demonstrar que as chocantes desigualdades entre regiões tem de cessar, como fator indispensável ao desenvolvimento global do país. Poderia, se fastidioso não fosse, arrolar providências e obras do governo Costa e Silva, em meu Estado. Limito-me a assinalar o financiamento internacional para a pavimentação da BR-407, pavimentação da 316 e o estudo hidráulico do porto de Luís Correia. Um legado há de distinguir entre os mais importantes – a universidade, em fase de implantação. Se tudo fosse reduzido à universidade, já seria muito. Em breve, muitas portas se abrirão para a juventude de minha terra, no milagre da multiplicação de oportunidades. É o belo espetáculo de ascensão de um povo, em conquista do desenvolvimento, pela educação. (id., p.12).

Já senador e pela segunda vez presidente do Congresso Nacional, eis o depoimento que ele deu sobre 64 no Piauí, naqueles dias difíceis e delicados, em que seu mandato de governador esteve por um triz:

No dia 31 de março, estava no meu gabinete de trabalho, perto da meia-noite, quando expedi uma nota ao conhecimento do povo de que irrompera um movimento em Minas Gerais. Dei uma nota pessoal apelando para a união do país a fim de evitar a guerra civil. Nessa mesma noite comparece ao meu gabinete o comandante da Guarnição Federal (coronel Francisco Mascarenhas Façanha), indaga de mim qual era a minha posição. Eu disse: “Sou pela legalidade”. Ele disse: “Sua posição está certa e nós ainda não temos instrução do IV Exército de como agir”. No dia seguinte, dei uma nota pela legalidade, nota muito publicada e muito distorcida, pela qual se faz exploração

de compromissos meus com o presidente João Goulart, com quem tinha relações pessoais recentes e formais, como se impunha a um governador de Estado face ao Presidente da República. A minha nota explicitava claramente que defendia a legalidade. Neste mesmo dia recebo um emissário, homem do Piauí, já falecido (Leonel Madeira Campos, amigo de Petrônio que morava em Recife), que me levou um manifesto do Governador Miguel Arrais, endereçado a todos os governadores do Nordeste, que eu me excusei de assinar. Na oportunidade, disse, na presença de membros do meu governo, que não gostaria de assinar um manifesto daquele, exatamente por conhecer as posições anteriormente assumidas pelo governador de Pernambuco. (NERY, 1980, p.28).

Em seguida, Petrônio conta como era seu relacionamento com Miguel Arraes e como enfrentou a rede de intrigas armada contra ele:

E me cumpre acrescentar que, não obstante as explorações, nunca tive qualquer contato com o governador Miguel Arrais, apesar de minhas andanças pelo Recife, como membro do Conselho da Sudene, e nunca fui a Palácio, nem por aquele governador fui visitado. Foi esse o tipo de entendimento havido. Mandei-lhe uma carta dizendo que a posição que eu tinha de tomar já havia tomado. Cumpre ainda acrescentar que tive a meu favor, em todos esses episódios, a presença do presidente Castello Branco, que conhecia bem os problemas políticos do Piauí, conhecia minha atuação, fora meu conselheiro quando da crise com a Polícia Militar e isto me serviu muito para elucidar problemas que adviriam das intrigas contra mim articuladas. (ibid., p.28).

A sua posição inicial sobre 64 e, depois, a guinada eram assuntos tratados abertamente por Petrônio. Ao referir-se, em discurso no Senado, a esse controvertido momento político de sua carreira de homem público, e que constituía o prato predileto de seus adversários, diria:

Fui e sou assim. Não deixei que os princípios oscilassem na direção dos interesses. Por isso, aqui estou, onze anos após, a dizer que se fui contra o golpe armado, em coerência com atitudes anteriores, não mudei de direção, de amigos, de princípios, nem de legenda, ao apoiar a Revolução, cujas diretrizes sintonizavam-se com a orientação do meu governo. (NUNES, 1985, p.37).

Quando despejavam cartas anônimas sobre suas repetidas ascensões em Brasília, depois de ter renegado a Revolução, ele se defendia, indagando:

— E os militares que aderiram no dia 1º de abril eram fieis a quem?

Ao receber pela segunda e última vez seu diploma de senador, em solenidade realizada na Assembleia Legislativa do Piauí, em 25 de janeiro de 1975, Petrônio manifestou-se, num autojulgamento de sua vida pública, apontado pelo professor M. Paulo Nunes como que o seu credo político:

Enfrentei imperturbável os perigos e não me faltou jamais a força para as decisões mais difíceis. Não cedi à fraqueza, quando se me impunha um dever de superar-me, superando as limitações que são muitas. Na administração, considerei indispensável a honestidade que começa nos propósitos dos governantes e se estende, em sucessivos exemplos, ao respeito à coisa pública, a pairar acima dos interesses pessoais. (id., p.37).

E continuava:

Cuidei da coisa pública, crente que sou, com a devoção que tenho às coisas sagradas e não a usei nunca para premiar dedicações, fazer ou consolidar amizades, que elas se aviltam nesse clima de se dar o que é alheio. Na oposição ou no governo, sempre o mesmo. Numa trincheira, falando e combatendo; na outra, servindo, sem esquecer os compromissos com o povo; aqui me encontro de mãos limpas e a consciência pacificada pelo lastro que posso contemplar e oferecer à minha terra e aonde os mandatos do povo piauiense me levarem. (ibid, p.37).

A imortalidade póstuma

Com vida intelectual intensa na juventude, Petrônio levou pela vida afora o gosto pela cultura. Já aos 18 anos, conhecia as diversas escolas literárias luso-brasileiras e era leitor assíduo dos clássicos da literatura e da história do mundo ocidental.

Os trabalhos que, em vida, publicou resumem-se a discursos, conferências e pareceres. Ainda assim, deixou peças literárias primorosas, como a conferência que pronunciou em Ouro Preto, Minas Gerais, em 24 de novembro de 1979, quando da chegada, ali,

dos restos mortais de Bernardo Pereira de Vasconcelos, um dos mais importantes senadores do Império.

Foi nesse discurso que lavrou outra frase célebre de sua carreira política, ao discorrer sobre a trajetória política sinuosa do homenageado:

— Só não muda quem se demite do direito de pensar.

Seus discursos parlamentares foram reunidos em dois livros, *Tempo de Congresso*, volumes 1 e 2. O primeiro, com 304 páginas, foi publicado em 1973, em Brasília, pelo Centro Gráfico do Senado. O segundo, com 680 páginas, é uma edição póstuma, lançada em junho de 1980, também em Brasília, com apresentação do ministro Golbery do Couto e Silva:

(...) Serve bem – e muito – este livro, para reviver a imagem do congressista, especialmente do tribuno, ora inflamado, ora tranquilo e pedagógico, que sabia, em qualquer oportunidade, dominar o auditório, por mais inquieto que se mostrasse, escandindo as palavras, usadas como aríetes ou saboreadas em toda a sua beleza formal, dedo em riste ou polegar e indicador em esquadro, ajeitando os óculos pesados sobre o cavalete do nariz, o olhar corruscante ou irônico – muito mais irônico do que irado – e o perfil, o seu tanto esguio, encadernado em trajar impecável e sóbrio. (PORTELLA, 1980, p.XI).

Em 31 de janeiro de 1978, dois anos antes de seu falecimento, Petrônio Portella visitava a sede da Academia Piauiense de Letras, para receber o título de sócio benemérito da instituição e um reencontro com os intelectuais de sua geração:

Aqui estou, senhores, como em estado de graça, nesta assembleia. Nela revejo homens e evoco fatos, nela busco o sumo das reminiscências mais caras, nela encontro as aspirações mais fortes que as fraquezas, para as lutas inseparáveis de meu destino. (PORTELLA, 1980, p.675).

E confessava:

Senhores, ao longo de minha vida universitária, pensei em ser mais um intelectual – com certeza, professor – que um político, tão evidente me parecia ser a vocação. As ideias, os compromissos, o temperamento, a incoercível disposição para a luta, fizeram-me homem público. Houve um desvio, sem infidelidade, porque em mim vive o

apaixonado das letras que, se a elas não se devotou por intenção, lhes presta as reverências, homenageando ainda seus cultores e pontífices. (ibid., p.676).

Estimulado por amigos, Petrônio se inscreveu em 1979 para ocupar uma cadeira na Academia Piauiense de Letras, a de número 16. Não chegou a ser votado, pois morreu antes do pleito. Como sua eleição seria uma aclamação, a Academia, sob a presidência do professor Arimathéa Tito Filho, decidiu dar-lhe posse *in memoriam*.

A cadeira 16 da Academia Piauiense de Letras tem como patrono Taumaturgo Sotero Vaz. Seu primeiro ocupante foi o poeta Zito Baptista, que foi sucessivamente substituído por José Pires Rebelo, Ademar Soares da Rocha, Edgard Nogueira, Petrônio Portella e Zenon Rocha. Seu ocupante atual é o psiquiatra Eustachio Portella Nunes Filho, irmão de Petrônio.

Após a morte de Petrônio, o acadêmico M. Paulo Nunes deu este depoimento sobre o amigo:

Ao comparar o Petrônio da mocidade com aquele com quem convivemos em seus últimos dias, sinto que essencialmente sua personalidade não se havia alterado, continuando a ser o mesmo de outros tempos. Aquela permanente curiosidade pelos fatos, a presteza no agir, a inteligência vivaz, a alegria de viver, de sentir a vida a cada dia como se fosse dela despedir-se em pouco, o dom da comunicabilidade, a lealdade aos amigos, a competência, são qualidades que o acompanham ao longo de sua tão curta existência, mas por ele vivida em tanta plenitude. Há que destacar-lhe sobretudo a tenacidade, aquela determinação com que se exprime no final do seu discurso de posse como Ministro da Justiça: “Há homens que gostam da luta. Eu sou um deles. Caem e logo se levantam com as armas na mão e a fé redobrada”. (NUNES, 1985, p.34).

Homenagens

Petrônio Portella foi agraciado com as mais significativas condecorações nacionais e estrangeiras. Entre elas, citam-se: Grande Colar do Congresso Nacional. Grã-Cruz da Ordem do Mérito Rio Branco. Grã-Cruz do Mérito Judiciário Militar. Grande Medalha da Inconfidência. Medalha de Machado de Assis, da Academia Brasileira de Letras. Grã-Cruz da Ordem Estadual do Mérito Re-

nascença do Piauí. Grã-Cruz da Ordem do Infante Dom Henrique (Portugal). Grã-Cruz da Ordem Aguila Azteca (México). Grande Oficial da Legião de Honra (França). Ordem do Mérito Britânico. Medalha de Ouro comemorativa do Império Persa.

O Senado Federal realizou sessão especial no dia 22 de fevereiro de 2000 para lembrar a passagem dos 20 anos de sua morte. A iniciativa foi encabeçada pelo senador Hugo Napoleão (PFL) e apoiada por outros senadores.

A mesa estava composta pelo presidente, senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), viúva Iracema de Almendra Freitas Portella Nunes, e dos ex-senadores e ex-presidentes da Casa, Jarbas Passarinho e Mauro Benevides, além de senadores, ministros, deputados, familiares e outros convidados.

Os oradores da sessão foram os senadores Hugo Napoleão, Alberto Silva, Freitas Neto, Francelino Pereira, Sérgio Machado e Ramez Tebet. Todos eles procuraram destacar a importância da capacidade política do ex-senador Petrônio Portella como artífice do projeto de distensão política. Todos lembraram e lamentaram também sua morte prematura e inesperada.

No Piauí, foram prestadas as seguintes homenagens a Petrônio Portella:

- Campus da Universidade Federal do Piauí, que leva o seu nome;
- Avenida Petrônio Portella, na zona Norte de Teresina;
- Ponte Petrônio Portella, ligando a avenida do mesmo nome à zona Leste;
- Estátua no cruzamento das avenidas Frei Serafim e Miguel Rosa, no centro de Teresina, erigida na administração do prefeito Heráclito Fortes, hoje senador;
- Projeto Petrônio Portella (Plano Editorial do Estado);
- Palácio Petrônio Portella (sede do Poder Legislativo Estadual);
- Memorial Petrônio Portella (funciona na Assembleia Legislativa);

- Aeroporto de Teresina – que recebeu o seu nome em 2000, por proposição do deputado federal Heráclito Fortes;
- Barragem Petrônio Portella, em São Raimundo Nonato, o berço do homem americano;
- Em vários municípios do interior do Piauí e de outros Estados há escolas e logradouros públicos com o seu nome.
- Em Brasília, um auditório, no Congresso Nacional.

A sobrevivência do esquema Portella

O esquema Portella, fundado por Petrônio em 1962, no Piauí, com sua eleição para o Governo do Estado, foi o mais poderoso e mais longo da política piauiense e sobreviveu à sua morte por mais de 20 anos. O senador formou uma geração de políticos vitoriosos, lançando vários deles na vida pública.

Entre eles, Hugo Napoleão e Freitas Neto, foram os que mais se destacaram. O primeiro começou sua carreira como deputado federal, em 1974, e o segundo como deputado estadual, no mesmo ano. Ambos renovaram seus mandatos em 1978, sempre pela Arena. Os dois chegaram ao Governo do Estado, ao Senado e a Ministérios.

Quando saiu do governo, em 1966, Petrônio fez o sucessor, Helvídio Nunes, através de eleição indireta, e se elegeu para o Senado, na única vaga que cabia ao Piauí. Helvídio saiu para o Senado, nas eleições de 1970, e João Clímaco d’Almeida, o Joqueira – que foi vice também de Petrônio – assumiu o governo.

O governador seguinte, engenheiro Alberto Silva (1971-1975), foi indicado pelos militares à revelia de seu esquema, porém sem qualquer hostilidade sua. Petrônio se reelegeria para o Senado em 1974, escapando do terremoto que sacudiu a Arena naquelas eleições, quando o partido do governo foi derrotado em 16 dos 22 estados então existentes, na disputa de cadeiras do Senado.

O presidente nacional da Arena fazia bonito, no entanto, em sua terra. Ele foi reeleito para o novo mandato de senador com 279.350 votos, contra 94.662 dados ao advogado Manoel Lopes Veloso, do MDB.

O sucessor de Alberto, Dirceu Arcoverde (1975-1978), já seria novamente outro integrante do esquema Portella. Dirceu renunciou em 1978 e se elegeu senador, derrotando Alberto Silva. O mandato-tampão de governador foi exercido pelo vice Djalma Veloso, outro líder de seu esquema.

Dirceu concorreu pela Arena-1 e recebeu 290.218 votos, enquanto a votação de Alberto, da Arena-2, chegou a 260.007 sufrágios. O eleito morreu no início do mandato, Alberto assumiu a sua cadeira e ficou os oito anos no Senado, fazendo oposição ao esquema Portella no Piauí. Nesse mesmo pleito, Helvídio Nunes, também da Arena, retornou ao Senado pelo voto indireto.

Quando Petrônio morreu, o Piauí era governado por seu irmão, Lucídio Portella (1979-1983), que cuidava dos interesses do senador na política estadual. Foi o último governador escolhido por eleição indireta.

Com o restabelecimento das eleições diretas para governador, em 1982, o deputado federal Hugo Napoleão foi eleito como seu sucessor. O seu principal cabo eleitoral foi justamente o governador Lucídio Portella, herdeiro e condutor do esquema Portella com a morte do senador.

Naquelas eleições, o governo impôs uma derrota fragorosa ao senador Alberto Silva, seu principal opositor. Hugo concorreu pelo PDS e Alberto pelo PMDB. Hugo obteve 393.818 votos, contra 271.274 dados ao peemedebista.

O esquema Portella rachou na sucessão presidencial de 1985, a última definida através do Colégio Eleitoral. Lucídio Portella, já sem mandato, apoiava o candidato oficial do seu partido, o PDS, ex-governador de São Paulo, Paulo Maluf.

O governador Hugo Napoleão optou por seguir a Aliança Democrática, formada pela Frente Liberal (depois PFL, hoje DEM) e o PMDB, para apoiar o governador mineiro Tancredo Neves na

eleição indireta para presidente da República. Hugo deu a maioria esmagadora dos votos do Piauí ao candidato da oposição.

Lucídio deu o troco na sucessão estadual de 1986, quando se compôs com o maior adversário do esquema Portella, o senador Alberto Silva, para derrotar o candidato de Hugo Napoleão e do PFL ao governo, o deputado federal Freitas Neto, o último prefeito nomeado de Teresina. Era outra aliança impossível, essa de Lucídio com Alberto. Era uma aliança tão estranha quanto aquela de 1962, entre a UDN e o PSD, costurado por Petrônio.

Nesse pleito, o governador do Piauí era José Raimundo Bona Medeiros, o vice que assumiu com a renúncia de Hugo para concorrer ao Senado. Bona Medeiros, ex-deputado estadual e ex-prefeito de Teresina, foi outro político que fez carreira no esquema Portella. No comando da sucessão estadual de 86, ele ficou com o PFL de Hugo e Freitas Neto.

Com o nome de “Oposições Coligadas”, a aliança oposicionista do PMDB com o PDS venceu a eleição para o governo, embora Hugo tenha sido eleito para o Senado. Alberto Silva recebeu 440.218 votos, enquanto Freitas Neto somou 425.490 votos. O candidato das oposições venceu o pleito por uma diferença de apenas 1,44% (14.728 votos). Lucídio foi eleito vice-governador, na chapa encabeçada por Alberto Silva. O ex-governador Chagas Rodrigues foi eleito senador no mesmo palanque, concorrendo pelo PMDB.

As oposições elegeram também a ex-primeira-dama do Estado, Myriam Portella, cunhada de Petrônio, para a Assembleia Nacional Constituinte. Ela foi a primeira mulher piauiense a compor o Congresso Nacional, como deputada federal.

Dona Myriam Portella concorreu pelo PDS e, depois, foi uma das fundadoras do PSDB, ao lado de Fernando Henrique Cardoso, José Serra e Mário Covas, entre outros tucanos.

Eleito senador em 1986, Hugo Napoleão seria um dos fundadores do PFL e, depois, seu presidente nacional. No Governo Sarney, foi ministro da Educação e também da Cultura. No Governo Itamar Franco, foi ministro das Comunicações.

Nas eleições de 1990, Lucídio e seu PDS se reconciliaram com Hugo Napoleão e seu PFL, elegendo, enfim, o ex-deputado federal Freitas Neto para o governo. O esquema derrotou o candidato do governador Alberto Silva, Wall Ferraz (PSDB), ex-prefeito de Teresina.

Nesse mesmo pleito, Lucídio se elegia para o Senado. Nas eleições de 1994, Freitas Neto concorreu ao Senado, tendo como suplente o engenheiro Elói Portella, o irmão mais novo de Petrônio. Quem assumiu o Governo do Piauí, por dez meses, foi o vice-governador Guilherme Melo, ex-genro de Lucídio.

Freitas Neto foi vitorioso, juntamente com o senador Hugo Napoleão, que renovou o mandato. Mas a coligação governista perdeu a eleição para governador.

Com a nomeação, mais adiante, de Freitas Neto para o Ministério das Reformas Institucionais, no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, Elói foi convocado para a cadeira de senador. Dois irmãos de Petrônio, um mais velho e outro mais novo do que ele, estavam, assim, no Senado da República ao mesmo tempo.

O candidato derrotado do esquema Portella ao Governo do Piauí nas eleições de 1994 foi o deputado federal Átila Lira, do PFL. Ele recebia o apoio do senador Lucídio Portella, que indicou o sobrinho, deputado estadual Marcelo Coelho, como seu companheiro de chapa.

O vitorioso nesse pleito foi o médico Francisco de Assis de Moraes Souza, o Mão Santa, ex-prefeito de Parnaíba. Ele foi eleito pelo PMDB, partido ao qual se filiara no ano anterior, porém reivindica a sua condição de remanescente do esquema Portella.

Na verdade, Mão Santa, hoje senador, depois de ter sido reeleito governador, em 1998, conquistou o seu primeiro mandato, o de deputado estadual, pela Arena, em 1978. Foi vice-líder do governo Lucídio Portella na Assembleia Legislativa e depois se elegeu prefeito de Parnaíba pelo PDS, em 1988. Só rompeu com o seu partido por que este lhe negou a vaga de candidato a vice-governador, em 1994.

— Foi o Dirceu Arcoverde, que era médico como eu, quem me lançou na política estadual. Fui candidato a deputado estadual para ajudá-lo, em Parnaíba. Mas foi Petrônio Portella que me incentivou a prosseguir. Uma vez, quando eu lhe disse que não passaria de deputado estadual, Petrônio retrucou dizendo-me que eu seria o que quisesse na política do Piauí. Ele estava certo – conta, envaidecido, o senador Mão Santa.

Lucídio não concorreu à reeleição, em 1998. Freitas Neto voltou para o Senado, no segundo mandato de FHC, e Elói retomou suas atividades como engenheiro da Portobras. Dos parentes diretos de Petrônio Portella, apenas um tem mandato eletivo hoje. É o deputado estadual Marcelo Coelho, seu sobrinho e presidente regional do PP no Piauí.

O deputado federal Ciro Nogueira Filho, do PP piauiense, é casado com uma sobrinha de Petrônio, Iracema Portella.

Além de vencer quase todas as eleições majoritárias no Estado, desde 1962, o esquema Portella foi vitorioso, também, na composição da Assembleia Legislativa e da Câmara dos Deputados, continuamente com larga vantagem, pelo menos 70 por cento. Seu poder se espalhou também pelos municípios, de forma hegemônica, contando sempre com o maior número de prefeitos e vereadores.

Auto-retrato

Dois anos antes de sua morte, Petrônio Portella concedeu uma longa e antológica entrevista ao jornalista Sebastião Nery, que à época trabalhava para o jornal *Última Hora*, do Rio de Janeiro. A entrevista foi incluída depois no livro *Pais e Padastros da Pátria*, que o jornalista lançou em 1980, com os perfis de várias personalidades da política brasileira.

Antes de dar a palavra a Petrônio, Nery traçou o perfil do senador para o livro, destacando que manteve com ele uma convivência profissional de 25 anos:

Audaz pintado de tímido, emotivo com pálpebras de cera, olhar arisco, fundo, navalhado, escondido atrás de grossos óculos, como tabiques das disfarçadas intenções, a ele cabia, sem favor porque congênito, o

adjetivo que o trouxe pela mão, vida afora, desde as securas de sua tórrida província: talentoso. Estava na cara. Bastava olhar. Uma, duas, três horas de conversa e ele não perdia jamais o fio da meada. Sabia o que queria das coisas e das mais insignificantes situações. Falando da pátria, do Piauí, dos filhos, ou falando do “ovo de granja”, do senador biônico, ele cuidava permanentemente das palavras e das ideias como quem atenta para os pés com que anda. (NERY, 1980, p.23).

O jornalista prosseguia:

Para ele, cada instante valia por si, era definitivo. Não dormia em serviço, como se diz no Nordeste. Na verdade, não devia dormir nem no sono. Era um sempre despertado no alerta diário de viver e fazer (...). Não conheço um só jornalista brasileiro de quem ele cobrasse uma crítica mais feroz. Era um profissional. E os profissionais sabem que o hoje já é o ontem. O que conta é o amanhã (...). Um oportunista? Não! Os oportunistas quebram as patas na primeira esquina. E Petrônio vinha vindo, há muito, numa escalada de sucessos. Um frio Richelieu das próprias causas? Também não! Quem só pensa em si perde a noção das encruzilhadas. E Petrônio era um campeão de obstáculos. (id., p.24).

Depois, Nery reproduz a entrevista. O jornalista lembra que, por mais de uma vez, o nome de Petrônio Portella esteve cogitado para uma vaga no Supremo Tribunal Federal. O senador se pronunciou sobre essas especulações:

Você me pergunta se vou para o Supremo. Não tenho plano preconcebido, porque acho que a partir do momento em que o cidadão se entrega a perseguir determinadas ambições ele começa a perder pontos para si mesmo, começa a fazer concessões descabidas, a se desvalorizar. Ele já senta a uma mesa previamente com pontos perdidos. Sou candidato sempre a atuar, a participar, a ter uma voz ativa, a poder dizer alguma coisa, a fazer outras tantas. Isto é que me importa. Se Deus continuar me ajudando, continuarei no Senado como intérprete do povo do Piauí. Se não, irei para casa. (ibid., p.30).

Como o senador imaginava a política e qual era o envolvimento que ele queria que seus filhos tivessem com a vida pública? Ele respondeu estas perguntas ao jornalista Sebastião Nery:

Você me pergunta qual seria uma mensagem minha, neste momento, a um filho meu universitário, diante da política, com a experiência de político que saiu da universidade para a política. Exatamente como pai desvelado, entregue à tarefa de orientar o filho para a felicidade, eu lhe diria: “Siga a sua vocação. E se houver a coexistência de duas, entre elas estando a política, opte pela outra e não pela política, que é

o que de mais nobre possa fazer um homem, mas é também o que de mais difícil ele tem diante de si”.

A política é sobretudo o eterno desafio. É um desafio sobre o qual nós nunca triunfamos. A solução vantajosa de um problema sucedem-se ene problemas à espera do nosso trabalho, da nossa paciência e da nossa combatividade. Estamos sempre em luta contra os outros, os que nos detestam, os que nos invejam e aqueles que combatem as nossas causas, as nossas idéias. Todas as profissões tem seus problemas, as suas dificuldades e, no plano material, incomparavelmente gratificam melhor e podem oferecer também a auto-satisfação, que é uma espécie de estado de graça, vizinho da felicidade. Se o homem quer viver bem e egoisticamente, que não escolha a política e viva longe dela. Eu sempre digo isto a meus filhos. (NERY, 1980, p.29).

Na mesma entrevista, o senador compôs um auto-retrato:

No exame objetivo dos fatos, todos acham que sou um político afortunado. É fácil então avaliar como sofrem aqueles que não são. Meu sucesso político devo aos meus defeitos e às minhas qualidades. Os defeitos deixo com os inimigos, declarados ou ocultos. Falarei daquilo que considero qualidades. Sou um obstinado. Quando me convenço da importância e da validade de uma causa, sei lutar e corajosamente o faço. Em mim, graças a Deus, existe um fator que considero fundamental para um político: a coragem. Coragem que resiste a tudo. Coragem que vence a todas as condições que normalmente levariam qualquer pessoa ao desespero. Esta a minha primeira qualidade. A segunda: conheço bem os homens e os distingo sempre. É até pretensão minha agora proclamar isto, mas é rigorosamente algo de que me ufano. Tenho privado muito com homens de todas as categorias, mas não me iludo com eles. Poucas decepções com eles tive. Procuro surpreender-lhes as fraquezas como descobrir-lhes as qualidades, aproveitando-as sempre, porque nas várias missões a mim atribuídas nunca procurei anular os valores. Ao contrário, sempre procurei me juntar a eles. Graças a Deus jamais fui marcado pelo complexo de inferioridade. (id., p.29).

Petrônio Portella apontou também outras credenciais suas como político:

Eu diria que outro fator fundamental na minha vida pública é a honestidade com que marco a minha vida em qualquer plano. Não místico, não adúltero, não falseio, sou sempre autêntico, autêntico sem aspas, e tenho para mim que isto tem praticamente dissolvido muita coisa que contra mim se tenta improcedentemente.

No Senado, onde de fato fiz uma carreira como bem poucos, jamais se arrolou contra mim um gesto menos nobre, uma atitude que me abastardasse, ou me desconceituasse perante os meus companheiros. Isso

me confere uma certa autoridade, da qual faço uso em qualquer posto que ocupe. E quanto ao fato de ser do Piauí, considero um privilégio, porque tenho a impressão de que foi daquela ambiência do lar que tive, da ranzinzice de meu pai, da marginalização do meu povo, que aprendi a ser duro, resistente, tenaz, munindo-me do instrumental indispensável a algumas vitórias de que não me ufano, mas que considero etapas normais da vida de quem luta. (ibid., p.30).

Estava escrito nas estrelas (?)

Um líder nato, Petrônio Portella brilhou entre os políticos de sua geração como um homem do diálogo e do entendimento. Ele costumava repetir:

— Conversar, para mim, foi uma prática providencial, que me fez superar barreiras intransponíveis. O importante é estar receptivo a ouvir e dizer as coisas mais difíceis ou constrangedoras, em ambiência de mútuo respeito.

E mais:

— Acredito no diálogo não apenas para o ajuste de ideias e compromissos, mas para a fixação de desentendimentos irreduzíveis. Em qualquer dos casos, ajuda e esclarece. Teme o diálogo quem está inseguro.

Barbosa Lima Sobrinho, o venerado presidente da ABI (Associação Brasileira de Imprensa), escreveu, sobre seu poder de persuasão :

Petrônio Portella teria que começar agindo e doutrinando, e até mesmo convencendo os seus próprios correligionários, para a conquista de algumas vitórias, que dificilmente deixariam de ser precárias e parciais, num andamento sinuoso, com avanços e recuos, com alguns passos para frente e outros para trás, desde que orientados numa progressão lenta e difícil. Ninguém sobe montanhas em linha reta e a tarefa, no caso, era mais difícil do que subir montanhas, em face de uma realidade obstruída pela onisciência e infalibilidade dos governantes. Uma realidade que obrigava Petrônio Portella a prodígios de dialética, em que realmente se foi tornando insuperável pelo exercício frequente da faculdade. (LIMA SOBRINHO, 1993, p.96).

O jornalista e cientista político Felelon Rocha, professor-doutor da Universidade Federal do Piauí, foi preciso na sua definição:

— Petrônio trocou o argumento da força pela força do argumento.

No Ministério da Justiça, Petrônio resgatou o prestígio político da pasta, como reconheceu um de seus principais adversários, o senador Paulo Brossard, que viria a ocupar o mesmo cargo no governo da Nova República:

Ministro da Justiça, também lhe não faço favor, senão estrita justiça, ao dizer, como digo, que voltou a dar altitude e revelo àquele Ministério, que foi, ao longo da nossa história de país independente, o centro de ação e de atuação de alguns dos grandes brasileiros, em todos os tempos, desde Bernardo Pereira de Vasconcelos, desde Feijó, passando por Nabuco de Araújo ou por Ferreira Viana, por Campos Salles ou por Maximiliano, por Maurício Cardoso ou por Osvaldo Aranha, por Milton Campos (...) (BROSSARD, 1993, p.207).

De fato. Depois de Petrônio Portella, o Ministério da Justiça nunca mais foi o mesmo, como pasta política do governo, confiando-se ao espaço de órgão meramente burocrático. No Ministério, ele se dedicava ao papel mais importante de sua carreira política, justamente o processo de transição para a democracia. A tarefa ficou inconclusa.

Em artigo intitulado “Petrônio e Moisés”, publicado na imprensa de Brasília, sobre a morte do ministro da Justiça, o jornalista Carlos Chagas discorria e analisava:

Para Petrônio, todo o processo se encadeava, iniciado com a revogação do AI-5 e a ser concluído, se tudo der certo, por uma sucessão política. Infelizmente, como Moisés, apesar de haver guiado o seu povo, no caso, a Arena, não lhe foi dado ver a terra prometida. Saiu do cativeiro da prepotência, trilhou o deserto, quebrou o bezerro de ouro do *Pacote de Abril*, ouviu no alto da montanha as diretrizes do Padre Eterno, desceu com seus mandamentos e os tornou realidade. Entrou na história, mesmo sem colher seus frutos.

O senador Marco Maciel também destacou a abrupta interrupção, pela fatalidade, da obra política de Petrônio, que desapareceu quando ainda dava passos decisivos no caminho da abertura:

A esta tarefa, embora não tenha, como Moisés, pela morte, podido participar de seu desfecho, dedicou todos os seus derradeiros anos de

vida. Tal foi a sua proeminência nesse processo que o seu trabalho se confundiu com o seu próprio nome. A expressão *Missão Portella* virou sinônimo de abertura política, de distensão, de descompressão, ou seja, de redemocratização. (MACIEL, 2005, p.10).

O processo de transição seria coroado mais tarde com a eleição de Tancredo Neves para a presidência da República e a posterior promulgação da Constituição de 1988.

O Brasil era, enfim, um país livre, outra vez!

Quando, pouco tempo depois do falecimento de Petrônio Portella, o seu sucessor na pasta, deputado federal Ibrahim Abi-Ackel, inaugurou a foto de seu antecessor na galeria do Ministério da Justiça, diante do então governador Lucídio Portella, do deputado federal Hugo Napoleão e de outros convidados, afirmou em discurso:

— Petrônio foi o sol que parou ao meio-dia...

O jornalista Carlos Castello Branco, ao traçar o perfil de Petrônio Portella, logo após a sua morte, recordou que, quando começou a exercer o jornalismo político no Rio de Janeiro, nos anos 50, “de suas primícias me falava o falecido senador José Cândido Ferraz”, seu introdutor na política do Piauí. O jornalista nasceu no Piauí e deixou a terra natal cedo, só vindo a conhecer Petrônio pessoalmente quando ele concorreu ao Governo do Piauí, em 1962:

A essa altura certamente já o conhecia, pelas referências de José Cândido Ferraz, que lhe previa o destino profissional e lhe louvava o talento, e pessoalmente em cruzeiros fortuitos no Rio, capital do país, que frequentava como jovem governador, já passado por uma experiência sofrida em matéria de saúde. (CASTELLO BRANCO, 1993, p.105).

O jornalista, aclamado como o mais importante cronista político brasileiro da segunda metade do século 20, confere uma áurea mística ao destino de Petrônio:

Essa experiência o levaria a uma estranha e mágica convivência com o professor Sana Khan, astrólogo de longa intimidade com Ferraz, a quem consultou sobre a hipótese de enfrentar a doença de que estava acometido antes de candidatar-se ao Governo do Piauí. O bruxo o estimulou e lhe previu daí por diante, passo a passo. (id., p.105).

Desse encontro entre Petrônio e o famoso astrólogo fala ainda o ex-governador Djalma Veloso, seu amigo de infância, em seu livro de memórias:

O destino de Petrônio foi traçado quando José Cândido Ferraz, em companhia de amigos, entre eles o próprio, foram ter com o professor Sana Khan. Mal olhou para Petrônio, o astrólogo sentiu uma vibração forte e, pegando no braço do Zé Cândido, disse que “aquele mais baixo, de olhar muito vivo e fala compassada”, iria ter um futuro muito brilhante, embora não chegasse ao topo por questões de doença. (KRUEL, 2006, p.285).

O topo, no caso, era a presidência da República, sem dúvida o coroamento da trajetória de um político que fez a carreira clássica – de deputado estadual a senador da República, passando pela prefeitura da capital e pelo governo de seu Estado, além de exercer a presidência do Congresso Nacional e o Ministério da Justiça.

Na escolha de seu sucessor, o presidente Geisel cogitou indicar um nome civil – que seria o próprio Petrônio, conforme revelou o general em entrevista à Fundação Getúlio Vargas, depois transformada em livro. O *staff* do presidente, incluindo o próprio Petrônio, avaliava, no entanto, que o futuro governo teria que tomar medidas muito delicadas, e um civil poderia não ter a força necessária.

É aqui que surge a indicação do general João Figueiredo, que começa escalando Petrônio para o Ministério da Justiça, entregando-lhe a tarefa de implementar essas medidas delicadas, incluindo a anistia aos cassados políticos e a reforma partidária.

A propósito, sobre a sua candidatura à presidência da República, que começou a ser cogitada ainda antes da escolha do general Figueiredo, o senador Petrônio Portella declarou, em 1978:

Como? Eu, presidente da República em 78? Primeiro, não gosto de raciocinar sobre hipóteses absurdas. E esta é uma delas. Mas, para

que você não imagine que esteja a fugir de responder frontalmente a uma pergunta, saindo pela via oblíqua, eu lhe diria tranquilamente: acho que se desclassifica para o posto todo aquele que não tiver plena consciência da realidade brasileira e não souber da sua valia ou desvalia para o exercício do cargo maior da República. Eu tenho. Sei que não teria as condições políticas indispensáveis ao exercício do cargo de presidente. Seria obrigado, na Presidência, a fazer o que venho fazendo ao longo da minha vida: mostrar sempre os meus trunfos, porque todos exigem que eu o faça. Tem sido assim comigo sempre. E o presidente da República é um homem que, quando senta na cadeira presidencial, já deve ostentar perante a Nação os seus títulos, os seus atributos, os seus trunfos. Isso me desclassifica e a muitos. E marquei pontos na vida política, dei minhas caminhadas, porque sou um realista. A mim não interessa simplesmente ser cogitado para a presidência da República pela simples glória de entrar para a história. Muito mais do que o título presidencial, se impõem títulos que não ostento. (NERY, 1980, p.30).

Tratava-se, é claro, de mero exercício de modéstia do senador. Ele tinha todos os títulos e trunfos para ser presidente da República. Com uma biografia ascendente, vivia o auge de sua carreira, como ministro da Justiça e como cordenador político do governo, cujo chefe, general João Figueiredo, esbanjava inapetência para o ofício da política. Era Petrônio que cuidava da política de seu governo, juntamente com o ministro Golbery do Couto e Silva, chefe do Gabinete Civil. Ele costurava a abertura por dentro e por fora.

Por um insondável desígnio, porém, tal qual previra o astrólogo quase 20 anos antes, o destino tramou contra Petrônio e contra o Piauí. Sua morte prematura privou o Brasil de ter nesse piauiense o seu primeiro presidente civil, no encerramento do ciclo do regime militar instalado em 1964. O próprio presidente João Figueiredo confirmou que o queria como seu sucessor.

A confissão foi feita dois anos depois que ele deixou a presidência, numa entrevista que concedeu sob a condição de só ser publicada após a sua morte. Sua declaração foi publicada na revista *Isto É* de número 1.579, que circulou na primeira semana de janeiro de 2000, ou seja, 20 anos após a morte de Petrônio e uma semana depois do falecimento do ex-presidente. O título da reportagem: “O Inesquecível Figueiredo”. Eis a sua palavra:

— O Petrônio Portella, que foi meu ministro da Justiça, tinha chances de ser candidato (à Presidência da República), mas morreu no início do meu governo.

Sem habilidade para os delicados meandros da política, Figueiredo se desintessou completamente pela sua sucessão e lavou as mãos com a coordenação do processo em dezembro de 1983.

Antes de o presidente abandonar a coordenação de sua sucessão, Golbery do Couto e Silva, que fazia dobradinha com Petrônio desde o governo Geisel, já havia perdido também o encanto pelo poder e entregou o cargo desde 1981, um ano após a morte do ministro da Justiça.

Com o esquema do governo em descompasso, o candidato do PDS à Presidência da República, no Colégio Eleitoral, foi o ex-governador de São Paulo, Paulo Maluf. Seu nome provocou um racha no partido e o governo perdeu a eleição para o ex-governador mineiro Tancredo Neves, que teve como vice o senador José Sarney, primeiro presidente nacional do PDS.

A jornalista Dilze Teixeira escreveu no *Jornal do Brasil* o resumo do pensamento da crônica política nacional sobre o que seria o destino político de Petrônio Portella:

Se não tivesse morrido, como mais de uma vez já admitiu o ex-ministro Golbery do Couto e Silva, Petrônio Portella poderia vir a ser o sucessor natural do presidente João Figueiredo. Teria então cumprido a mais formidável trajetória dos homens de sua geração – de governador do menos expressivo Estado da Federação e adversário de um sistema que foi implantado no país em 1964, a presidente da República, assimilado pelo sistema que ele ajudou a reformar e a abrir.

Deus não deu a Petrônio Portella a graça de ser presidente da República, mas concedeu-lhe a ventura de, a vida inteira, ser grande, bravo e forte – na fala e nos gestos, na derrota e na vitória, na dor e na alegria, na cobrança e, sobretudo, no exemplo.

Petrônio se entregou de tal forma à missão de devolver o país à normalidade democrática que acabou esquecendo a própria saúde. Seu corpo não acompanhou a sua mente e, no meio da viagem, seu coração parou, na agonia de um choque anafilático. Petrônio

se foi em pleno combate. Deu sua vida pela redemocratização. Porém, quando seu coração parou de bater, a democracia já pulsava no coração dos brasileiros. Era uma fundada esperança de que sua obra seria indiscutivelmente continuada e concluída.

Hoje, passados 30 anos, Petrônio é lembrando como o homem que, sempre que o momento assim o exigiu, esteve firme e destemido ao lado de seu povo, de sua família, de seus amigos, de seu Piauí e de sua pátria.

O que mais um homem público pode oferecer em honra e glória de sua terra e de sua gente?



Acervo: Djalma Veloso



Petrônio (primeiro à esquerda), então prefeito de Teresina, na posse do governador Tibério Nunes

Acervo: Genu Moraes



O prefeito Petrônio Portella, jornalista Genu Moraes, governador Chagas Rodrigues, cônego Benedito de Anchieta Cantuária e Clidenor de Freitas Santos, na inauguração da Rádio Clube de Teresina



Governador Petrônio Portella inaugura o Batalhão da PM em Piripiri



O senador Petrônio (segundo à esquerda), em inauguração de obra pública em Valença, com o governador Helvídio Nunes (de óculos, ao centro) e o deputado Djalma Veloso (discursando)



Com a mulher e os filhos, nos jardins do Palácio Karnak, sede do Governo do Piauí



Do Palácio de Karnak, Petrônio Portella comandou o governo do Piauí

Acervo: Djalma Veloso



O prefeito Petrônio Portella

Acervo: Casa Anísio Brito



A foto oficial do governador Petrônio Portella

Acervo Casa da Cultura de Teresina



Helvídio Nunes, Petrônio Portella e o governador José Odon Maia Alencar, na entrega de obras e serviços públicos em São Raimundo Nonato

Acervo Casa da Cultura de Teresina



A última visita do presidente João Goulart a Teresina



O governador Petrônio Portella recebe a visita do presidente Castello Branco

Reprodução: Manchete



Ao deixar o governo, Petrônio Portella tem a consagração popular

Acervo: Senado Federal



Em Brasília (ao centro), nos primeiros dias como senador da República

Foto: Hermínio Oliveira/Manchete



Com Rosalyn Carter, primeira-dama dos Estados Unidos: reivindicações sobre os direitos humanos no Brasil



Desembarque do casal Petrônio Portella no aeroporto de Teresina: o abraço do prefeito Wall Ferraz e os cumprimentos de Djalma Veloso e Dirceu Arcoverde



Na Academia Piauiense de Letras, ao agradecer o título de sócio benemérito da instituição

Acervo: Djalma Veloso



Com Lucídio Portella, Djalma Veloso, Juraci Portella Leal, Nazareno Araújo, Juarez Tapety e Wilson Parente, todos políticos no Piauí

Acervo Casa da Cultura de Teresina



Com Diceu Arcoverde e Camillo Filho, no Palácio Karnak, em Teresina





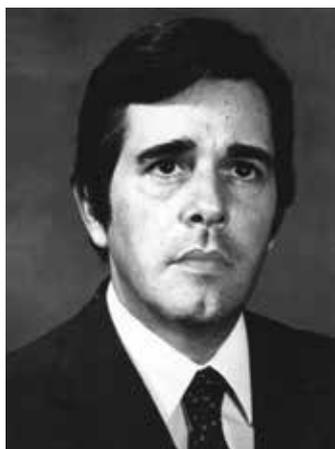
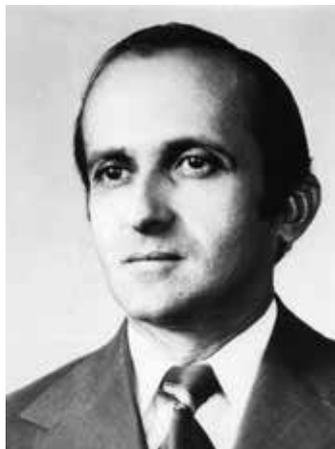
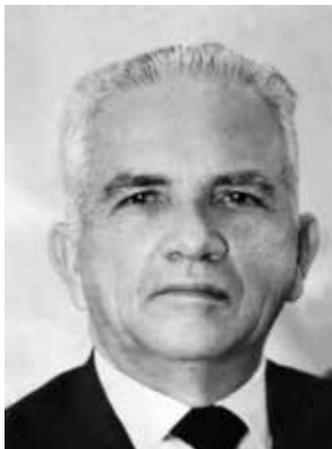
O governador Petrônio Portella com o presidente John Kennedy, na Casa Branca

Com dona Iracema,
em casa, em Brasília

Reprodução: *Manchete*



Acervo: Casa Anísio Brito



Helvídio Nunes, João Clímaco D'Almeida, Dirceu Arcoverde, Djalma Veloso, Lucídio Portela, Hugo Napoleão, Bona Medeiros, Freitas Neto e Guilherme Melo: os governadores piauienses oriundos do esquema político de Petrônio Portella

Foto: Luís Humberto



Acervo: Senado Federal



Acervo: Senado Federal



Os irmãos senadores da República: Petrônio, Lucídio e Elói Portella

Foto: Vianey Moura



Aeroporto de Teresina senador Petrônio Portella

Foto: Cristiano Costa



Auditório Petrônio Portella, no Senado Federal



Avenida Petrônio Portella, em Maringá – PR

Reprodução



Campus ministro Petrônio Portella, da Universidade Federal do Piauí, em Teresina



Bibliografia

- BARROS, Jesualdo Cavalcanti. *Tempo de contar – o que vi e sofri nos idos de 1964*. Teresina: Gráfica do Povo, 2006.
- BRANDÃO, Wilson Nunes. *Mitos e lendas da política piauiense*. Teresina: Gráfica do Povo, 2006.
- BROSSARD, Paulo. *Homenagem a Petrônio Portella*. In: OLIVEIRA, Osvaldo Lemos de. *Petrônio Portella – depoimentos à história política brasileira*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1993.
- CALMON, Pedro. *O admirável Petrônio Portella*. In: OLIVEIRA, Osvaldo Lemos de. *Petrônio Portella – depoimentos à história política brasileira*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1993.
- CASTELLO BRANCO, Carlos. *Roteiro político de Petrônio Portella*. In: OLIVEIRA, Osvaldo Lemos de. *Petrônio Portella – depoimentos à história política brasileira*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1993.
- CUNHA, Paulo José. *A Noite das Reformas*. Brasília: Senado Federal, 1979.
- DANTAS, Deoclécio. *Dá licença?* Teresina: Halley, 2002.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 4ª. Ed. Curitiba: Positivo, 2009.
- FREITAS NETO, *Petrônio Portella, o piauiense do século*. Brasília: Senado Federal, 2000.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GOMES, José Airton Gonçalves. *O Legislativo Piauiense 1835-1985*. Teresina: Assembleia Legislativa, 1985.
- GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário Histórico-Biográfico Piauiense*. Teresina: Gráfica e Editora Júnior: 1992.
- _____. *Roteiro Cronológico da História do Piauí*. Teresina: Gráfica e Editora Júnior, 1966.
- HOMEM, Wagner. *Histórias de canções: Chico Buarque*. São Paulo: Leya, 2009
- IBIAPINA, Fontes. *Palha de Arroz*. 4ª.ed. Teresina: Corisco, 2003.
- KRUEL, Kenard. *Djalma Veloso: o político e sua época*. Teresina: Zodíaco, 2006.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Petrônio Portella e a Imprensa*. In: OLIVEIRA, Osvaldo Lemos de. *Petrônio Portella – depoimentos à história política brasileira*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1993.

MACIEL, Marco. *Homenagem a Petrônio Portella*. Brasília: Senado Federal, 2005.

MARTINS, Kao; ASSUNÇÃO; MARTINS, Sebastião. *O Chão de Minas: política, paixões e livros na extraordinária aventura vivida por Francelino Pereira*. Belo Horizonte: Editorial Sempre um Papo, 2009.

MELO FILHO, Murilo. *Morreu Petrônio Portella. E a abertura, agora?* Revista Manchete: Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1980.

MORAES, Herculano. *Petrônio – perfil*. Teresina: Academia de Ciências do Piauí, 2010.

MOTTA, Marly Silva da. *Grandes Vultos que Honraram o Senado, vol. 1 – Teotônio Vilela*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: CPDO/FGV, 1996.

NAPOLEÃO, Hugo. *Petrônio Portella, pilar da democracia*. Brasília: Senado Federal, 2000.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A cidade sob o fogo – modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

NERY, Sebastião. *As 16 derrotas que abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1975.

_____. *Pais e Padastros da Pátria*. Recife: Guararapes, 1980.

NUNES, Helvídio. *Homenagem a Petrônio Portella*. In: OLIVEIRA, Osvaldo Lemos de. *Petrônio Portella – depoimentos à história política brasileira*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1993.

_____. *Tempo de Política*. Teresina: Alínea Publicações, 1996.

NUNES, M. Paulo. *A província restituída*. 2ª. Ed. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.

OLIVEIRA, Osvaldo Lemos de. *Petrônio Portella – depoimentos à história política brasileira*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1993.

PAES LANDIM, Luiz Gonzaga. *Petrônio Portella*. In: OLIVEIRA, Osvaldo Lemos de. *Petrônio Portella – depoimentos à história política brasileira*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1993.

PARENTE, Ana Maria de Carvalho Nunes; DANTAS, Deoclécio; NUNES, Teresa Cristina Moura A. *Tibério Nunes – trajetória e depoimentos*. Teresina: Halley, 2006.

PASSARINHO, Jarbas. *Homenagem a Petrônio Portella*. In: OLIVEIRA, Osvaldo Lemos de. *Petrônio Portella – depoimentos à história política brasileira*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1993.

PEREIRA, José Eduardo. *Petrônio: um homem especial*. In: OLIVEIRA, Osvaldo Lemos de. *Petrônio Portella – depoimentos à história política brasileira*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1993.

PEREIRA, Francelino. *Os inovadores – Gustavo Capanema, Carlos Drummond de Andrade, Oscar Niemeyer e Petrônio Portella*. Brasília: Senado Federal, 2003.

PIRES, Magno. *Ministro Petrônio Portella: sobretudo, hábil*. In: OLIVEIRA, Osvaldo Lemos de. *Petrônio Portella – depoimentos à história política brasileira*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1993.

PORTELLA, Petrônio. *Tempo de Congresso I*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973.

_____. *Tempo de Congresso II*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980.

PORTELLA FILHO, Petrônio. *Meu pai Petrônio Portella*. In: OLIVEIRA, Osvaldo Lemos de. *Petrônio Portella – depoimentos à história política brasileira*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1993.

REZENDE, Espedito. *Petrônio Portella – o amigo e o homem público*. In: OLIVEIRA, Osvaldo Lemos de. *Petrônio Portella – depoimentos à história política brasileira*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1993.

RIBEIRO, José Augusto. *Petrônio Portella – régua e compasso da abertura*.

In: OLIVEIRA, Osvaldo Lemos de. *Petrônio Portella – depoimentos à história política brasileira*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1993.

RIBEIRO, Pedro Mendes. *A morte de um líder – Petrônio Portella*: Teresina, 1980.

ROCHA, Fenelon. *O estadista que a história levou: Petrônio Portella*. Teresina: Meio Norte, 6 jan. 2000.

ROCHA, Zenon. *Como eu vi Petrônio*. Teresina: Comepi/APL, 1983.

SANTOS, Ruy. Petrônio Portella. In: OLIVEIRA, Osvaldo Lemos de. *Petrônio Portella – depoimentos à história política brasileira*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1993.

RUIZ, João Álvaro. *Metodologia científica*. 6ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2008

SILVA, Hélio. *O Golpe de 64 – 1964/1968*. São Paulo: Grupo Três S.A., 1998. (História da República Brasileira, 19).

_____. *O Governo Geisel – 1975/1978*. São Paulo: Grupo de Comunicação Três S.A, 1998. (História da República Brasileira, 21).

_____. *Preâmbulo de uma nova era – 1979/1989*. São Paulo: Grupo de Comunicação Três S.A, 1999. (História da República Brasileira, 22).

SOUSA, Constantino Pereira de. *Lembranças e histórias de uma vida*. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2001.

TAVARES, Zózimo. *O Piauí no Século 20 – 100 fatos que marcaram o Estado entre 1900 e 2000*. 4ª ed. Teresina: Halley, 2003.

TEIXEIRA, Dilze. *Petrônio Portella: um político hábil, um homem coerente*. Jornal do Brasil: Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1983.

VIANA, Bernardino. *Homenagem a Petrônio Portella*. In: OLIVEIRA, Osvaldo Lemos de. *Petrônio Portella – depoimentos à história política brasileira*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1993.

Revistas:

Manchete. n. 1.448. Rio, 19 jan. 1980.

Política. Edição especial. Fundação Milton Campos: Brasília, nov. 1980.

Salão de Humor da Anistia/Org. Marcos Magalhães. Brasília: Senado Federal, 2009.

Veja. 19 mai. 1976; 9 de março de 1977; 16 jan. 1980.

